

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

FABIANA AGUIAR DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**REDE SOCIAL E SUAS CONTRADIÇÕES:
ESPAÇO DE DISPUTA IDEO-POLÍTICA**

PORTO ALEGRE, 2007

FABIANA AGUIAR DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**REDE SOCIAL E SUAS CONTRADIÇÕES:
ESPAÇO DE DISPUTA IDEO-POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Berenice Rojas Couto

Porto Alegre, 2007

FABIANA AGUIAR DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**REDE SOCIAL E SUAS CONTRADIÇÕES:
ESPAÇO DE DISPUTA IDEO-POLÍTICA**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de Título de:

Mestre em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em 07 de março de 2007 atendendo às normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor Doutor Emil Albert Sobottka
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Jussara Maria Rosa Mendes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Dedico este trabalho a três pessoas muito especiais em minha vida: à minha querida orientadora e amiga Berenice Rojas Couto, ao meu marido Roberto, pessoas incansáveis para a concretização desse sonho — este trabalho tem muito de vocês — e em memória do meu tio Ademar, que sempre está comigo.

Eu os amo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Tenho muito para agradecer neste momento, pois a realização desta dissertação só foi possível porque tive o apoio de seres humanos especiais. Sendo assim, agradeço a Deus em primeiro lugar, que, em sua infinita bondade, me concedeu o privilégio de compartilhar com elas parte da suas existências. Por isso, este trabalho não foi solitário. Nos momentos alegres e nos mais difíceis, essas pessoas sempre estiveram ao meu lado incentivando-me e dando carinho.

Agradeço ao meu marido Roberto, fiel companheiro e, acima de tudo, amigo das horas mais difíceis, que me apontou sempre o caminho da serenidade, juntos construímos uma história de amor, respeito e muita amizade, minhas conquistas são nossas.

Agradeço a minha tia Elita e, em memória, ao meu tio Ademar, os pais que Deus me deu, e agradeço por ser assim, pela compreensão pelas inúmeras ausências, que foram apenas físicas, porque estavam comigo sempre; ao meu cunhado Leo e à minha irmã Patrícia, maninha que Deus uniu a mim através de nossos pais, por ser a pessoa mais maravilhosa do mundo, cuja existência permitiu tudo que tenho e conquistei nessa vida; à minha irmã Fernanda, que Deus me deu de presente, generosa, amável, inteligente, por estar sempre ao meu lado, para o que der e vier nessa vida; aos meus queridos cunhados Enilda e Gastão e às sobrinhas Rosana e Rosangela, que sempre me deram força para realizar meus sonhos, pelo apoio e por compreenderem minha ausência nesse momento; aos primos Maria de Lourdes e Deniclei e aos seus filhos Marcelo, Maurício, Paulo Cezar e Karina, que sempre estiveram ao meu lado, para tudo.

À Vera por conduzir-me com tanta competência no caminho do autoconhecimento.

Agradeço aos meus amigos Vanessa e Iverson, pessoas do bem e amigos para toda vida, especialmente à minha maninha Vane, por ter compartilhado comigo teu conhecimento, tua amizade leal, teu amor, sem tudo isso, não teria chegado aqui.

Agradeço aos amigos Tatiana e Sandro, um casal de luz, principalmente à querida Tatynha, amiga para e de todas as horas, que sempre está perto para encher a vida de todos de alegria, com suas palavras de apoio e sabedoria, e com seu olhar que transparece a grandeza de sua alma.

Às meninas do “AP”, Danizinha e Nirma, companheiras de vida e de trabalho, agradeço pelo carinho e pela convivência, que me fortaleceram nessa caminhada.

À amiga Sheila, que, com sua generosidade, me concedeu a oportunidade de crescimento profissional e pessoal, obrigada por ter apostado e acreditado em mim.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, através do fomento e do investimento na qualificação dos técnicos de nível superior, me oportunizou uma bolsa de estudos, por meio da qual foi possível a concretização do Mestrado em Serviço Social.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, obrigada pela oportunidade de realizar a qualificação da minha formação profissional dentro de um dos melhores programas de pós-graduação do Brasil.

Agradeço à querida orientadora Berenice, pela dedicação, competência teórica e clareza de seu compromisso ético-político, que fazem do seu ofício mais do que orientar dissertações, teses e/ou lecionar, conduzindo pelos caminhos da reflexão e do resgate da utopia de construirmos um mundo com justiça e igualdade entre todos os homens, a começar por seu exemplo de ética e dignidade. Obrigada pelo respeito, que me permitiu amadurecer profissional e pessoalmente. Este trabalho só aconteceu em virtude de teu apoio incondicional e foi uma produção a quatro mãos.

Agradeço aos Professores Ana, Leonia, Gleny e Patrícia, da Pós-Graduação, que, com muita competência e dedicação, compartilham do seu saber, e a professora e amiga Jane, que desde a graduação, vem transmitindo a paixão pela pesquisa e pela profissão, dentro de um referencial Dialético-Crítico. Em especial à Professora Jussara, que, generosamente, vem construindo comigo a trajetória de formação acadêmica desde a graduação, obrigada por fazer parte das minhas conquistas, elas são resultantes também das trocas realizadas tanto nos espaços de sala de aulas quanto das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação.

Um especial agradecimento destino ao Professor e amigo Carlos Nelson, um exemplo de respeito, dignidade e profissionalismo. Suas aulas deram-me as bases nesse processo de qualificação profissional, e sua convivência permite que as pessoas se tornem seres humanos melhores.

Ao Núcleo de Estudos de Políticas e Economia Social (NEPES) agradeço pela acolhida calorosa de seus integrantes, profissionais de muita qualificação e generosidade, que dividem seus conhecimentos com os que chegam.

Agradeço aos secretários Juliana e Antônio, a dupla dinâmica do Pós-Graduação, que sempre, com muito carinho, dedicação e competência, realizam seu ofício, deixando nossa vida mais fácil e alegre.

Ao Professor Emil, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, agradeço por ter me possibilitado aprender muito sobre o tema de estudo e pela disponibilidade de contribuir com a minha qualificação profissional, tanto nas aulas quanto nos momentos das bancas de qualificação e de defesa final.

Agradeço aos colegas e grandes amigos que fiz nesse Pós-Graduação, com destaque para Edla, que, com sua sabedoria de vida, está sempre disposta a nos “proteger” com suas palavras amigas; ao Paulo, extremamente culto e generoso, que compartilhou seu saber com os colegas; e ao Tiago, amigo de todos os momentos, que lutou até o final comigo para concluir esta etapa da formação.

Agradeço a Direção, aos Coordenadores, funcionários e colegas da Ulbra-Carazinho, em especial aos meus queridos colegas e amigos do corpo docente do Curso de Serviço Social, Giovana, Tânia e Luciane. Obrigada pelas trocas, que me ensinaram e me ensinam muito, e pelo apoio, indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

Aos alunos do Curso de Serviço Social da Ulbra-Carazinho, que vêm me ensinando o grande ofício de ser professora, obrigada pelo incentivo, pelo respeito e pelo carinho. Em especial, aos alunos de supervisão de estágio dos anos de 2005 e 2006, Letícia, Mara Ivanir, Camilia, Deyse, Kesley, Paula, Joana, Vera, Raquel, Elise, Marli, Silvia, Emanuelli, Losineide, Daniela e Franciele.

À Assistente Social e amiga Simone Glimm, agradeço pelo exemplo de profissional, pela parceria e pelo apoio na realização deste trabalho.

A todos os colegas e amigos eternos da Unidade Básica de Saúde, em especial, à Marília, à Lúcia, à Marcinha e ao Antônio, agradeço pelo modelo de ética e compromisso com a saúde pública de qualidade.

Agradeço aos amigos Fausto e Verônica, esta amiga sempre compreensiva, que, com sua ternura, nos “coloca para cima”.

Aos meus queridos amigos da Residência Edu e família, Claudinha e família e Débinha, por estarmos juntos sempre, vocês me fortalecem.

Um agradecimento muitíssimo especial aos participantes deste estudo, moradores, lideranças e representantes de entidades da rede social que foi objeto do mesmo. A realização desta dissertação só foi possível em virtude de terem se disponibilizado a trocar seus conhecimentos comigo. A contribuição de vocês é o motivo e o resultado deste estudo.

“Nem a natureza objetiva, nem a natureza subjetiva se apresentam prontamente ao ser *humano* numa forma adequada. E assim como tudo o que é natural deve ter sua *origem*, também o *homem* tem o seu processo de gênese, a *história*, que no entanto para ele constitui um processo consciente e que assim, como ato de origem com consciência, se transcende a si próprio. A história é a verdadeira história natural do homem” (MARX, 2003, p. 183).

RESUMO

O debate sobre as polêmicas definições e funções atribuídas às redes sociais na contemporaneidade desafia as Ciências Sociais em geral e as aplicadas à busca de repostas para a ascensão das redes de solidariedade na sociedade globalizada. Frente a esse desafio, o presente estudo problematiza as contradições ideológicas e políticas que engendram a redes sociais, no sentido desvelar e analisar os fatores que mobilizam os sujeitos sociais e coletivos à se organizarem em forma de rede. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa para o estudo de caso de uma rede social localizada em uma comunidade da periferia de Porto Alegre. Orientada pelo Método Dialético-Crítico, a construção desse estudo fundamentou-se nas categorias da totalidade, da contradição e da historicidade. A contextualização da temática das redes sociais passa pelas intensas transformações societárias da década de 1980, que têm suas raízes no final da década de 1960, fruto da crise do sistema do capital nos anos de 1970 e da fragilização da concepção marxista como práxis de transformação social no seio da classe trabalhadora e de seus intelectuais. No bojo dessas transformações, há um processo de agudização das velhas expressões da questão social e o aparecimento de novas, ambas relacionadas ao fenômeno do desemprego estrutural. Concomitante a isso, sob orientação neoliberal o Estado tornou-se mínimo no enfrentamento das desigualdades sociais e vem repassando suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil. E, no que tange às expressões de resistência da classe trabalhadora, é retomada a figura do Estado Penal. Nesse contexto, há um incentivo do Estado para a emergência do Terceiro Setor, entre o público, de caráter estatal, e o privado, ligado aos interesses do mercado, que conta com a solidariedade transclassista. Clássicas organizações sociais que apoiavam os movimentos sociais de cunho reivindicatório passam a compor essa rede de solidariedade. Entretanto a organização dos movimentos sociais em forma de rede, a fim de contrapor-se à lógica da “globalização corporativa neoliberal”, tem-se apresentado como um importante instrumento estratégico para as lutas sociais. As análises deste estudo vislumbram limites e possibilidade de essa rede compor-se enquanto um conceito propositivo, marcado por embates ideológicos e políticos, vinculados a interesses de classe. Sendo assim, este trabalho objetiva, acima de tudo, contribuir com a construção de conhecimento crítico e propositivo que vá ao encontro do fortalecimento das lutas da classe trabalhadora e da qualificação do trabalho profissional dos trabalhadores sociais, em especial dos assistentes sociais.

Palavras-chave: redes sociais; transformações societárias; questão social.

ABSTRACT

The debate about the polemic definitions and the functions attributed to the social networks in the topical time challenges the General Social Sciences and the applied to the search of answers for the rising of the solidarity networks in the globalized society. Facing this challenge, the present study discusses the ideological and politics contradictions that turn out the social networks, in the sense of showing and analyzing the factors that mobilize the social and collective groups to organize in the form of network. It was done a quality study in a social network placed in a poor community of Porto Alegre. It was oriented by the Critical-Dialectical Method, the construction of this study had its bases on the categories of the totality, contradiction and its history. The context of the theme of the social networks pass by the intense social transformations of the 80's decade, which has its roots in the final of 60's decade, fruit from the crisis of the capital system in the 70's decade and from the fading of the Marxist conception as praxis of the social transformations in the middle of the working class and their intellectuals. As a part of these transformations, there is a process of heightening of the old expressions of the social question and the appearance of new ones, both related to the phenomenon of structural unemployment. At the same time, by the neoliberal direction the state reduced its action in the resolution of the social inequalities and it transfers its responsibilities to the civil society. And in what it refers to the resistance expressions of the working class, it is recaptured the figure of Penal State. In this context, there is an incentive of the state for the emergency of the third sector, between the public, of character state, and the private, linked to the interests of the market, that counts with a transclassist solidarity. Classic social organizations that supported the movements of the claim purpose starts to compose this solidarity network. However, the organization of social movements in form of networks, so as to oppose to the logic of "neoliberal corporative globalization", it has been presented as an important strategic instrument to the social struggle. The analysis of the study glimpse limits and the possibility of this network to compose while a propositive concept, marked by ideologies and politics clashes, linked by class interests. So, this study has by objective, above all, to contribute with the construction of propositive and critic knowledge that runs into the strenghtness of the struggles of the working class and of the professional work qualification of the people that work with social questions, specially the social workers.

Key words: social networks, social transformation and social question.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Processo teórico-metodológico da construção da rede de apoio	42
--	----

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 — Tipos de redes de organizações civis e ações coletivas.....	39
Quadro 2 — Composição da amostra dos sujeitos selecionados para a entrevista e/ou coleta de dados qualitativos com seus cargos e/ou funções e respectivas entidades	97
Quadro 3 — Os passos da análise de conteúdo	101
Quadro 4 — Sistematização das necessidades humanas básicas que mobilizam a participação na rede social	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Entidades que participaram das reuniões da rede — maio-nov./03.....	96
--	----

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato institucional
AI-5	Ato institucional nº 5
APS	Atenção Primária a Saúde
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAR	Centro Administrativo Regional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSEM	Centro de Saúde Escola Murialdo
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
E.I.E.M.	Equipo de Investigación en Epistemología y Metodología del Trabajo Social
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funabem	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional da Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOVA	Movimento de Alfabetização de Adultos
MTS	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NASF	Núcleo de Apoio Sócio Familiar

NERo	Núcleo Estável de Rede de operacional
NERp	Núcleo Estável da Rede de planejamento
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não-governamentais
OS	Organizações Sociais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Previ-Móvel	Unidade Móvel da Previdência Social
PROCON	Órgão de Proteção ao Consumidor
PT	Partido dos Trabalhadores
RESI	Rede Social Integrada
RITS	Rede de Informação para o Terceiro Setor
SASE	Serviço de Apoio Sócio Educativo
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SME	Secretaria municipal de Esportes
SMIC	Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
TMR	Teoria de Mobilização de recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 EM BUSCA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE REDE SOCIAL.....	18
1.1 As origens históricas dos conceitos de redes sociais e suas vertentes	20
1.2 O conceitos e os paradigmas atuais das redes sociais	32
2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS REDES SOCIAIS	48
2.1 As transformações do sistema de capital na era da globalização e a questão social.....	48
2.2 A contra-reforma do Estado e as redes sociais de solidariedade da sociedade civil.....	63
3 REDES SOCIAIS NO CAPITALISMO GLOBALIZADO: DESVELANDO AS CONTRADIÇÕES IDEO-POLÍTICAS.....	82
3.1 O percurso metodológico da pesquisa.....	82
3.2 Análise e interpretação dos dados	102
3.2.1 Breve caracterização da rede social.....	102
3.2.2 O desafio de tecer um conceito propositivo de rede social	106
3.2.3 A rede social e a tensão entre os interesses público e privado	113
3.2.4 Participação social no processo decisório: limites e possibilidades.....	120
3.2.5 A finalidade e os resultados da rede social.....	131
3.2.6 Momento atual da rede social e instrumentos de mobilização coletiva	140
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	162
Apêndice A - Instrumento de coleta de dados (formulário/roteiro de entrevista).....	163
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	166

INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre o tema das redes sociais e tem como objetivo geral analisar os fatores que condicionam o processo de participação nas redes sociais. Para tanto, busca-se contextualizá-las no bojo de uma sociedade cindida em classes e desvelar as disputas ideopolíticas históricas que as conformam e que incidem nesse processo, no sentido de contribuir com a (re)criação de estratégias de fortalecimento das resistências e de minimização das desigualdades sociais através desses espaços coletivos.

A intencionalidade de pesquisar e analisar as redes sociais está alicerçada no compromisso com a defesa dos mecanismos de mobilização e organização social da classe “que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005a; 2005b), na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania, tendo como horizonte a construção de uma outra ordem societária. Reconhece-se que a classe trabalhadora vivencia, desde a década de 1980, intensas transformações societárias, que abrangem as relações de produção, a cultura, a cidadania e inclusive o papel do Estado e da sociedade civil, no que se refere ao enfrentamento da questão social. E as redes sociais são apresentadas como uma das repostas para ocupar o espaço deixado pelo Estado mínimo frente às necessidades sociais; contudo essas também podem se caracterizar com uma importante estratégia de articulação coletiva. Para sustentar essa problematização, percorreram-se os aspectos contraditórios e históricos das redes sociais na contemporaneidade. A busca por esses processos sociais macro-estruturais visa dar subsídios para uma análise dialética entre os mesmos e a microexperiência de rede social que foi objeto deste estudo.

No Capítulo 1, resgatam-se a base histórica dos conceitos de rede social e os principais paradigmas que os fundamentam dentro das Ciências Sociais e destaca-se, dentre as Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social. Nesse capítulo, busca-se percorrer os diversos autores que têm pesquisado e se dedicado ao estudo de rede social, com a finalidade de fundamentar, com o debate teórico os dilemas ideopolíticos que estão presentes na atualidade. Para tanto, apresentam-se os elementos que têm contribuído para potencializar a rede social numa perspectiva individualista, focalista e fragmentária, como também aqueles que retomam o debate do ponto de vista do fortalecimento da classe trabalhadora.

No Capítulo 2, abordam-se as transformações societárias emergentes após a crise do sistema do capital da década de 1970, no que tange à **reestruturação produtiva**, a uma nova onda de **globalização** e, sobretudo, aos **ajustes neoliberais**, que redefiniram o papel do

Estado e da sociedade civil. Ainda, nesse capítulo, aprofunda-se a questão da “contra-reforma do Estado Social brasileiro”, principalmente após a década de 1990 (BEHRING, 2003), e de sua ligação com a centralidade dos discursos ideológicos e das práticas políticas que dão primazia às redes sociais, enfatizando as redes primárias, comunitárias e de solidariedade como resposta de excelência às expressões de desigualdade da questão social, em detrimento de políticas estatais de caráter público e universal. Em suma, visa contribuir com algumas reflexões que questionam a concepção neoliberal que apresenta as redes sociais solidárias como uma das teias que forjam a “terceira via”, que deve suprir as necessidades sociais dos “sobrantes” (CASTEL, 2005), que são aqueles sujeitos que não têm mais valor para o capital (IAMAMOTO, 2003).

O Capítulo 3, inicia com a apresentação do percurso metodológico que embasa o estudo, que se caracteriza por uma pesquisa do tipo qualitativo, orientada pelo Método Dialético Crítico, tendo, como categorias teóricas do método transversais na construção do estudo, a totalidade, a contradição e a historicidade. No sentido de trazer à tona as múltiplas interfaces do fenômeno estudado, foram selecionadas a partir de levantamento bibliográfico, as seguintes categorias explicativas da realidade: redes sociais, participação social, intersectorialidade, movimentos sociais e interesses público e privado.

A rede social que está sendo objeto de estudo, localiza-se em uma comunidade da periferia de Porto Alegre e, em 2003, iniciou a experiência da construção de um fórum de discussão, entre as suas entidades e moradores, sobre as necessidades sociais vivenciadas na região. Esse fórum foi organizado pela Unidade Básica de Saúde (UBS) e pela Associação de Moradores 1¹, através de reuniões ordinárias mensais, na perspectiva de arregimentar forças coletivas para a efetivação do controle social sobre as políticas sociais. De um universo de 74 pessoas, composto por representantes de entidades localizadas na comunidade e moradores que participaram das reuniões da Rede nos meses de maio a novembro de 2003² foi selecionada uma amostra de nove participantes. Para a coleta dos dados, foram utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada e observação, e, como instrumento, um formulário de questões abertas e fechadas. Para a análise e a interpretação dos dados qualitativos, usou-se a técnica análise de conteúdo, seguindo as orientações e etapas metodológicas de Bardin (1977).

No segundo momento desse capítulo, explicitam-se as análises dos dados propriamente ditos, onde se busca articular essa microexperiência com o contexto social que a produz e que, por sua vez, é influenciado por ela. Nesse sentido, a construção das análises,

¹ São utilizadas as designações Associação de Moradores 1 e 2, por que existem duas na mesma comunidade.

² Período selecionado para compor o universo e a amostra dos sujeitos que participaram do estudo.

fundamentada pelas categorias teóricas do método e explicativas da realidade, deu visibilidade aos seguintes aspectos dessa rede: o conceito de rede elaborado pelos sujeitos da pesquisa; a produção e a reprodução da cultura política expressa nas relações sociais dentro desse espaço; a participação no âmbito do processo decisório; os resultados das ações dessa rede; e, por fim, os desafios que se apresentam frente ao seu momento atual.

Considerando-se que o Serviço Social é uma profissão interventiva e tendo por objeto a questão social e as suas múltiplas expressões, este trabalho é finalizado com considerações que visam reafirmar o compromisso ético-político defendido pela categoria. Direção esta que afirma as dimensões política e ideológica das redes sociais, como um espaço de disputas sociais que refletem projetos societários antagônicos. Sendo assim, este estudo foi produzido no sentido contribuir com a produção de conhecimento que busca dar visibilidade a realidade social de desigualdade e a construção de alternativas de superação, através de uma práxis crítica que conduza ao desenvolvimento de processos sociais emancipatório. Dessa forma, visa também produzir e socializar conhecimento que contribua com a qualificação do trabalho profissional do Assistente Social, bem como com as demais profissões e atores sociais que partilhem do pacto de luta por uma sociedade radicalmente democrática e justa (COUTINHO, 2000).

1 EM BUSCA DAS RAÍZES HISTÓRICAS DO CONCEITO DE REDE SOCIAL

Este capítulo visa apresentar o estado-da-arte sobre a temática das redes sociais na atualidade, tendo em vista problematizar os aspectos teóricos referentes às redes sociais, associados ao contexto social que incide sobre os mesmos. Para tanto, o capítulo foi dividido em dois itens. No primeiro, buscam-se as raízes históricas dos conceitos de redes sociais e seus pressupostos teórico-metodológicos nas Ciências Sociais, a fim de compreender a emergência e o *status* que as redes sociais assumem na contemporaneidade. O conceito científico de rede tem suas raízes fincadas nas Ciências Biológicas e na Física e, desde a década de 1940, vem sendo incorporada pelas Ciências Sociais, tendo forte vinculação com o referencial sistêmico. A Antropologia e a Sociologia foram disciplinas que contribuíram muito na criação de conteúdos teóricos e práticos sobre as redes sociais, primárias e secundárias, que influenciaram as Ciências Sociais Aplicadas. Dentre as Ciências Sociais Aplicadas, destacou-se o Serviço Social, trazendo algumas das principais produções teóricas atuais sobre a estratégia metodológica do trabalho em rede. Muitas destas retomam categorias do pensamento sistêmico e negam as grandes narrativas, atribuindo às redes à condição de teoria e/ou método de análise da realidade social complexificada. Configuram-se assim, um rico debate e uma disputa política e ideológica no seio da profissão, pela hegemonia da direção ético-política da mesma, que, desde a década de 1980, está firmada sob bases marxistas. No segundo, item são explicitados e contextualizados os conceitos de redes sociais construídos pelas Ciências Sociais na atualidade, sendo aprofundado o conhecimento produzido pelo Serviço Social, a partir de uma visão crítica e propositiva, no sentido de identificar seus limites e possibilidades. O diálogo com os autores de visão crítica provocou a reflexão sobre a possibilidade de elaboração de um “conceito propositivo de redes sociais” (SCHERER-WARREN, 1999) que incorpore o conflito de classe como central para a análise, tanto da dimensão técnica quanto da estratégica das mesmas.

1.1 As origens históricas dos conceitos de redes sociais e suas vertentes teóricas

O conceito de redes foi incorporado pelas Ciências Sociais desde a década de 1940 e vêm, atualmente, constituindo-se “[...] num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diversos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 21). Giongo (2003), em um artigo que trabalha a “família na perspectiva das redes sociais”, apresenta um breve histórico que explicita momentos seqüenciais da construção do conceito de rede dentro das Ciências Sociais. Ao buscar sua definição de rede social, a autora, em primeira instância, refere que “[...] na administração pública o termo ‘rede’ foi, em um primeiro momento, utilizado para designar uma cadeia de serviços, com vínculos hierárquicos, que eram concebidos a partir de uma relação de dependência”(GIONGO, 2003, p. 14). Posteriormente, esse conceito adquiriu um significado de interconexão entre “agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades”, assumindo a noção de “atendimento em rede”, que realiza ações em parceria através das suas unidades operacionais, as quais são independentes, mas interligadas com relação ao processo, aos objetivos e aos princípios que compartilham, que se traduzem em vínculos horizontais que interconectam: agentes, serviços, produtos e os diversos tipos de organizações. “Essa perspectiva ultrapassa a noção, presente no senso comum e na burocracia do Estado, ‘de cadeia de serviços similares, subordinados em geral, a uma organização que exerce a gestão de forma centrada na hierarquia’” (BAPTISTA, 2003, p. 58). No momento em que se associou o adjetivo social à rede, ela passou a “[...] especificar um campo de significado” (GIONGO, 2003, p. 15). É esse campo de significados sociais, políticos e ideológicos que se está buscando desvelar nesta contextualização.

Nas Ciências Sociais, Giongo destaca o estudo do Antropólogo John Barnes, considerado o criador do termo “rede social”, que foi utilizado, pela primeira vez, em 1954, “[...] em um estudo de Antropologia Social sobre os papéis sociais de uma comunidade norueguesa de 4.600 pessoas” (GIONGO, 2003, p. 15). Salienta também outra obra vinculada a Antropologia Social, da antropóloga inglesa Elizabeth Both, publicada em 1957, intitulada **Família e Rede Social**, como sendo um marco no que se refere ao tema das redes sociais.

Nesse livro, Both descreve os resultados de uma pesquisa com 20 famílias britânicas de classe média. A autora mostra a impossibilidade de se entender a família longe do seu contexto social. Chama atenção para a tendência do profissional que estuda famílias de projetar etnocentricamente a visão da família ideal, não respeitando as particularidades do sistema em questão. Desenvolve uma metodologia pioneira para analisar a influência da rede familiar extensa, sua composição e o conteúdo das interações dessa rede com a família que se pretende estudar (GIONGO, 2003, p. 15).

Kern (2005), ao buscar também as origens das redes sociais, identifica nos estudos do grupo Coordenado pelo Professor Enrique di Carlo, do Departamento de Serviço Social da Universidad Nacional de Mar del Plata, na Argentina, que

As práticas das redes encontram suas raízes especialmente na Europa, sobre espaços onde se localizam inúmeras formas de solidariedade nasceram no último século, notadamente desde François Fourier, fundador da escola falanteriana, e Charles, pioneiro da cooperação. Estas fazem parte da família de teias das redes “intervenções coletivas”, acentuando a ação que dá lugar à vontade de buscar por si mesma o seu bem-estar (E.I.E.M. apud KERN, 2005, p. 51).

Jean Pierre Darré é considerado o ponto de partida no estudo da temática das redes sociais. Em uma de suas obras, faz uma análise sobre as redes no município de Hante-Savonne, na França. Seu estudo buscava investigar junto a um “grupo de agricultores sobre o processo necessário de transformação de hábitos produtivos, utilização de novas normas e máquinas” (KERN, 2005, p. 51). A concepção desse pesquisador francês, para sua análise das redes sociais, é a de que a humanidade vivia e sobrevivia, porque sua história estava constituída com base nas redes sociais (KERN, 2005).

Os estudos antropológicos das redes sociais, nas suas origens históricas, estão muito relacionados ao funcionamento das redes sociais primárias, mais especificamente à família e à comunidade, pois a “[...] Antropologia faz uso dos conceitos de redes de vizinhança, de parentesco, de amizade” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 22). E continuam tendo influência significativa na atualidade. A família aparece como a instituição base para a formação da identidade do sujeito e do sentimento de pertencimento do mesmo. Ela é responsável pelo repasse dos valores e princípios que irão reger a participação dos sujeitos na comunidade. Kern acrescenta que há uma interligação da família com as instituições religiosas, com o sistema de proventos e de lazer. Essa idéia de interconexão entre as diversas esferas da vida do sujeito está vinculada ao conceito sistêmico de rede enquanto um sistema aberto, onde se estabelece uma interconexão entre os membros de um grupo com os do outro, o que potencializa os recursos (KERN, 2005).

Silva refere que a

[...] conceituação de Rede enquanto sistema de laços realimentados provém da Biologia. Quando os ecologistas das décadas de 1920 e 1930 estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, propuseram que a rede é único padrão de organização comum a todos os sistemas vivo. (SILVA, 2007a, p. 1)

Essa concepção de rede social “como um sistema vivo” de dimensão ontológica atribui a essa categoria relacional uma centralidade na composição dos “novos” paradigmas de análise da sociedade, tais como: o da correlação de forças de Faleiros; o da complexidade de Morin e seus filiados; o sistêmico de terceira cibernética, no qual se destacam algumas

categorias das obras de Capra³ e de Castells⁴, devido à influência de suas concepções nas produções das demais obras.

Após o final da década de 1960, frente a uma realidade de inúmeras transformações⁵ societárias, marcadas pela reestruturação do capital na década de 1980 e pela frustração de milhares de trabalhadores com o “socialismo real”, as Ciências Sociais vêm retomando o referencial sistêmico e suas bases filosóficas, para descrever e viabilizar os novos arranjos societários, considerados complexos, que se apresentam na sociedade contemporânea. Os “novos” paradigmas anteriormente citados apresentam várias categorias e conceitos em comum, dentre elas: as relações sociais entre os indivíduos, estes considerados células “vivas” que compõem subsistemas, e entre esses com o ecossistema como um todo. Na concepção sistêmica, enfatizam-se mais as relações do que as entidades isoladas, por isso, a importância das redes, das teias de interdependência entre as diferentes partes e o todo. As produções de Capra fundamentam essas idéias a partir do resgate da “concepção sistêmica da vida”. Segundo o autor, é assim definida:

A concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de interação. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização.[...] mas os sistemas não estão limitados a organismos individuais e suas partes. Os mesmos aspectos de totalidades são exibidos por sistemas sociais — como o formigueiro, a colméia ou uma família humana — [...] O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas as teias complexas de relações entre eles (CAPRA, 1982, p. 260).

Ele trabalha simbolicamente com a árvore, para representar a rede de interconexões, dinâmicas, funcionais, não hierarquizadas, que ligam as partes que compõem um sistema, que lhe garantem uma vida saudável, contrapondo-se à concepção de rede vinculada a uma estrutura hierarquizada e rígida. A eco-auto-organização ou a capacidade auto-regulação frente aos desafios do contexto social, ou dos sistemas, é considerada essencial na dinâmica das suas vidas e para sua sobrevivência, e possibilitam-lhes uma certa autonomia e, ao mesmo tempo uma dependência com o meio ambiente. A eco-auto-organização acontece devido à plasticidade e à flexibilidade interna, que lhes garantem as capacidades de auto-renovação, adaptação e evolução frente às mudanças ambientais.

³ **O ponto de mutação:** a ciência, a sociedade e a cultura emergente (1982).

⁴ **A era da informação: economia, sociedade e cultura** (2003).

⁵ No item 2.1 deste trabalho, apresenta-se mais detalhadamente no que se baseiam as principais transformações societárias que caracterizam as profundas mudanças no mundo, em ambos os regimes em disputa pela hegemonia, o socialista e o capitalista. Esse resgate objetiva contextualizar a discussão das redes, na busca de construir um estudo que se articula, de forma dialética, às dimensão micro e macro do fenômeno estudado.

O modelo de “[...] funcionamento dos organismos vivos é guiado por modelos cíclicos de fluxos de informações, conhecidos como laços de realimentação” (CAPRA, 1982, p. 262). Sendo assim, a circulação da informação entre as células é imprescindível para a realimentação da mesma, pois, em caso de “avaria” no sistema, que ocorre por vários fatores, a comunicação é vital para reestabelecer os laços de interdependência que constituem o ciclo de reciprocidade entre as células. Considerando que os acontecimentos, dentre eles, a crise, são cíclicos, não é relevante “[...] saber qual desses fatores foi a causa inicial do colapso” (CAPRA, 1982, p. 262). Há uma preocupação maior com a descrição das formas como são tecidas as teias de relações, e do fluxo de comunicação entre os subsistemas, do que com a investigação dos fenômenos que as conformam. Sendo assim, na “nova sociedade da informação”, o fluxo das informações é considerado por Castells um dos elementos-chave para o modelo de desenvolvimento, por ele denominado de informacionalismo. A velocidade e a fluidez da circulação de informações são vitais para o desenvolvimento do ecossistema e para a garantia do bem comum. Essa necessidade de agilidade informacional alterou as noções de tempo e de espaço, de passado e de futuro, e a consciência passou a ser elaborada a partir de fragmentos do presente. Será esse o fim da história? Por esse prisma, o ritmo das mudanças da realidade é tão intenso que não há possibilidade de comparações históricas ou projeções utópicas, a vida faz-se no aqui e agora.

Dessa forma, com base nas idéias de Castells (2003), a sociedade está vivenciando uma revolução tecnológica que mudou parâmetros culturais, políticos e econômicos que moldaram a Era do Capitalismo Informacional. A globalização e a reestruturação produtiva exigiram um novo funcionamento social em rede. Diante desse contexto, o referencial sistêmico vem incorporando outras categorias vinculadas à sociedade das modernas máquinas cibernéticas⁶, que “[...] exibiam várias propriedades características dos organismos de modo que a distinção entre máquina organismo torna-se muito sutil” (CAPRA, 1982, p. 261). Castells compartilha de algumas das idéias de Capra sobre a importância das máquinas “inteligentes” para viabilizar uma nova “sociedade em rede”, como a Internet e os diversos aparelhos de comunicação. A revolução da tecnologia, ocorreu principalmente com a criação da Internet, na década de 1960, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA), que, objetivando impedir a tomada ou a destruição do sistema de comunicação norte-

⁶ Seguindo a referida citação do texto de Capra, ele explicita, nesse trecho, em uma nota de rodapé, o conceito de cibernética, que se considera importante trazer aqui pois esclarece a origem desse termo, tão utilizado pela teoria sistêmica na atualidade, identificada como de terceira cibernética. Cita que “Cibernética, do grego ‘kybernan’, ‘governar’, é um estudo do controle e da auto-regulação de máquinas e organismos vivos” (CAPRA, 1982, p. 261).

americano pelas forças soviéticas, sob circunstâncias de uma guerra nuclear, criou uma sociedade sem muros para a informação e conduziu a mesma a um processo de interconexão em rede que alterou a dinâmica da economia, da cultura e da linguagem em praticamente todo o mundo. Nesse sentido, Castells faz referência ao que ele chama de falso dilema do determinismo tecnológico, pois “[...] a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (2003, p. 43). Em suma, vislumbra que a “sociedade em rede” é conseqüência desse processo de desenvolvimento humano da nova “era da informação”, marcada pela revolução tecnológica da informação no contexto social da globalização capitalista contemporânea.

O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de rede de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexões, contornando barreiras eletrônicas.[...] Essa rede foi apropriada por indivíduos e grupos no mundo inteiro e com todos tipos de objetivos, bem diferentes das preocupações de uma extinta Guerra Fria (CASTELLS, 2003, p. 44)

Para exemplificar esses argumentos, relatou que a Internet permitiu a comunicação entre os membros dos zapatistas e destes com o mundo, o que lhes deu visibilidade mundial para a organização dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999, dentre outros fatos. Frente a essa realidade, houve mudanças drásticas, algumas positivas e outras negativas, nas formas de relação. Sob perspectivas diferentes, esses autores apresentam, em suas análises sobre a “rede e o ser”, uma valorização e a busca da identidade coletiva e individual. Nas palavras de Castells (2003, p. 42), “[...] devemos nos lembrar de que a busca da identidade é tão poderosa quanto a transformação econômica e tecnológica no registro da nova história”. As identidades são forjadas pelas culturas, e o desenvolvimento da tecnologia depende delas, e esta está atrelada à relação que é construída entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, “[...] a mesma cultura pode produzir trajetórias tecnológicas muito diferentes, dependendo do padrão de relacionamento entre Estado e a sociedade” (CASTELLS, 2003, p. 47). Ele chama atenção para exemplos de cultura de países que submeteram o seu desenvolvimento tecnológico ao controle dos interesses estatais, como no caso da China, nas dinastias Ming e Qing, e nos países socialistas, pois, para ele, ambos não permitiram avanço nessa área. Acredita o autor que um “[...] modelo estadista de inovação leva à estagnação por causa da esterilização da energia inovadora autônoma da sociedade para criar e ampliar a tecnologia” (CASTELLS, 2003, p. 47). As relações, as teias, que são estabelecidas entre Estado e sociedade civil dependem da cultura que engendra a dinâmica entre essas esferas, que pode ou não promover a iniciativa e a criatividade da sociedade civil para o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, evidencia-se que esses

“novos” paradigmas também se preocupam com o papel do Estado na sociedade capitalista atual e como ele deve capacitar os sujeitos para desenvolver tecnologia e utilizá-la em prol da mesma. Mance (1999), ao fazer referência à “Revolução das Redes”, trabalha com a perspectiva de que as redes de produção e de consumo responsável e solidário realizadas pelos excluídos poderão superar o capitalismo globalizado. Mas, para tanto, os excluídos devem ter em mãos a tecnologia disponível na atualidade. Entre as organizações estratégicas para viabilizar essas redes, está o Terceiro Setor⁷, como a via pela qual se garantem o interesse público e, ao mesmo tempo, a iniciativa dos sujeitos que não têm acesso ao consumo de Segundo Setor. Contudo pouco se debate sobre as formas de socialização dessa riqueza socialmente produzida. Nessa “sociedade da informação”, o conhecimento tecnológico tem um elevado valor de troca, fator que vem excluindo a maioria da população pobre e países de capitalismo subdesenvolvido de terem acesso a essa mercadoria. Ainda, o controle e a centralização da tecnologia estão diretamente relacionados à nova divisão internacional do trabalho⁸.

Tanto Castells, na década de 1990, quanto Capra, na década de 1980, visaram compreender e buscar saídas para a sociedade que enfrenta inúmeras transformações societárias desde as últimas quatro décadas do século passado, na maior parte do globo, tanto do lado socialista quanto do capitalista. Os acontecimentos de 1968⁹ e os fatos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que se seguiram nas décadas posteriores atingiram também os intelectuais, que estão em busca de repostas para as expressões da questão social na contemporaneidade. Essas intensas transformações e crises podem ser um dos fatores que contribuíram para as Ciências Sociais se voltarem para referenciais neoconservadores, tais como o sistêmico e/ou para as categorias que seguem essa matriz de pensamento. O que se observa nas produções mais atuais de conhecimento sobre as redes ligadas à teoria dos sistemas é que elas, ao saírem da esfera da Biologia, da Física, da Engenharia de Informação,

⁷ Fernandes (2002, p. 11) refere que: “Terceiro Setor — não lucrativo e não governamental — coexiste hoje no interior de cada sociedade, com o setor público estatal e com o setor privado empresarial”. Teodósio chama atenção para a conceituação extremamente genérica do Terceiro, como aquilo que é público, porém privado, ou, então aquilo, que é privado, porém público, e problematiza que: “Esse trocadilho serve para demonstrar que o Terceiro Setor assemelha-se ao Estado (Primeiro Setor), na medida em que tem objetivos e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por ser uma iniciativa privada (Segundo Setor). Por outro lado, Terceiro Setor não equivale à iniciativa privada (Segundo Setor), pois, apesar de não ser governamental, tem como objetivo o benefício social”. (2002, p. 98-99).

⁸ As transformações no mundo do trabalho, entre elas a divisão internacional do trabalho, são explanadas no Capítulo 2 desta dissertação.

⁹ Esses acontecimentos referem-se aos movimentos mundiais que iniciaram com a revolta dos estudantes na França, mas que se expandiram por toda a Europa, tanto nos países do Ocidente quanto nos do Leste, EUA e outros países, inclusive os da América Latina, que vivenciava uma realidade distinta, mas que também foi influenciada por essas idéias liberais. Esses fatos são trabalhados com mais detalhes no Capítulo 2 desta dissertação.

conquistaram o espaço e o *status* dentro das Ciências Sociais como o símbolo máximo que pode representar a complexidade das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos; pois a sociedade é resultado desse “complexo padrão interativo”(CASTELLS, 2003, p. 42). As análises das relações sociais em rede foram fortemente marcadas pela vertente positivista. Mesmo que hoje essas novas teorias busquem análises mais complexas entre indivíduos e o contexto e visem mais do uma relação linear de causa e efeito entre os fenômenos sociais, não deixam de ter suas raízes calcadas nessa vertente.

Contextualizando algumas particularidades no estudo das redes sociais no Brasil, destacam-se a década de 1950 e as décadas do regime militar (1960-80), em que se vivenciaram as fases política e econômica do desenvolvimentismo populista, período cuja comunidade era considerada uma “célula” de suma importância para a organização da totalidade do sistema social. E a microcélula da família era vista como a sustentação do funcionamento da mesma. Nessas décadas, principalmente entre 1950 e 1970, o Brasil importou dos EUA programas voltados para o “Desenvolvimento de Comunidade”¹⁰ e de Medicina Comunitária, para darem respostas às mazelas vivenciadas pela população urbana, fruto do processo de industrialização. Nesses programas, o “desenvolvimento” econômico e o social da comunidade dependiam exclusivamente da capacidade da própria comunidade de se esforçar, se unir e se organizar para combater a sua pobreza, as suas doenças, dentre outros problemas sociais (SOUZA, 2003). Muitos desses programas foram executados por Assistentes Sociais, que na época, tinham uma visão moralizante e “psicologizante” da questão social. Koga refere-se ao Serviço Social e ao “Desenvolvimento Comunidade” dessa época da seguinte forma:

No contexto do Serviço Social brasileiro o chamado desenvolvimento de comunidade faz parte da história da formação e do debate da atuação dos profissionais da área [...] os primeiros anos da década de 1960, período em que a concepção desenvolvimento de comunidade é constantemente permeada de contradições, ora como estratégia desenvolvimentista, ora como instrumento de mudança (KOGA, 2003, p. 58-59).

A partir também da década de 1950, iniciou-se a utilização da Teoria dos Gráficos da Matemática para a análise de relações sociais desenvolvida por Moreno, técnica chamada de Sociometria, que serviu de base para a Psicologia Social (SCHERER-WARREN, 1999).

A década de 1960, no País, tem particularidades sociohistóricas, se comparada aos acontecimentos ocorridos na Europa nesse período, que mudaram os rumos da produção

¹⁰ “A base do referencial teórico dessas propostas de participação comunitária é a categoria *comunidade*, definida como um agrupamento social e culturalmente homogêneo, portanto com identidade própria e predisposição ao trabalho solidário e voluntário.” (SOUZA, 2003, p. 73, grifo do autor).

científica mundial. No momento em que o mundo vivenciava fortes questionamentos quanto à leitura de realidade e às direções econômica e política oferecidas pelo referencial marxiano, no Brasil, embora também sofrendo influência dos mesmos, estava havendo uma emergência das idéias marxistas no seio da classe operária, em ascensão, no País, desde a década de 1950, e também dentro das Ciências Sociais. Fato este que contribuiu para a mobilização das burguesias nacional e internacional, dos países de capitalismo central, em especial os EUA, para a realização do golpe militar de 1964. A possibilidade do crescimento do comunismo na América Latina fez das ditaduras militares latino-americanas uma das fases mais cruéis da história da classe trabalhadora nesses países.

No Serviço Social, a década de 1960 marcou o início do Movimento de Reconceituação, que visava romper com a conservadora identidade¹¹ atribuída à profissão pelo capital, seguindo modelos importados da Europa, com um pensamento mais sociológico, e dos EUA, centrado nas áreas da Psicologia e da Psicanálise para diagnóstico social. Esses modelos direcionavam o fazer técnico-operativo, incluindo os trabalho em rede, a partir da visão positivista de homem e de mundo. Esse movimento de luta endógeno da profissão foi gestado em uma sociedade que lutava pelo fim da opressão e por um Estado social de vertente democrata. Com o término do regime ditatorial, idéias socialistas garantiram um espaço nos debates das Ciências Sociais e no cenário da esquerda, no País. No final da década de 1980 e na década de 1990, houve a legitimação da hegemonia do paradigma marxista no Serviço Social, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora conquistava a “Constituição Cidadã”, a Constituição Federal de 1988.

Contudo, nessa mesma época, década de 1990, forças progressistas e conservadoras, balizadas por essas “novas” vertentes, reiniciaram um franco processo de disputa política e ideológica dentro da categoria profissional. Emergiram produções teóricas que transitaram por outros referenciais e criaram concepções ideológicas que negam a hegemonia das grandes narrativas, que, de certa forma, enfrentavam as bases teóricas e metodológicas que sustentam a direção ético-política da profissão pós-reconceituada. A busca por outras matrizes teóricas pode estar associada à perplexidade dos teóricos frente a diversos fatos pelos quais a sociedade passou neste último quarto do século XX, dentre eles: a queda do “socialismo real”

¹¹ Martinelli (2006, p.124) caracteriza que: “A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a reprodução do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade”.

e as metamorfoses do sistema do capital, que garantiram a ascensão e a hegemonia da globalização neoliberal, com suas repercussões no aumento das expressões de desigualdade da questão social em dimensões geometricamente jamais imaginadas, fragilizando as resistências da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005a; 2005b); a emergência dos “novos movimentos sociais” a partir do final da década de 1960, não mais centrados na classe social, mas justamente nos aspectos que podem agregar as “diferenças”, ou seja, as múltiplas formas de exclusão do negro, da mulher, dentre outros segmentos, na luta pela liberdade e pelo reconhecimento de sua identidade social; a revolução da tecnologia da informação, que contribui significativamente para difundir uma “cultura de paz” e harmonia entre os diferentes e que somente pode ser reestruturada com a solidariedade e a colaboração mútua, mesmo que as bases desta sociedade estejam ainda calcadas na exploração e na desigualdade. Segundo Castells (2003, p. 43), “[...] a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos de 1960”.

Observa-se que, concomitantemente com a expansão do ajuste neoliberal no País, que prescreveu um Estado mínimo no enfrentamento da questão social e que vem afetando as condições para a materialização dos direitos sociais na vida dos cidadãos, conquistados na Constituição Federal de 1988, também no campo teórico, há uma nova onda de globalização dessas idéias importadas dos EUA e, principalmente, da Europa, que atualizaram formas conservadoras de análise e execução do trabalho social. Desde a década de 1980, as Ciências Sociais estão sendo influenciadas por teorias que retomam o referencial sistêmico para a análise da sociedade e a rede como método de intervenção. Historicamente, o referencial sistêmico, de matriz epistemológica positivista, também marcou a orientação dos estudos e do trabalho com as redes sociais nas Ciências Sociais Aplicadas, inclusive no Serviço Social.

Faleiros, um dos autores importantes no Serviço Social, em uma das suas principais obras da década de 1990, intitulada **Estratégias em Serviço Social**, também apresenta as redes sociais, assim como os autores acima citados, como uma categoria fundamental para fortalecer os sujeitos na realidade social atual. Na construção do paradigma da correlação de forças, define este como

[...] a concepção da intervenção profissional como confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscrita no processo de hegemonia/contra hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir de projetos societários básicos (FALEIROS, 2001, p. 44).

Embora, em sua definição do paradigma da correlação de forças, o autor contemple a dimensão contraditória em que as relações sociais se estabelecem, que pode estar atrelada à

histórica ligação do autor, em suas antigas produções, ao marxismo, acredita-se que a despotencialização técnica do mesmo ocorre em virtude da mudança na sua concepção de objeto de trabalho. Ele enfatiza que hoje o objeto de trabalho do Assistente Social não se configura mais como a questão social, mas, sim, como as relações que os sujeitos estabelecem, pois, para ele, o mundo real é relacional, o que existe de concreto são as relações sociais. Esse objeto se “[...] constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuários e instituição, em que emerge o processo de fortalecimento^{12]} do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais e patrimônios individuais e coletivos” (FALEIROS, 2001, p. 44).

Essa mudança não diz respeito apenas a questões pragmáticas ou técnicas, mas essencialmente de matriz teórica e metodológica. Embora ele não negue a existência de relações de classe, desvincula a questão social enquanto fundante da especialização do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2003), o que fragmenta os caracteres político e coletivo do trabalho profissional, retirando dos meios do processo de trabalho, tais como a rede, a intencionalidade transformadora e revolucionária que direciona o cotidiano profissional. Sendo as relações o foco do trabalho, há espaço para conceber equivocadamente a rede social não como um instrumental, mas uma morfologia social. Concepção sustentada pela noção de redes como uma “[...] teoria, de uma forma de se conceber a realidade” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23).

Conduz-se pela busca de um conhecimento pós-moderno, construído de forma “ecclética”, que recupera conceitos da fenomenologia, da teoria sistêmica, dentre outras, para compreender o sentido que os sujeitos atribuem às suas redes de relações e como estas são estabelecidas. Há uma centralidade do “sentir” em detrimento da razão, que tem conseqüências na identificação das contradições, elemento indispensável na criação de novas sínteses. A razão perde centralidade também porque as concepções pós-modernas acreditam que a potencialidade de adaptação dos sujeitos está justamente no caos, pois, na desordem, existe um auto-ordenamento que é compreensível para os sujeitos em suas particularidade. Nesse sentido, teóricos dessa linha, acreditam que a sociedade pós-moderna resgatou o místico, o lúdico, a criatividade, que irão responder, juntamente com um comportamento gregário comunitário, à “crise” individualizante pela qual a humanidade passa.

Scheunemann, ao descrever as novas articulações sociais, indica que :

Ao contrário da personalidade egotista (fechada em si mesma) da Modernidade, produz-se aqui uma personalidade errante: comunitária, social e ecologicamente

¹² Faleiros sintetiza o “[...] fortalecimento (*empowrment*) dos sujeitos da intervenção profissional num *processo* de articulação de recursos, imaginário, redes que são capitais ou patrimônios disponíveis nas relações sociais de classe, gênero, raça, cultura envolvidas em todo o trabalho” (FALEIROS, 2001, p. 43).

configurada; que vive da e na re-ligação. Isso gera comunidades pontuais, conforme as possibilidades de re-ligação. Estabelece-se uma espécie de correspondência mística, de acesso com a natureza e com o mundo social. Nestas comunidades pontuais, respaldadas nesta correspondência mística [...] Enquanto a Modernidade especializou-se na arte de fixar as pessoas, as vidas, os desejos, as vontades, eliminando a diversidade, as comunidades pontuais vivem a arte da deriva, ilustrada pela porta que abre para a infinidade não controlável a priori de possibilidade (perspectiva destinal) [...] (SCHEUNEMANN, 2003, p. 52)

O que se percebe, principalmente após a década de 1990, dentro do Serviço Social é uma compreensão da rede social a partir da lógica do sujeito, havendo um distanciamento da dialética do concreto entre o micro e macrosocial. Dessa forma, são retomadas as análises endógenas das redes vinculadas mais às primárias e destas com as de diversas redes secundárias¹³ que os sujeitos necessitam para sua sobrevivência; afastando-se da compreensão de como essas redes se constituem e de serem produtos da sociedade capitalista.

Viana explicita que

[...] há uma geração de pesquisadores saídos da lavra culturalistas que, de modo geral, calcavam suas análises em uma crítica às meganarrativas, e enfoques macroestruturais de análise. No lugar da estrutura recuperam a experiência, o vivido, o fragmento, o fugidio, o minúsculo cotidiano[...].(VIANA, 2000, p. 40).

Para muitos autores pós-modernos, já não existem mais as grandes utopias, e vive-se o fim da história. Castells (2003, p.42) cita que “A teoria e a cultura pós-modernas celebram o fim da história e de entender e encontrar sentido até no que não tem sentido. A suposição implícita é a aceitação da total individualização do comportamento e da importância da sociedade ante seu destino”. Essa perspectiva individual volta-se mais para o fortalecimento da subjetividade dos indivíduos do que para a possibilidade de criação de um outro sistema de produção. Nesse sentido, Faleiros descreve que

Na atual conjuntura, os enfrentamentos de interesses, grupos, projetos, estão sendo vistos num processo complexo de relações de classe, gênero, geração, raça, etnia, cultura, religião, parentesco, trazendo à tona a discussão das medições da subjetividade e que não se resumem tourt court na noção de questão social (FALEIROS, 2001, p. 40).

A justificativa da complexificação do mundo tem sido usada para atribuir ao conceito de redes a forma existencial de relação entre os indivíduos e destes com o Estado. A formatação de redes de solidariedade é considerada como a “terceira via” para que a sociedade civil enfrente, de forma moderna, os infortúnios vivenciados pelos sujeitos, pois o Estado corporativo não tem mais condições de atendê-los, diante da diversidade dos fenômenos de exclusão. Castells descreve que

¹³ Faleiros (2001) conceitua rede secundária como aquelas vinculadas às organizações sociais. Esses e outros conceitos serão aprofundados no item 1.2 desta dissertação.

A ênfase nos dispositivos personalizados, na interatividade, na formação de redes e na busca incansável de novas descobertas tecnológicas, mesmo quando não faziam muito sentido comercial, não combinava com a tradição, de certa forma cautelosa, do mundo (CASTELLS, 2003, p. 43).

Em contrapartida, acredita-se que o desafio de problematizar as redes sociais na contemporaneidade está relacionado à idéia de superar as análises das mesmas apenas ligadas ao indivíduo, ou seja, a partir da visão individual do sujeito, de entender a rede social centralizada nas relações sociais que os indivíduos estabelecem em suas vidas, que podem ou não fortalecê-los. Não se está negando a importância das relações sociais, pois o capital é uma relação social¹⁴ histórica, de tensão e contradição, muito distinto do conceito de determinismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), ou da possibilidade de a rede ser um importante instrumento para a ação coletiva e para o trabalho do Assistente Social (MIOTO, 2002).

A Sociologia tem uma longa trajetória de produções teóricas que trabalham com a perspectiva de redes sociais enquanto técnica de ação coletiva, com base em dois principais paradigmas um oriundo “[...] da tradição americana de análise da ação coletiva e da Teoria de Mobilização de recursos (TMR) e [...] [outro de] tradição originalmente europeia da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 25). E, na América Latina, há a particularidade de se compor análise que compatibilize categorias analíticas de ambos os paradigmas¹⁵, que trouxeram contribuições importantes para a explicação das conexões de redes de movimentos sociais que não se encontravam no mesmo campo político de luta.

Autores importantes de vertente crítica, tais como Miotto (2002), Gohn (2005) e Scherer-Warren (1999), trabalham com a perspectiva de que as redes são também estratégias fundamentais nesta era da globalização e das novas tecnologias, não para adaptar os sujeitos ou para ocupar o lugar onde o Estado não responde as expressões da questão social. Ao inverso disso, as redes são entendidas como uma das formas potenciais de arregimentar forças coletivas frente ao capitalismo globalizado, potencializando as lutas dos trabalhadores em todo o globo.

¹⁴ “O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste contexto se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. Assim, a produção social entre as pessoas, entre as classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas [capital e trabalho]. [...]o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social. [...] que supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado [...] Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 30-31)

¹⁵ Para aprofundar teoricamente os paradigmas norte-americano, europeus e latino-americano dos movimentos sociais, ver **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** (GOHN, 2006)

O marxismo, enquanto fundamento teórico, foi assumido pela categoria dos Assistentes Sociais durante as décadas de 1980 e 1990 e, quase concomitantemente, enfrenta uma avalanche de questionamentos que se considera produtiva para a sua legitimidade. O embate que vem sendo travado entre as vertentes teóricas de visão crítica, as quais se consideram mais progressivas, e as de visão positivista faz parte da história e da conformação da identidade profissional. A pluralidade é um dos princípios garantido no Código de Ética da Profissão de 1993. O debate entre os diferentes é o que alimenta a firmeza das convicções, que se distinguem de verdades absolutas, e que afirma a elaboração de uma práxis que tem como “leste”¹⁶ a crença na luta coletiva por uma sociedade radicalmente justa. Contraditoriamente, é na luta que se fortalece a consciência crítica, e é na troca crítica e propositiva que se garante a hegemonia. Ao contrário dos que confundem etapas do socialismo, como o centralismo democrático, com a concepção marxista de construção e socialização de saber, afirma-se que o consenso é fundamental para a hegemonia, e esse só é construído através do diálogo com o diferente.

Nesse sentido, esta dissertação desafia a reflexão sobre a proposta de um conceito propositivo de rede social, que resgate as clássicas interpretações marxistas, enquanto teoria e método capaz, inclusive, de explicar os arranjos contraditórios entre as classes e identificar os limites e as possibilidades que os mesmos apresentam à classe trabalhadora.

1.2 Os conceitos e os paradigmas atuais das redes sociais

Ao fazer referência à análise das redes sociais, em primeira instância, busca-se uma breve caracterização dos principais conceitos de rede social e dos pressupostos teórico-metodológicos que as fundamentam. As ciências em geral — físicas, tecnológicas, da vida, humanas — têm-se utilizado desse conceito. Em cada uma delas, apresenta-se um conteúdo para o conceito de rede. Scherer-Warren (1999) sintetiza os principais conceitos de rede e suas respectivas disciplinas: na **Geografia**, refere às redes técnicas, de produção, redes territoriais e redes sociais urbanas amplas; a **Administração**, a **Sociologia** e os **planejadores urbanos** utilizam-se desta última noção de rede da Geografia; a **Administração** estuda

¹⁶ Leste foi utilizado como um neologismo que representa o Leste Europeu, no sentido de assinalar a importância de analisar a história das experiências socialistas no mundo e provocar a reflexão sobre o termo “norte”, como o ponto cardeal que simboliza a orientação, o caminho certo.

também as redes organizacionais, empresariais e de controle; na **Economia**, são criados conceitos ligados a redes no âmbito do mercado, do consumo, da produção, como em miniprojetos alternativos; na **Antropologia**, como visto anteriormente, está vinculada ao conceito das redes familiares, de amizade, ou seja, as relações primárias; da **Sociologia** vem a noção de redes de articulação político-ideológica ou simbólica; na **Psicologia**, Moreno utiliza-se do conceito da rede extraído da Teoria dos Gráficos Matemáticos para o estudo das relações sociais; da **Biologia** e da **Ecologia** vem a concepção de rede “como tecido social ou como rede energética”; da **Computação** vem a idéia de rede de informação.

A construção dos estudos das redes sociais vem, ao logo da história, combinando várias contribuições das disciplinas para a compreensão e a operacionalização das redes sociais, principalmente nas Ciências Sociais Aplicadas, que visam, além de explicar a realidade, transformá-la. Em termos operacionais, Scherer-Warren (1999) destaca quatro aspectos, do ponto de vista metodológico e conceitual, na definição de redes:

- a) metodologia de análise científica (instrumento para a organização dos dados para a análise);
- b) teoria substantiva (conceito teórico, definidor de uma realidade);
- c) rede técnica (conceito operativo- instrumental para o planejamento);
- d) estratégia de ação coletiva (conceito propositivo de atores coletivos, movimentos sociais).

Scherer-Warren (1999) problematiza esses aspectos em dois pares articulados, por entendê-los indissociáveis: o primeiro, metodologia¹⁷ e teoria; o segundo, rede técnica e estratégia. Sobre metodologia e teoria, refere que são duas faces da atividade de pesquisa. Isto porque, de um lado, o método inicia por um problema “substantivo”, ou seja, que é teoricamente definido, e, por outro, a teoria é validada pelo dado empírico. Contudo há polêmicas em torno da idéia de que rede se refere a um método ou a uma teoria. Sobre o segundo par de aspectos, a rede como técnica e estratégia de ação coletiva ou rede de movimentos, considera que a discussão do uso operacional-instrumental vem sendo acompanhada de teorizações “contextualizadas nas análises sistêmicas de organização territorial ou no corpo teórico de rede territorial”, que são, freqüentemente, utilizadas nas políticas de planejamento pelos gestores, para, por exemplo, planejar e estruturar equipamento e serviços urbanos. “Mais recentemente, a noção de rede vem sendo empregada de forma

¹⁷ A autora não faz a devida distinção entre método e metodologia no conteúdo do texto, e percebe-se que a mesma, neste caso, se utiliza desses como sinônimos.

crecente pelos atores coletivos dos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23).

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). [...] uma nova visão do processo de mudança social — que considera fundamental a **participação cidadã** ^[18] — e da forma de organização dos atores sociais para conduzir o processo. [...] contém significados ideológicos e simbólicos e comporta resultados sociais políticos. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23, grifos nossos).

Na produção do Serviço Social, considera-se a divisão conceitual entre redes primárias e secundárias a que melhor agrupa as demais subclassificações de rede construídas na atualidade. As redes primárias, como a família, são construídas pelas relações de afeto, amizade, vizinhança e comunitárias, que, diretamente relacionadas, constroem a identidade e a auto-estima dos sujeitos (FALEIROS, 2001, p. 24). Baptista (2003) conceitua, com base nas idéias de Faleiros (2001) e de Carvalho e Guará (1995), as redes sociais espontâneas como sendo aquelas construídas no espaço local, a partir de relações primárias, informais, espontâneas, e interpessoais, com maior ou menor intensidade de vínculos afetivos, e suas “[...] **ações se fazem mediante reciprocidade, circulação de informações e prestação de serviços imediatos**” (BAPTISTA, 2003, p. 60, grifos nossos). Dentro dessa categoria de rede social, estão também, além das citadas anteriormente, a comunidade, os amigos, o trabalho, a rua, o quarteirão, a Igreja.

A partir de uma análise do “local” enquanto espaço territorial definidor de identidade e de formas de sociabilidade, Scherer-Warren (1999) apresenta uma divisão das redes sociais em dois tipos de redes permeáveis entre si. O primeiro tipo são as soberanias, que têm uma definição muito próxima ao conceito de rede primária de Faleiros (2001), ou seja, que se constituem, a partir de uma base social informal, dos círculos sociais dos indivíduos, “[...] sua ênfase recai no entendimento das relações no cotidiano mais imediato dos indivíduos, de seus vínculos culturais e simbólicos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 35). O segundo tipo de rede social apresentado por Scherer-Warren são as associativistas, que formam o tecido social local associativo através das relações estabelecidas entre os diversos coletivos sociais. Nelas, “[...] buscam-se as interações políticas entre grupos, tendo em vista a formulação de movimentos, organizações reivindicatórias etc. (a politização)” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 35-36).

¹⁸ O grifo tem como finalidade destacar a categoria participação cidadã, pois essa é uma categoria diretamente relacionada ao controle social. Ambas são categorias explicativas da realidade escolhida para análise no estudo de caso de uma experiência de rede social localizada em uma comunidade da periferia de Porto Alegre, que é o objeto de pesquisa desta dissertação.

Baptista ao trabalhar com a idéia de “rede das redes”, subclassifica¹⁹, ainda, as redes secundárias em sociais de serviços sociocomunitários, setoriais públicas e setoriais privadas.

As redes sociais de serviços sociocomunitários têm como protagonistas históricos os agentes filantrópicos e as organizações comunitárias (Igreja, a Sociedade Amigos do Bairro). Essas redes produzem serviços assistenciais de caráter mutualistas (serviços ambulatoriais, creche, abrigos); desenvolvendo mutirões para moradia, manutenção de equipamentos, limpeza urbana; organizam clubes de mães, festas comunitárias, cooperativas; e implementam serviços de cidadania, melhoria ambiental e da qualidade de vida. **As redes setoriais públicas** estruturam-se a partir de espaço público em função de necessidades tidas como direitos dos indivíduos. Prestam serviços [...] consagrados pelas políticas públicas setoriais [...]. **As redes setoriais privadas** são redes que, por serem de caráter privado, seguem as leis do mercado, oferecendo serviços mediante pagamento. [...] costumam estender-se, via convênio, aos trabalhadores do mercado formal. (BAPTISTA, 2003, p. 60-61, grifos do autor).

Considerando algumas das características culturais e políticas da formação sociohistórica brasileira, tais como paternalismo, patrimonialismo e clientelismo, que foram reproduzidas na estrutura pública do Estado, percebe-se que muitos dos traços das redes organizadas a partir das relações de afeto e reciprocidade pautaram tanto o planejamento quanto a execução das políticas. Relações como “favor”, o compadrio, típicas das redes primárias, tornam-se a medição “universal” ao acesso às políticas estatais (COUTO, 2004). Há uma tensão histórica nas organizações brasileiras, marcada pela apropriação do público pelo privado, forjando uma cultura política²⁰ com caráter personalista. Observa-se que o chefe de Estado brasileiro vem sendo, ao longo da história, considerado por muitos brasileiros como o pai dos pobres, dos necessitados. Herança que contribuiu para que o capitalismo no País se tornasse um dos mais desiguais do mundo, e o Estado mais privado do que social.

¹⁹ Subclassificação fundamentada pela obra **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente** (CARVALHO; GUARÁ, 1995). Nessa subclassificação, Baptista (2003) resgata também a idéia de redes movimentalistas, que é trabalhada no transcórre deste item.

²⁰ Alvarez; Dagnino e Escobar (2000) explicita as características das culturas políticas da América Latina, descrevendo-as da seguinte forma: “São muito influenciadas por aquelas que prevaleceram na Europa e na América do Norte e, contudo, se diferenciam delas. Foram influenciadas por princípios tais como: racionalismo, universalismo e individualismo. Porém esses se combinaram historicamente de maneira contraditória com outros destinados a garantir a exclusão social e política e até a controlar a definição do que conta como político em sociedades extremamente hierarquizadas e injustas. Essa hibridização contraditória alimentou a análise sobre a adoção peculiar do liberalismo como ‘idéias fora do lugar’, que serviu aos interesses econômicos e políticos das elites do século XIX. Tinham uma concepção oligárquica de política, transferida das práticas sociais e políticas dos latifúndios, onde os poderes pessoal, social e político se superpunham, constituindo uma única e mesma realidade. E não só o público é apropriado pelo privado, como as relações políticas são percebidas como extensão das relações privadas — torna uma relação de favor, o personalismo, o clientelismo, práticas políticas comuns. Quando nas primeiras décadas do século XX, não surpreende que essa mesma tradição tenha inspirado o populismo. Mais do que a alegada ‘irracionalidade das massas’, o que estava por trás da liderança identificada como ‘pai’ e salvador dos pobres — era ainda a lógica dominante do personalismo”. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 27-28)

Na atualidade, com a “contra-reforma do Estado”²¹, crescem as redes de ações voluntárias e do Terceiro Setor. E as fronteiras entre estas redes primárias e secundárias estão cada vez mais tênues. A conformação desse lugar que é denominado “público”, porém com acesso privado, muda a “identidade” e a noção de esfera pública, tornando-a um lugar favorável à reprodução das características culturais e relacionais mais conservadoras da política brasileira. O Estado mínimo vem construindo uma gestão híbrida das políticas sociais que agregam as redes sociais setoriais públicas e privadas, alterando inclusive as redes de movimentos sociais, que vem sendo cooptadas pelos interesses do Primeiro e do Segundo Setor, metamorfoseando-se em “Rede do Terceiro Setor”²². Carlos Antonio Silva, um dos teóricos que produzem para a **Rede de Informação Para o Terceiro Setor**²³, refere que há uma coincidência histórica conceitual entre o advento do Terceiro Setor e a utilização intelectual e a própria prática do trabalho em rede, pois “[...] são hoje realidades intrinsecamente relacionadas. **O terceiro setor é essencialmente, uma rede [...]**” (SILVA, 2007a, p. 1, grifos nossos). Segundo Silva (2006b), as redes do Terceiro Setor identificam-se em três categorias, as temáticas, as regionais e as organizacionais, e há, entre elas, múltiplas formatações, muitas vezes híbridas.

Redes temáticas são aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. [...] **As redes regionais** têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros etc. **Redes organizacionais** são, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional — isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns, etc.) — ou as organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ou dispersas territorialmente. (SILVA, 2006b, p. 1, grifos do autor)

Os fundamentos operativos das redes do Terceiro Setor são apresentados como “um código de conduta para a atuação em rede” (SILVA, 2006a, p.1). A atuação deve ser em rede, mas a vinculação dos sujeitos à mesma fundamenta-se numa “consciência individual” à sua

²¹ Os aspectos sócio-históricos sobre a relação entre a “contra-reforma do Estado”, nos anos de 1990, e a emergência das redes sociais de solidariedade como resposta às expressões da questão social serão aprofundados no item 2.2 desta dissertação.

²² Teodósio afirma que, dentro do Terceiro Setor, se encontra uma diversidade de organizações, de diferentes matizes: “[...] associações comunitárias; organizações não-governamentais (ONGs); fundações; igrejas e seitas; organizações sociais (OS) — conforme definição da proposta de reforma do Estado; projetos sociais desenvolvidos por empresas; sindicatos” (TEODÓSIO, 2002, p. 99).

²³ A Rede de Informação Para o Terceiro Setor (RITS) “[...] foi criada em 1997 e traz a palavra rede em seu nome, desde o início. Fundada para contribuir com o fortalecimento da sociedade civil, através das tecnologias de comunicação e informação, a Rits sempre promoveu a articulação de instituições em prol da informação e de conhecimento sobre e para o terceiro setor. O projeto de estímulo à construção de redes vem sendo desenvolvido desde maio de 1999, quando a Rits reuniu no Rio de Janeiro algumas entidades de vários estados para discutir os princípios e desafios do Terceiro Setor no uso da Internet. A Rits vem articulando o desenvolvimento de redes através de palestras, reuniões de apresentação do projeto e visitas a entidades em todo o país. Paralelamente, o debate acontece em um ciberfórum especialmente criado para esse fim, do qual participam os representantes das entidades animadoras das redes em articulação” (SILVA, 2007b, p. 1).

vontade de participar, que está diretamente relacionada à colaboração. O que une seus membros são os “[...] valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos” (SILVA, 2006a, p.1). E, como a rede é considerada uma comunidade, preconiza-se a criação de pactos e padrões de convivência que são acordados pelo coletivo. A comunicação e a interatividade seguem esses acordos. Porém, ao mesmo tempo ela é dinâmica, movimenta-se e ultrapassa as fronteiras físicas e geográficas e transforma sua configuração mediante as diversas conexões realizadas, em função dos seus objetivos. A circulação de informações é livre, mas, para haver a “realimentação do sistema”, ela não ocorre de forma linear a uma infinidade de pontos, pois “[...] o importante nesses fluxos [...] retorno, *feedback*, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisa” (SILVA, 2006a, p.1). Como uma rede não tem centro, ela se desdobra em várias outras, autônomas, que são capazes de operar desligadas do restante da rede. Esse processo é denominado de descentralização e capilarização. Por fim, não há hierarquia ou chefia as lideranças são múltiplas, e as decisões devem ser compartilhadas.

Com a emergência do Terceiro Setor, na década de 1990,²⁴ e de suas redes, muitos movimentos sociais — com destaque para os novos movimentos — tornaram-se executores de políticas sociais vinculadas às temáticas pelas quais lutavam. Com financiamento da esfera pública e/ou privada, e em alguns casos de ambas, transformaram-se em “redes temáticas do Terceiro Setor”, fragilizando a classe trabalhadora na correlação de forças com o capital, sob, no mínimo, dois aspectos interligados. O primeiro refere-se à minimização das formas de resistência e de consciência de classe, através da cooptação ideológica e objetiva da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005a), para estruturar o projeto hegemônico da burguesia, traduzido, no momento, pelo modelo neoliberal. O segundo aspecto diz respeito ao crescimento do trabalho precarizado²⁵, subcontratado e mesmo voluntário, realizados pelo Terceiro Setor, apresentados como saída possível para os efeitos do desemprego estrutural (VIANA, 2000), fato que vem abalando a potência de pressão do trabalho e o exercício e o acesso aos direitos de cidadania e de vida digna, conquistados pela classe trabalhadora na modernidade. Essas condições de trabalho estão, desde a década de 1990, sendo normatizadas

²⁴ O acontecimento da ECO 92, no Rio de Janeiro, foi marcante para a emergência e para a popularidade das ONGs no cenário nacional. Sobottka destaca que: “No embalo de oportunidades circunstanciais como a ECO 92 no Rio de Janeiro, as ONGs tornaram-se presentes nos meios mais expressivos de comunicação em massa, receberam uma ampla aceitação na opinião pública e passaram a figurar na pauta de congressos e projetos acadêmicos de pesquisa”(SOBOTTKA, 2003, p. 49). Segundo Scherer-Warren: “O termo ONG tornou-se popular na América Latina, sobretudo, após a ECO-92” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 43)

²⁵ As transformações do “mundo do trabalho” e suas repercussões societárias são trabalhadas no item 2.1 desta dissertação.

pelo próprio Estado, mediante instrumentos legais que regulamentam juridicamente a separação entre cidadão e não-cidadão, tornando a cidadania uma mercadoria acessível a uma pequena parcela da população (PEREIRA, 2002)

Contudo tanto o Estado quando as organizações não-governamentais são espaços de disputa, e a identificação das contradições dentro dos novos espaços democráticos criados pelo Estado e da sociedade civil²⁶ é central para a criação de oportunidades políticas que possibilitem que sejam garantidos os interesses da classe trabalhadora. Existem movimentos sociais que tecem relações com organizações do Terceiro Setor, com as redes de solidariedade, dentre outras, como as citadas por Scherer-Warren (1993), na realidade brasileira, compostas por ONGs que estão envolvidas na temática da AIDS, ou engajadas na luta do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e de Meninos e Meninas de Rua, que são ONGs “[...] voltadas para a defesa e a promoção dos direitos sociais e de cidadania” e podem contribuir para a mudança das situações concretas de exclusão. Baptista (2003, p. 61) destaca que as “redes sociais movimentalistas”²⁷ têm como finalidade “denúncia e de vigilância e luta reivindicatória por melhores condições de vida e pela afirmação de direitos”.

Porém, como assinala Teodósio (2002), no “espectro” do Terceiro Setor, encontra-se uma diversidade de organizações de diferentes orientações políticas e ideológicas. Dependendo dessas orientações, os elos que os movimentos sociais realizam com as organizações civis podem potencializá-los e/ou torná-los funcionais à lógica do sistema.

²⁶ Embora, em vários momentos sejam citadas as categorias Estado e sociedade civil separadamente, o conceito que fundamenta o estudo é o de Estado ampliado, trabalhado por Gramsci, que Liguori (2003) o define da seguinte forma: “[...] ‘Estado ampliado’; que sendo Gramsci um pensador fortemente dialético, Estado e sociedade civil (mas também estrutura e superestrutura) apresentam-se em seus escritos como conceitos distintos, mas não organicamente separados e separáveis. [...] não faz do Estado a condição de ‘sujeito histórico’ e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista, mas, para as classes [...] [é] a forma concreta de um mundo produtivo. [...] Dialética [...] [que] impede uma ‘distinção orgânica’ entre Estado e sociedade. [...] vale-se de um esquema triádico, formado por economia–sociedade civil–Estado”. A superestrutura é formada por dois planos: “o que pode ser chamado de sociedade civil, (isto é, o conjunto de organizações designadas vulgarmente como ‘privadas’), e o da sociedade política ou Estado. [...] Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é um instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica”. [...] No entanto, há uma ‘trama privada do Estado’, constituída por partidos e associações, por meio da qual o Estado pede e obtém por consensos, educando “através de organizações privadas, deixando à iniciativa privada da classe dirigente, [...] portanto, [ele] é o sujeito da iniciativa político-cultural e atua por meio de canais aparentemente privados. [...] [O que faz do Estado um] instrumento para garantir as condições da produção, mas também como meio mais complexo, do qual ele [...] destaca as novas ‘determinações’, habitualmente esquecidas, ou seja, os aparelhos ideológicos [...]”. Na perspectiva do Estado ampliado, elementos como força e consenso, coerção e persuasão que remetem à noção de “Estado é = sociedade política + sociedade civil”, agregando a dimensão de “hegemonia coraçada de coerção”. E sendo assim, Estado deve ser entendido para “além do aparelho de governo, também um aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil, [...] que, em seu significado ‘integral’ que o Estado é ‘ditadura + hegemonia’” (LIGUORI, 2003, p. 173 -180).

²⁷ O termo “redes movimentalistas”, no Brasil, é utilizado para denominar as redes de organizações não-governamentais, ligadas à tradição antropológica de análise de redes sociais para os estudos dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1993, p. 25).

Diante disso, faz-se necessário trazer uma síntese das redes de organizações civis e de ações coletivas na atualidade construída por Scherer-Warren (2005)²⁸. A autora apresenta as suas principais características, baseada nas dimensões de solidariedade, estratégia e pensamento crítico, que se encontram imbricadas e em permanente “vir a ser”, no interior da rede.

Tipos de Redes	Dimensão Solidária	Dimensão Estratégica	Pensamento Crítico	Exemplos
Ações Voluntárias	Filantropia	Enfrentar a exclusão social	Restabelecer a dignidade	Campanha Contra a Fome
Economia Solidária	Cooperação	Intercâmbio direto	Intercâmbios Desiguais	Clubes de Trocas
Terceiro Setor	Ajuda aos necessitados	Parcerias	Empoderamento social	Empresariado Social
Ações Humanitárias	Vítimas de desastre	Ajudas emergenciais	Compromisso moral	Médicos Sem Fronteiras
Redes Identitárias	Reconhecimento social	Inclusão social	Direito à diferença	Feminismo Ms. Étnicos, etc.
Ações Educativas	Pedagogia social	Consciência social	Emancipação coletiva	CEBs, CPCCs, Eco-Pedagogia
Democracia Participativa	Negociação	Parceiras na esfera pública	Empoderamento da sociedade civil	Orçamento Participativo
Cidadania Planetária	Solidariedade intercultural	Intercâmbios dialógicos	Justiça e democracia	Fórum Social Mundial

Quadro 1 – Tipos de redes de organizações civis e ações coletivas.

FONTE: SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. Revista *Katálysis*. Florianópolis, v.8, n.1, Editora da UFSC, jan./jun. 2005)

Entretanto esse movimento atual da sociedade capitalista, de refração do Estado na área social, de crescimento das redes do Terceiro Setor, dentre outros, está subsumindo os movimentos sociais de cunho mais revolucionário. As suas ações das organizações sociais, ao invés de potencializar a ação coletiva, no sentido de contribuir com a construção de outra

²⁸ Destaca-se, no quadro 1, apenas o conteúdo de algumas dessas redes que não foram devidamente conceituadas anteriormente: “O **Voluntariado** expressa coletivamente sua solidariedade através da filantropia, na esperança de uma diminuição da exclusão social e dentro da perspectiva de restabelecer a dignidade aos pobres [...]. Há críticas sobre as reais possibilidades de se transcender o mero assistencialismo neste tipo de ação. Na **Economia Solidária** grupos visam desenvolver o espírito de cooperação através do intercâmbio entre produtores e consumidores baseadas nas críticas das ‘trocas’ desiguais no sistema econômico moderno, e formando uma rede solidariedade e usando uma moeda alternativa própria. Há, todavia, dúvidas quanto à possibilidade de sobrevivência destas práticas no interior de uma sociedade capitalista. As **Ações Humanitárias** implicam ajudas emergenciais para vítimas de desastre [...] enquanto compromisso moral humanitário [...]. As críticas aqui se referem ao fato de que estas ações, colocando atenção na minimização dos sofrimentos da guerra, poderiam vir a legitimá-la. As **Redes Identitárias** buscam o reconhecimento social de seus pares identitários, almejando inclusão social e participação na esfera pública, levando [...] a necessidade de afirmação do direito à diferença [...]. A crítica que [...] afirmação radical da diferença e/ou das identidades restritivas [...] podem gerar separatistas socioculturais ou xenofobia. A **Ação Educativa** trabalha com a pedagogia social para formação da consciência social em relação à qualidade de vida, ecologia [...] O desafio [...] como passar da educação à participação política e a movimentos na esfera pública. A **Democracia Participativa** [...] negociação solidária que ocorre através da participação da sociedade civil na esfera da governança local. [...]. O desafio é de como incluir a efetiva da população mais excluída e pouco organizada. [...] **Cidadania Planetária** [...] solidariedade intercultural [...] dos grupos e movimentos sociais diversificados, defendendo princípios de justiça e democracia. [...] O desafio [...] Como, com base em uma tradição, construir a comunicação de sujeitos sociais diferenciados”. (SCHERER-WARREN, 2005, p. 27-28, grifos do autor).

sociedade, transformam-se em um fim em si mesmas, passando a ocupar o papel do Estado na materialização do direito social, embora sem a possibilidade de garantir esse caráter.

Funcionam com características mistas das redes sociais sociocomunitárias, ou de ações voluntárias, e ainda das de serviços privados. Viana, ao tratar as “lutas redes de movimentos sociais no final do século XX”, descreve que, nestes tempos, há um:

[...] aumento do número de ONGs e de formas associativas diversas que têm firmado parcerias com setores governamentais com vistas à implementação de projetos com aporte financeiro público estatal, muitas vezes numa perspectiva adesiva ao modelo de gestão público transferidor de atribuições para as organizações civis, em face, sobre tudo, da política redutora do Estado. Assim, muitas organizações e movimentos sociais que há alguns anos desenvolviam uma atuação na perspectiva emancipatória, hoje aderem à terceirização e à desregulamentação do mercado não raras vezes por entender ser a única forma de sobreviver institucionalmente (VIANA, 2000, p. 44).

Para fazer frente à essa realidade, a articulação de redes sociais que agregam diversos atores sociais torna-se imprescindível na luta por padrões civilizatórios mais dignos, inclusive na dimensão cultural, porém é imperativo serem levadas em consideração, para as análises desses arranjos, as questões estruturais e conjunturais, pois a própria formação dos desenhos possíveis para as redes está atrelada aos interesses antagônicos de classe. Contudo, tradicionalmente, a concepção de classe não tem sido a característica predominante das redes de movimentos sociais no Brasil. Scherer-Warren (1993) apresenta as principais características das mesmas no contexto da sociedade brasileira, que são:

a) **articulação de atores e movimentos sociais e culturais** — as formas e razões para a articulação são plurais, podendo agregar o mesmo tipo de organização popular, como associações de bairro, e outras que visam articular movimento popular como um todo. Podem também se articular em função de uma demanda específica, em âmbito regional, para construir força de pressão institucional, ou, mais amplas, em âmbitos nacional ou transnacional. Suas atuações podem ser nas mais variadas frentes, como Rede de Solidariedade, na defesa e na promoção dos direitos sociais e de cidadania. “[...] verifica-se [...] também, articulações informais ocorridas em função de lutas conjunturais. [...] Mais recentemente [...] Fóruns de movimentos populares e sociais que contam com a participação de diversas forças organizadas da sociedade civil (como as ONGs)” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 120). A autora destaca, nessa articulação, o Fórum das ONGs ecológicas e populares realizado para a preparação da Conferência Paralela à ECO-92;

b) **transnacionalidade** — a intensidade desse aspecto ocorre de diferentes formas, nas diversas redes. As redes de ONGs são freqüentemente financiadas por ONGs internacionais. Mas há uma cooperação de “[...] mão dupla instaurando assim um novo estilo

de cooperação internacional. [...] Discutem-se prioridades e estratégias conjuntas [...]” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 120);

c) **pluralismo organizacional e ideológico** — “Manifesta-se pelo fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes, ou pelo fato da mesma organização incorporar atores com concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 121). Entretanto há um compartilhamento de princípios éticos mínimos comuns entre os atores sociais;

d) **atuação nos campos cultural e político** — acompanhando a construção de novos atores sociais e a redefinição dos espaços de cidadania nos âmbitos sociais e político, para os quais os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 contribuíram, “[...] as redes de movimentos tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio liberdade (e democracia) e sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável)” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 121).

Em termos operacionais, no Serviço Social, destacam-se os estudos de Faleiros, que apresenta uma proposta metodológica de trabalho em rede que não traz muitas margens à crítica, pois, tecnicamente, ela é extremamente aplicável, tendo uma lógica operacional consistente, com passos que preconizam a articulação do micro e do macro. Em aspectos gerais, visa identificar as fragilidades dos sujeitos através do mapeamento histórico de suas relações sociais — **biovias**²⁹ — com as redes sociais, tanto primárias quanto secundárias, articulando-as no que se refere ao indivíduo e à coletividade. A finalidade é fortalecer o sujeito, para que ele estabeleça relações que recuperem os capitais perdidos e garantam sua cidadania, identidade e autonomia. E, para intervir nesse processo o profissional, o profissional trabalha com a “metodologia da articulação”, sendo central a categoria da medição. A proposta de *empowerment*, a partir do paradigma da “correlação de forças”, é descrito pelo autor como:

[...] as medições de poder e, portanto, de opressão, subordinação, discriminação, vitimização, fragilização, exploração são postas e pressupostas teórica e praticamente, implicando o compromisso ou engajamento dos assistentes sociais com o fortalecimento do oprimido no processo de enfrentamento de suas fragilidades/patrimonização, adotando “a práxis da política mais vantajosa para a classes e camadas populares” (FALEIROS, 2001, p. 50-51).

²⁹ Termo proposto por Faleiros, em seu livro **Estratégias em Serviço Social** “[...] para designar os caminhos da vida, da família, de redes de pertencimento, de vizinhança.” (FALEIROS, 2001, p. 75).

Embora, na descrição que faz sobre as medições que o Assistente Social realiza sob as relações de poder³⁰, que se caracterizam enquanto expressões de desigualdade da questão social, a relação de conflito entre capital e trabalho deixa de ser objeto nessa perspectiva do trabalho. Nesse sentido, o objeto emerge no contexto institucional e da dinâmica de correlação de forças. Pode-se sistematizar essa proposta metodológica com a sistematização exposta na Figura 1.

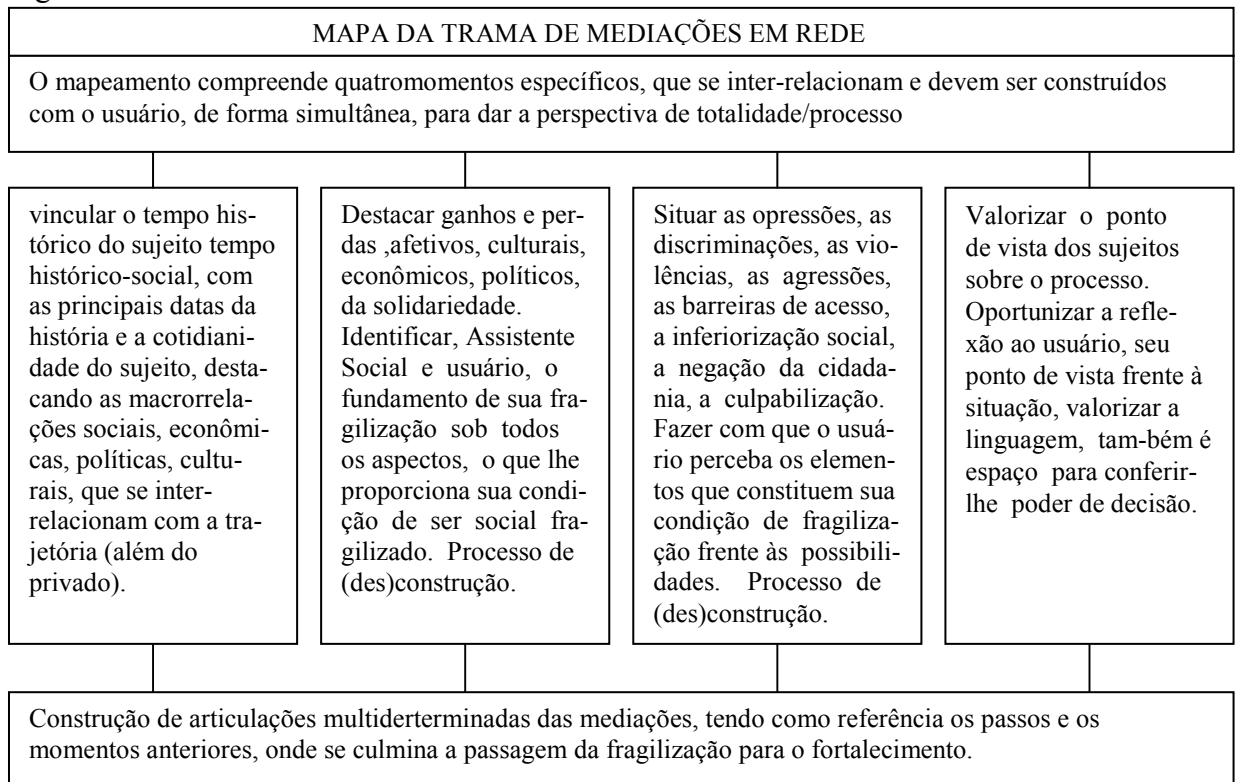


Figura 1- Processo teórico-metodológico da construção da rede de apoio.

FONTE: Quadro adaptado pela mestranda a partir da sistematização realizada por KERN, Francisco Arseli. Redes sociais. Caderno Universitário. Canoas, Editora da Ulbra, n. 58, 2002, com base na metodologia do trabalho em redes de FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2001.

Türck apresenta uma discussão operacional de trabalho em rede, na perspectiva de enfrentar as expressões da questão social, tais como: “violência, miséria, tráfico de drogas, desemprego, prostituição, abandono” (TÜRCK, 2002, p. 19). Elabora dois conceitos operativos para o trabalho em rede social de apoio, que visam ao enfrentamento dessas expressões através de políticas sociais que trabalhem de forma articulada, tanto intra-institucional quando intersetorialmente. Essas articulações são denominadas: redes internas e redes sociais. A “estrutura” da rede interna é definida por Türck como:

Síntese da experiência e conhecimento profissional dos atores sociais em uma ação conjunta e participativa, objetivando a construção de uma práxis interdisciplinar no

³⁰ Faleiros conceitua poder como “[...] é articulação de forças em múltiplas dimensões: classe, raça, gênero, imaginário, cultura, recursos, teorias, linguagem família...”(FALEIROS, 2001, p. 71)

atendimento a situações individuais e /ou coletivas que emergem em um determinado contexto social. (2002, p. 32)

A metodologia da rede interna conta com a formação de núcleos estáveis da rede de planejamento (NERp) e operacionais (NERos), onde as pessoas/profissionais das diversas instituições e/ou órgãos, públicos ou privados, se “encontram” mobilizadas por objetivos comuns. Essa proposta metodológica pode ser identificada com o conceito de atendimento em rede definido por Baptista, que refere que esse “[...] se constitui pela articulação de um conjunto amplo e dinâmico de organizações diversas, em torno de interesses comuns, que realizam ações complementares em um processo unitário e coerente de decisões, estratégicas e esforços” (Baptista, 2003, p. 58). Para Türck, as pessoas reúnem-se independentemente dos interesses das instituições que representam. Para que isso ocorra, uma das exigências transversais principais é a solidariedade, caracterizada pela autora como:

É uma solidariedade entre as pessoas, entre e intraclasses, em que barreiras criadas em função das desigualdades sociais possam ser rompidas para a reconstrução de uma nova solidariedade, em que o compromisso e a responsabilidade estejam presentes (TÜRCK, 2002, p. 32).

Pressupõe como elementos fundamentais: “flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualidade para executar” (TÜRCK, 2002, p. 32). Esses fundamentos estão diretamente relacionados à intencionalidade individual dos sujeitos de trabalhar em rede, contrapondo-se a uma sociedade cunhada pela cultura do individualismo.

No espaço relacional da rede interna, as pessoas passam a demarcar sua identidade individual e seu lugar. Essa dinâmica relacional do eu e do grupo deve ser marcada pelo diálogo, que possibilitará o compartilhamento do aprendizado e, assim, a produção de um saber e de uma metodologia interdisciplinar, necessitando-se para tanto, “capacidade de comunicação entre os indivíduos”, um “processo de intercomunicação” que preconiza uma escuta que compreende o outro “não só intelectualmente como afetivamente”.

A possibilidade de os sujeitos de diferentes políticas se reunirem através do NERp, para planejar e “[...] estabelecer propostas de melhoria em nível de políticas e diretrizes interinstitucionais”, é uma importante estratégia para a efetivação de políticas sociais que visam à atenção integral, ou seja, que qualifica o trabalho realizado pelos NERos. O NERp cria um espaço que insere a comunidade no processo de criação das redes sociais, com seus recursos, e incentiva a responsabilização coletiva na solução de problemas. A análise e a compreensão do todo contribuem para que os trabalhadores não se institucionalizem, pois o trabalho realizado nos moldes de instituição total faz com que tanto os executores dos atendimentos quanto os usuários fragilizem sua identidade e reproduzam valores instituídos.

Na dinâmica da rede interna, os sujeitos tornam-se mediadores e facilitadores, no seu núcleo, dos demais. “A articulação destes dois núcleos constitui uma verdadeira malha social [...] o movimento entre o NERp e o NERo, constitui no espaço interno institucional, estabelece uma co-responsabilidade interna que movimenta recursos sociais para fora de si mesmo” (TÜRCK, 2002, p. 37).

O processo da rede interna é o caminho para a construção da rede social, pois, segundo a autora, esta é: uma “[...] espécie de núcleo oriunda do NERp e do RERO e dos Recursos Sociais. Essa articulação constitui o sistema de Rede Social Integrada, RESI” e tem como objetivo “[...] estabelecer o espaço necessário para a construção de uma ação conjunta, solidária e participativa, visando à solução de problemas que emergem em uma determinada comunidade” (TÜRCK, 2002, p. 42). A trama de conexões da rede social só pode ser tecida a partir de um sistema de comunicação, que pode ser informatizado ou manual, pois o fluxo das informações e dos recursos sociais da rede é um dos nós vitais para a sua manutenção, pois se a rede estiver organizada no sentido de uma práxis interdisciplinar, se estará formando uma Rede Social de Apoio.

Em síntese, a operacionalização do trabalho em rede é descrita pela autora considerando os seguintes aspectos:

- atualização sistemática dos dados;
- definição de objetivos;
- realização de reuniões;
- entrega de material em um momento coletivo;
- instalação de central de informação, que pode ser informatizada e/ou manual;
- ampla divulgação à população (TÜRCK, 2002, p. 48)

A operacionalização das redes internas e sociais está vinculada ao investimento dos indivíduos, pois “[...] em todos os lugares onde existem pessoas comprometidas com uma causa ou tarefa, abre-se espaço para a construção” dessas (TÜRCK, 2002, p. 43). A construção teórica e prática da rede social elaborada por Türck (2002) aproxima-se da idéia de diagnóstico estratégico³¹ problematizada por Baptista (2003). Ambas autoras destacam a

³¹ A concepção de diagnóstico estratégico com o qual a autora trabalha está ligado às idéias de Testa (1989) sobre o estudo da situação-problema, a dimensão política no diagnóstico estratégico em saúde, para compreender que os atores que representam uma rede de serviços, por exemplo, defendem interesses diferentes e em disputa, dependendo do lugar que ocupam e dos projetos societários que representam. Nesse sentido, é essencial identificar quais são os opositores, os indiferentes e os parceiros que se relacionam na rede, os que podem prejudicar ou apoiar uma ação frente a uma determinada situação, que pode ser considerada um problema, dependendo dessa posição política dos atores sociais envolvidos, de forma direta ou indireta.

importância de se estudar a realidade vivenciada pela comunidade e, para tanto, desvelar a “história local, a geografia e cultura, a colonização em suas etnias, usos e costumes” (TÜRCK, 2002, p. 47). Baptista apresenta a questão de fundo para a análise das redes sociais, que se refere ao projeto ético-político de sociedade que essas têm como missão, ou dos que regem as diversas organizações que compõem a rede. Em suas palavras,

A apreensão [...] da rede de atendimento existente [...] Procura verificar sua compatibilidade tanto com o contexto histórico, cultural e político no qual tem que operar, quanto com a missão ético-política da sociedade de assegurar a elevação progressiva dos níveis de vida da população (BAPTISTA, 2003, p. 59).

O trabalho em rede, em uma visão técnico-estratégia, ocupa-se com a dimensão de “territorialidade” (KOGA, 2003) e tem que desvelar os diversos atores e setores sociais que podem interferir na situação/realidade de uma determinada comunidade, considerada uma perspectiva de “[...] rede das redes onde se localizam os diferentes espaços e âmbitos nos quais elas se configuram” (BAPTISTA, 2003, p. 60). Nesse sentido, a territorialização, enquanto uma pesquisa realizada no espaço vivido, é composta por vários instrumentos de coleta de dados, tais como: passeio ambiental, geoprocessamento, história oral das lideranças e moradores antigos do território, bem como a identificação das formas de organização social da comunidade, que estão diretamente relacionadas às formas, articulações e arranjos entre as redes sociais locais e que estão geograficamente fora do território (SILVA et al., 2001). Esse estudo estratégico da situação é imprescindível para o planejamento e a execução de políticas que tenham efetividade e alcance social junto aos cidadãos demandatários (KOGA, 2003).

No estudo das redes sociais, devem-se levar em consideração as propostas políticas das organizações, das instituições, dos movimentos sociais, dentre outros, pois, nas redes sociais, não estão sendo apenas realizados procedimentos operacionais, mas feitas articulações entre sujeitos sociais que representam produções ideológicas. Os procedimentos operacionais e a ideologia estão indissolúvelmente engendrados e têm como finalidade interiorizar certas condutas nos sujeitos e legitimar princípios (PÁGES, et al., 1993).

O que se observa em muitas obras sobre as redes sociais é uma clareza na formatação metodológica que possibilita, através de passos predefinidos, mas não estanques, realizar o processo de planejamento e de execução de ações e de projetos em rede, principalmente vinculado à rede de serviços sociais de caráter intersetorial e interdisciplinar. Contudo há uma frágil discussão sobre os projetos societários em confronto na sociedade atual e sobre as redes sociais que se organizam para lutarem por interesses distintos. Isso, no entanto, não deslegitima as produções técnicas desses autores, que são de suma importância para a operacionalização do trabalho profissional.

Os aspectos técnicos das redes sociais são importantes, se combinados a sua dimensão estratégica e voltados para um conceito propositivo. Isto porque a potência do instrumento está na direção ideologia e política que o orienta. A noção de um conceito propositivo voltado para a concepção de rede de movimentos sociais com dimensão de classe para as redes sociais visa à promoção de espaços democráticos que contribuam para a criação de sujeitos sociais³² que se organizem em movimentos sociais populares. Favorecendo, assim, o exercício da “participação cidadã” e do controle social sobre a sociedade política e, por sua vez, sobre as políticas públicas, tendo em vista a manutenção e a ampliação dos direitos de cidadania, etapa necessária na construção um de patamar de civilidade que contribua com as bases de uma outra sociedade mais justa (TELLES, 2001).

Refuta-se a perspectiva dos que defendem que “[...] organizar-se em torno de redes significa participar de uma visão da realidade que tende a superar a tradicional visão dicotômica de uma sociedade dividida em dois nítidos grupos de conflito, opostos entre si” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 50-51). Acredita-se que os limites e as possibilidades das redes sociais se situam justamente na dinâmica da sociedade de classe. A efetividade e o alcance social dos objetivos das redes sociais estão atrelados ao seu conteúdo e à posição política e ideológica frente ao *status quo*. Dessa forma, as redes sociais, por si só, não garantem uma “nova organização societária”, podem ser funcionais ao sistema e/ou uma ameaça. Scherer-Warren (1993) ao se referir à transnacionalidade das redes de movimentos sociais, afirma que

A transnacionalidade nos movimentos de direitos humanos e ecológicos é mais estimulada dos que os movimentos populares propriamente ditos. Entretanto, quando os primeiros (MDH e ecológicos) formam redes de pressão institucional ou cultural a favor dos segmentos dos (M. Populares), podem vir a ser interpretados pelas forças conservadoras como uma ameaça à ordem de dominação (SCHERER-WARREN, 1993, p. 120).

Viana, ao questionar a autonomia das redes e das ONGs, referindo-se também à questão da transnacionalização, descreve que, freqüentemente a definição de prioridade das mesmas é feita pelas agências financiadoras externas, “[...] em muitos casos por absoluta

³² “Sujeito social refere-se à relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a idéia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo. Pos isso fala-se de construção de sujeitos sociais, pois este se constitui nas relações sociais, que inclui autonomia, ou autocriatividade, e a alteridade, ou o reconhecimento e respeito ao outro e à diversidade, mas em um mundo construído coletivamente e referenciado por valores, que se tornam socialmente relevantes nos grupos identitários e, as vezes, se universalizam” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 120). Para complementar seu conceito de sujeito social, autora recorre a uma citação de Touraine, que refere que o sujeito se caracteriza pela vontade do indivíduo de agir e ser reconhecido como ator, sendo agente de uma obra coletiva, é na relação social com outro sujeito que os indivíduos deixam a condição de ser funcionais ao sistema social para serem criadores de si mesmos da sociedade.

necessidade de garantir o financiamento para projetos” (VIANA, 2000, p. 44). Sendo assim, as agências não estão apenas investindo em *marketing* social, mas também no controle das ações ou temas que podem ser subversivos à “ordem e ao progresso” da sociedade burguesa. A contextualização das redes sociais propositivas no cenário do capitalismo contemporâneo, onde a classe trabalhadora vem enfrentando avanços e retrocessos, permitirá sua compreensão enquanto uma arena de disputa. Espaço onde haverá possibilidade de cooperação e solidariedade permanentes entre os sujeitos que fazem parte da mesma classe. O que não significa que as redes deixem de tecer uma pluralidade de parcerias que podem servir aos interesses da classe trabalhadora, mas deve-se ter claro que essas encontram seus limites no momento em que prejudiquem os interesses do capital. Esta consciência crítica sobre as contradições que engendram as diversas redes sociais é o que balizará a participação crítica dos atores coletivos ou sujeitos sociais nesses espaços.

2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS REDES SOCIAIS

Neste capítulo, percorre-se a trajetória das últimas quatro décadas do século XX até os dias atuais, apontando algumas das transformações societárias que engendraram esse período histórico, na busca de respostas para a ascensão do projeto neoliberal. Inicia-se problematizando as interfases entre os “acontecimentos de 1968” no mundo e a emergência de uma “nova” esquerda e de novos movimentos sociais, com a fragilização das utopias voltadas para a construção de uma sociedade socialista, tanto no seio da classe trabalhadora quanto de seus intelectuais, principalmente após a queda do muro de Berlin. Ao ir à história, visa-se, também, desvelar as relações entre as metamorfoses do sistema do capital, destacando-se a reestruturação produtiva, uma nova onda de globalização e os ajustes neoliberais que redefiniram o papel do Estado e da sociedade civil no enfrentamento da questão social, com ênfase nas redes sociais solidárias, como sendo uma das teias que tecem o alternativo sistema de proteção social híbrido. Contudo, tendo em vista a dimensão contraditória do Estado e dos espaços das redes sociais, há experiências, nessa fase do capitalismo globalizado, de organização dos movimentos sociais e de ações coletivas em forma de rede, que, dependendo de sua direção política, se têm caracterizado enquanto um importante instrumento de luta na defesa dos direitos da cidadania conquistados pela classe trabalhadora.

2.1 As transformações do sistema do capital na era da globalização e a questão social

Vários autores contemporâneos discutem as transformações estruturais do capitalismo que objetivaram superar as suas crises cíclicas e que, ao mesmo tempo, acentuaram as mazelas oriundas do conflito entre capital e trabalho. Anderson (1996) e Antunes (2005a; 2005b), apontam as características que conformaram a convulsão mundial do sistema capitalista, iniciada no final da década de 1960 e que perdurou até os anos de 1970. Contudo, no Brasil, a crise teve maior repercussão em 1980. Segundo esses autores, após a era de ouro³³ para a acumulação do capital, o sistema imergiu em uma onda de declive da taxa de

³³ A era de ouro do capitalismo emergiu no Pós-Guerra e sustentou-se até os anos de 1960, afirmando-se mediante o modelo de organização e gestão do trabalho taylorista/fordista e políticas econômica e social baseadas no Keynesianismo.(HOBSBAWM, 1995).

lucro e estagnação da economia. Fato que os capitalistas justificam estar ligado aos altos custos da força de trabalho, em decorrência das leis trabalhistas; ao esgotamento do padrão de produção taylorista-fordista; ao maior investimento no capital financeiro (especulativo) em detrimento do produtivo; à falência do Estado de Bem-Estar Social, devido a sua crise fiscal. Frente a esse diagnóstico, que traçou as principais causas dessa minimização dos lucros nos anos de 1980, há uma retomada do pensamento neoliberal, que vinha em disputa pelo controle ideo-político e econômico dentro da classe burguesa, desde a década de 1940, corrente teórica liderada por Friedrich Hayek, que defendia a proposta de um Estado mínimo e de auto-regulação do mercado.

No intuito de superar a paralisia econômica, os organismos internacionais — Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) — baseados na análise economicista do cenário da década de 1970, receitaram um “remédio” amargo para combater o déficit de acumulação. A chamada “ofensiva neoliberal” objetivou “revitalizar” a dinâmica do capital, articulando mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas, que visaram atingir diretamente os pilares da crise. Essas “produziram” diversas metamorfoses no “mundo do trabalho” (ANTUNES, 2005a), dentre as quais: a reestruturação produtiva, uma nova onda de globalização³⁴ e, sobretudo, os ajustes neoliberais, que redefiniram o papel do Estado e da sociedade civil.

A “modernização” da produção mudou a organização e a gestão do trabalho, de taylorista-fordista para a acumulação flexível (modelo toyotista), substituindo trabalho vivo por morto, incorporando alta tecnologia na produção, tais como a microeletrônica e a robótica, elevando, assim, a composição orgânica do capital (SALAMA, 1975). Segundo os capitalistas, tal fenômeno é intrínseco ao processo natural da evolução do homem. Essas mudanças na composição do capital estão sustentadas pelo discurso da “crise da sociedade do trabalho”, porque há uma primazia do investimento em capital constante em detrimento do variável. Contudo não consideram que o trabalho morto é, por sua vez, composto de trabalho vivo. Sabe-se que, nestas últimas décadas, houve um declive do trabalho vivo no setor produtivo, porém negar a origem do valor é, no mínimo, negar a própria base do capitalismo. Parece sem propósito racional que o capitalismo estivesse se reorganizando para sucumbir. Há ainda a idéia de que o valor possa ser gerado pelo próprio capital (especulativo). É evidente

³⁴ Siqueira et al. (2003) ao buscar o resgate teórico sobre os tema da globalização, evidencia a expressão neoliberal junto a conceito de globalização, para dar visibilidade a concepção que a orienta, e, ainda, ao incorporar o conceito de corporativa, relaciona-a com a expansão das corporações. Sendo assim, o conceito de globalização, ao ser qualificado de corporativo e neoliberal, esclarece a conotação contemporânea da globalização e sua finalidade para a expansão do capitalismo, pós-crise cíclica do mesmo, nos anos de 1970, bem como suas implicações societárias na economia e na política, o papel do Estado e da sociedade civil.

que existe rendimento no investimento em capital financeiro, o juro. Entretanto, é lógico afirmar que uma sociedade sem trabalho possa viver de juros? Compreende-se que essa visão do trabalho, além ocultar a fonte da riqueza do capitalismo, através da extração da mais-valia, fragmenta ainda mais a concepção ontológica dessa categoria. Ao reafirmar apenas suas dimensões abstratas, rompe com a complementaridade indissociável entre estas e a concreta.

O que se observa, na moderna fábrica da “era pós-industrial”, é uma “planta arquitetônica” enxuta, com um quadro de trabalhadores altamente qualificados e polivalentes, voltados 24 horas para as necessidades da empresa. Esse segmento de trabalhadores tem direitos garantidos. Seus salários estão submetidos à lógica do desempenho individual, que é comparado aos dos colegas de equipe e ao padrão exigido pela empresa. Em outras palavras, o custo dessa força de trabalho está relacionado à necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas ou de “benefícios”, e seu preço deve ser negociado diretamente entre o empregado e o empregador, sem a intervenção dos sindicatos e/ou do Estado, pois, para os capitalistas, estes prejudicam a remuneração “justa” dos trabalhadores que se mostram mais competitivos e qualificados. Sendo assim, os salários são justos quando remuneram desigualmente os trabalhadores, mediante incentivos que aumentem a produtividade. Como exemplos, têm-se os programas de “redistribuição” de lucros que estão articulados aos resultados dos programas de Qualidade Total (aumento de produtividade). Entretanto a reengenharia de recursos humanos também preconiza a utilização de um contingente de trabalho “hifenizado” (ANTUNES, 2005a), composto pelos trabalhadores terceirizados, temporários, não especializados, que devem executar parte da produção extramuros, sendo que algumas dessas atividades estão relacionadas à parte da produção que não exige tecnologia avançada, e outras estão ligadas à área de serviços que viabilizam a infra-estrutura exigida na produção, dentre elas: serviços gerais, de manutenção, de segurança.

Nessa perspectiva, a diversidade de relações contratuais entre o capital e o trabalho e o desemprego estrutural têm como função estimular a competitividade entre os trabalhadores, que, para os neoliberais, é a mola propulsora do progresso da humanidade. Ou seja, além de contribuir com crescimento econômico, ambos teriam uma finalidade social importante, pois livrariam os indivíduos das “amarras” de um Estado paternalista (Estado de Bem-Estar Social), que os leva à desmotivação. Contudo a complexificação da classe trabalhadora reatualiza velhas formas de socialização do trabalho, tais como: o trabalho desprotegido no domicílio, o infantil, o escravo, dentre outros.

Na busca da sustentação dessas metamorfoses no “mundo do trabalho” (ANTUNES, 2005a; 2005b), a subjetividade do trabalhador, tão desprezada no fordismo e no taylorismo,

ganha centralidade na perspectiva que potencializa a superexploração “consentida”. Coopta a classe trabalhadora para o propósito máximo do capitalista, que é gerar valor, “consumindo” as mentes e os corpos dos trabalhadores. A chamada “nova fábrica de consensos” (MOTA, 1998), que transforma os trabalhadores em “colaboradores”, ocasiona a identificação quase orgânica dos mesmos com os interesses e necessidades dos empregadores, o que, por conseguinte, repercute negativamente na ação coletiva e nos espaços legítimos de luta de classe, tais como os sindicatos. Essas metamorfoses do “mundo do trabalho” (ANTUNES, 2005a) geram a fragilização do tecido social em duas perspectivas: de um lado, incide diretamente na identidade de classe, em si e, sobretudo, para si (JOFFILY, 2002); e, de outro, inviabiliza o acesso à parte da riqueza socialmente produzida, seja através do salário, seja das políticas sociais ligadas ao trabalho protegido.

Dentro dessa lógica, a insegurança com relação ao trabalho (desemprego estrutural), associada a uma nova tecnologia na administração de recursos humanos, os programas de Qualidade Total, é estratégia importante para elevar a “qualidade” na produção de mercadorias, bem como na área de serviços. Contudo esses programas de Qualidade Total são inversamente proporcionais à qualidade de vida do trabalhador, pois essa nova dinâmica de relações no trabalho está diretamente relacionada ao adoecimento e ao sofrimento do trabalhador. Antunes (2005b), ao descrever “a nova morfologia do trabalho”, faz referência à captura da subjetividade do trabalhador e descreve que:

Hoje, muito mais que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando, até mesmo, a situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho), ou se recrimina e se penitencia quando não se atinge a chamada “qualidade total”, típica da fase da superfluidade, do caráter involuntário das mercadorias, com suas marcas e signos, que faz que, muito freqüentemente, quanto mais “qualidade total” os produtos tenham, menor vida útil (ANTUNES, 2005b, p.53)

O mercado, nesse sentido, tem sido apresentado como o elemento neutro capaz de executar o julgamento das capacidades individuais e atribuir-lhe um valor. Sendo assim, constitui-se como o promotor da “justiça social” e o espaço da realização individual do homem. Aos indivíduos incapazes de vender sua força de trabalho, resta a autocolpabilização por sua situação de desempregado, pois, na concepção liberal, a todos é “dada” a oportunidade de venderem suas mercadorias, no caso do trabalhador, sua força de trabalho. Esses argumentos, entretanto, estão descontextualizados da compreensão de o fenômeno do desemprego ser um dos principais mecanismos de controle do fator trabalho, embora seus

índices tenham variado no decorrer da história, a fim de atender às próprias necessidades de acúmulo.

A terceira onda de reestruturação produtiva provocou alterações objetivas e subjetivas estruturais na relação entre o capital e o trabalho, com a finalidade de aumentar a exploração e o controle do primeiro sobre o segundo. A produção de “subjetividade capitalista” (GUATTARI, 1986) está interligada ao mundo que se concebe globalizado não somente no que se refere aos mercados, pois a “aldeia global” do capitalismo difunde uma cultura que produz identidades “interligadas” pela liberdade de consumo, na mesma medida que fragmenta e isola os sujeitos que não apresentam as condições individuais de pertencerem ao seletivo grupo de “cidadãos clientes”³⁵, que têm direito a ter direitos, através do acesso mercantilizado aos mesmos.

A globalização do capital imprime uma nova divisão internacional do trabalho, centralizando a gestão da produção nos países de capitalismo avançado, apenas utilizando a mão-de-obra, geralmente desqualificada, dos países de capitalismo periférico. Para os subdesenvolvidos, está atribuída a função de manufaturar as mercadorias, sendo de responsabilidade das indústrias das nações de capitalismo central realizar todo o processo criativo, assegurando, assim, o monopólio do conhecimento científico e da alta tecnologia.

Contraditoriamente, a globalização, que preconiza a abertura dos mercados, mantém o protecionismo econômico das sete economias mais ricas do mundo, as que compõem o G7, formado pelo bloco dos Estados Unidos da América, da Inglaterra, da Alemanha, do Japão, da França, da Itália e do Canadá. A liberdade comercial está vinculada aos interesses dessas potências, que definem o suposto “livre jogo do mercado”, principalmente a fim de resguardar seus investimentos em capital volátil, aquele sem fronteiras e sem “pátria”, que segue, ao “sabor dos ventos”, os melhores “incentivos”, oferecidos, inclusive, pelos países que lhes são dependentes. O que convém salientar novamente é que essa lógica mistifica a origem da criação do capital especulativo, ao difundir a concepção de que o capital não se reproduz na produção, mas em si mesmo.

Na ditadura do capital globalizado, há concentração de riqueza e poder e mundialização da pobreza e de uma cultura que a naturaliza, difundindo uma forte banalização da desigualdade, que transforma a miséria, no imaginário social, em parte da

³⁵ Bresser Pereira faz a seguinte distinção entre o cidadão-usuário e cidadão-cliente e expressa claramente sua idéia contrária à universalização das políticas sociais: “[...] o cidadão-usuário não paga, enquanto o cidadão-cliente paga pelos serviços recebidos. A distinção pode ser útil para distinguir os casos em que os serviços do Estado são cobrados por envolverem direito universal (ensino básico, por exemplo) daqueles que não o são. É tolice se supor que o cidadão deva ser sempre usuário, jamais pagando por serviços prestados pelo Estado”. (PEREIRA, 2002, p. 111).

“paisagem urbana” (TELLES 2001). Neste sentido, o dual (OLIVEIRA, 2003), na atualidade, compõe a sociedade “pós-moderna”, há o imperativo da convivência harmônica entre o arcaico e o moderno, entre a riqueza e a extrema miséria. A pobreza, como outrora, não é questionada, e a ela é atribuído o *status* de mal necessário. Ela cresce no mesmo ritmo do trabalho precarizado e do desemprego estrutural, com mais evidência nos países da América Latina que convivem com as mazelas sociais de um capitalismo extremamente selvagem, caracterizado por um alto grau de concentração e centralização, se comparado ao de outros países, como os europeus, com uma longa experiência de Estado de Bem-Estar Social.

Nesse contexto, autores como Telles (2001) e Soares (2000) referem-se às novas expressões da questão social, no mundo globalizado, como a “nova pobreza”. Freitas (1996) caracteriza-a como sendo a “subclasse”, sendo esta a expressão da agudização da questão social nos tempos de globalização, em suas palavras:

[...] o fenômeno da subclasse — como expressão do desemprego prolongado, bem como de transformações sociais mais amplas na organização da sociedade — revela vários aspectos da questão social; pauperização, desorganização familiar, preconceito racial, guetização de coletividades em bairros das grandes cidades, preconceito sexual e de idade e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas. (FREITAS, 1996, p. 31-32).

O Consenso de Washington³⁶ prescreveu “recomendações” para a política econômica e social dos países, que tiveram, e ainda têm, um grande impacto social negativo para a classe trabalhadora, principalmente nos países de Terceiro Mundo, reconfigurando o tamanho do Estado³⁷, suas funções e responsabilidade frente à questão social, e repassando à sociedade civil o encargo do enfrentamento de suas expressões. Defende que para os homens libertarem-se do “caminho da servidão”, há necessidade do “[...] livre jogo das forças de mercado, sem nenhuma interferência, [...] que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade” (SOARES, 2000, p. 15). Contudo Soares (2000) refere que, resguardando suas especificidades, o neoliberalismo é um “retorno à ortodoxia”, o retorno à origem do pensamento liberal

Em outras palavras, propõe um Estado com características muito similares ao liberal, classificado como “o terceiro neutro” entre a sociedade civil, controlando apenas os desejos e

³⁶ Em 1989, reuniram-se, em Washington, o FMI, o Banco Mundial, o governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal, para elaborarem um receituário para as economias periféricas. Esse receituário ficou conhecido como Consenso de Washington e indica 10 medidas que devem ser seguidas pelos países. São elas: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infra-estrutura básica, fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas (BATISTA et. al, 1994).

³⁷ A problematização sobre o papel do Estado mínimo e da sociedade civil, na sociedade brasileira contemporânea, será trabalhada mais detalhadamente no item a seguir.

as vontades dos homens, ou seja, voltado para a garantia da ordem e da segurança nacional. Dessa forma, o Estado reassume seu papel repressivo e assistencialista no enfrentamento da questão social, executando políticas sociais de caráter focalista, seletivo e repressor frente às necessidades e às “revoltas” da população “sobrante” (CASTEL, 2005) ou, como Iamamoto (2003) descreve, as “classes perigosas”. Para essa parcela de trabalhadores que não têm mais preço para o capital, mas que se mostram adaptados, são reservadas ações focalizadas exercidas tanto pelo Estado quanto pelo setor privado. Essas reatualizam antigas práticas de seleção da miséria e transformam os serviços sociais em mecanismos de desqualificação dos sujeitos (PAUGAM, 2003), ou seja, que distinguem o “cidadão-cliente” do “cidadão-usuário”, criando subcategorias de cidadania, os mais ou menos cidadãos. Dessa forma, os serviços reassumem a função de qualificar os sujeitos, ou melhor, de desqualificar aqueles que têm o direito ao acesso “gratuito” e estatal, dos que podem oferecer uma contrapartida, mesmo que seja através do voluntariado.

Para os desajustados, violentos e delinquentes, o Estado reassume a função de exercer a contenção “mecânica” dessa população, conduzindo a atenção à pobreza sob o arcaico e conhecido binômio assistencialismo e repressão. Para tanto, o Estado tem investido expressivamente³⁸ em políticas da área de segurança pública, na perspectiva de criminalização da pobreza. Carvalho (2004) refere que, aos “cidadãos de terceira classe”, os desempregados ou que estão na informalidade, “biscateiros”, os mendigos, ou seja, para todos aqueles que estão à margem da “cidadania da carteira de trabalho assinada” (TELLES, 2001), resta o “direito” ao Código Penal. Este é o caminho para o “Estado Penal” (BEHRING, 2004), que percorre quase exclusivamente as vielas dos “guetos” das “subclasses” (FREITAS, 1996), que se tornaram o centro das ações que visam domesticar e encarcerar os sujeitos, principalmente os coletivos, que tentam romper com esse sistema de exclusão e exploração. Aos “baderneiros” que não postulam a reza “ordem e progresso”, aqui se sita o Movimento dos Trabalhados Sem Terra (MST), é garantida a “justiça do latifúndio”, velha conhecida da população excluída no Brasil. Como exemplo disso, pode-se relatar ainda a notícia divulgada pela imprensa sobre o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou, nos últimos três anos, os assassinatos de 1.300 pessoas da luta pela terra. Após essa

³⁸ Em seus estudos, Behring apresenta dados de fontes governamentais do País, que demonstrando essa realidade: “[...] a execução orçamentária do Departamento Penitenciário Nacional que realiza gestão do Fundo Nacional Penitenciário. Em 2001, gastou-se R\$ 237,6 milhões com a construção, ampliação e reforma das prisões, enquanto a assistência e a profissionalização dos presos custou R\$ 5,6 milhões. Este fundo, em 1994, tinha uma dotação de R\$ 24,2 milhões e, em 2001, lá gastava R\$ 258,1 milhões, num crescimento exponencial. O investimento na contratação de trabalhadores para a ressocialização dos presos oscila entre 6 a 13% do gasto nos vários Estados brasileiros, com exceção de Santa Catarina, com admirável investimento de 44% dos recursos neste item” (BEHRING, 2004, p. 177-178).

investigação, além de absolver os mandantes dos massacres dos sem-terra, a bancada ruralista também enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que pretende qualificar as invasões de terra para fins de pressionar o Governo como sendo um crime hediondo ou ato terrorista — notícia divulgada no Jornal Nacional, em novembro de 2005.

Em última instância, o Estado deve ainda assegurar à iniciativa privada mecanismos que promovam o crescimento econômico, seja através da desoneração dos grandes capitais, seja pelas isenções de impostos, e que garantam uma fatia de mercado lucrativa na execução de políticas sociais, nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência social, dentre outras. É o que Silva (2004) denomina de gestão híbrida das políticas sociais. Essa gestão retoma antigas práticas de “tratamento” da pobreza “passiva”, como a caridade exercitada pela filantropia e pelo voluntariado. Para os “cidadãos clientes” (PEREIRA, 2002), que podem pagar por atendimentos privados, o mercado vêm ampliando uma gama de serviços chamados de “interesse público não-estatal” (PEREIRA, 2002). Essa “nova” gestão das políticas sociais defendida pela denominada nova esquerda, e/ou esquerda renovada, principalmente no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1995 a 1999 e de 1999 a 2002, vem causando um franco processo de desmonte do sistema de proteção social que teve seu início com a Constituição Federal de 1988.

Entretanto o que a história revela é que tais práticas conservadoras não asseguraram aos sujeitos um padrão digno de existência. Dessa forma, as políticas sociais públicas, de responsabilidade estatal, são contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que é uma concessão do Estado burguês à classe trabalhadora, se constituem também como uma das expressões concretas do resultado das resistências e lutas da mesma, transformando-se em um importante instrumento potencializador dessas mesmas lutas. A questão imperativa para a compreensão da redefinição do papel do Estado frente às exigências do capitalismo contemporâneo é, em primeira instância, definir do quê se fala ao se caracterizar a “crise” do Estado, bem como buscar desvelar as raízes da emergência do neoliberalismo como a resposta por excelência para superar tal crise.

O País em anos recentes, foi governado por partidos políticos que representam a burguesia, mas que se autotransformavam como representantes e construtores da esquerda renovada, e/ou a esquerda “progressista”, que assumiu o Estado, inicialmente, no governo de Fernando Collor de Mello e seguiu nas gestões seguintes, até o último governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2002.

Considerando que um dos traços que marcam a formação econômica e a política brasileiras, é o conservadorismo, para a manutenção dos padrões de dominação, também a

problematização da esquerda no Brasil aconteceu de forma tardia em relação às inquietações que assolaram a juventude estudantil do mundo nos anos de 1960. No Brasil, embora a juventude tivesse sido influenciada pelas idéias de liberdade dos movimentos internacionais de 1968, diferentemente das reivindicações da população europeia, as lutas centraram-se contra a ditadura militar, de extrema direita. Os movimentos sociais nacionais, predominantemente, lutavam pela conquista da democracia liberal, de cunho social-democrata.

Um fato histórico que marcou essa diferenciação ocorreu no ano de 1968³⁹, no qual, enquanto os movimentos europeus questionavam a estrutura de poder dos dois lados da Guerra Fria, no Brasil se vivenciava o ano do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁰. Esse foi um dos acontecimentos que explicitou o paradoxo de um período de muita luta entre forças sociais progressistas e democráticas e, ao mesmo tempo, de extrema repressão pela vertente mais conservadora da burguesia nacional, os representantes da oligarquia rural. Traço que não foge à cultura brasileira no que se refere ao trato da questão social: o binômio assistencialismo e repressão, que se mostrou inviolável nesse período. Couto (2004, p. 125) explicita essa realidade, ao referenciar que

Os atos arbitrários e os movimentos censurados em 1968 foram criando uma oposição por parte da sociedade civil, que se articulou para denunciar os atos da ditadura. Sua demonstração ocorreu das mais diversas formas, inclusive com manifestações de rua com grande participação popular. [...] várias foram as manifestações para denunciar os atos da ditadura, as quais se de um lado demonstram o poder de organizativo da população, de outro reforçam a política da censura e da repressão.

Havia, na época da ditadura militar, um controle do acesso às teorias marxistas no seio da classe operária brasileira, pois o medo da ascensão do comunismo foi um dos motivos que mobilizaram as elites do País, financiadas pelos EUA, a realizarem o golpe de Estado, não apenas no Brasil, mas em diversos países da América Latina. Essas ações tiveram o

³⁹ Os acontecimentos de 1968, na Europa, tanto no Leste quanto no Ocidente são retomados na seqüência deste item, no intuito de buscar compor o mosaico das explicações para a emergência e a hegemonia do neoliberalismo no mundo capitalista, principalmente após a queda do Muro de Berlin, as quais mudaram as relações e a função do Estado e da sociedade civil, no que se refere ao enfrentamento das expressões da questão social, criando um novo conceito de cidadania, de participação social, dentre outras conquistas sociais da modernidade. A busca por essas explicações a partir da história e das contradições que a engendram está relacionada a desvelar o por que de as redes sociais se apresentarem na atualidade, pós década de 90, como a grande possibilidade de ocupar o espaço onde o Estado mínimo não garante mais acesso aos mínimos sociais.

⁴⁰ “Esse ato consagrou efetivamente o regime ditatorial e, por 11 anos, o País foi governado baseado no AI-5. Por meio dele, o Congresso foi fechado, o Executivo foi autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição, foram suspensas todas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. Permitiu-se ao presidente demitir, remover, aposentar ou transferir juizes, empregados de autarquias militares. Suspendendo-se o *habeas corpus* para crimes contra a Segurança Nacional” (COUTO, 2004, p. 125). Conforme Fiori, na instituição do AI-5, na ditadura militar, “[...] autoritariamente foram reimpostas a ordem e a hierarquia necessárias à consolidação do regime, sob a supremacia do grande capital” (FIORI, 1995, p. 106).

intuito de manter e criar as bases para a hegemonia do capitalismo no mundo e, ao mesmo tempo, minar as bases e as possibilidades de expansão do comunismo na América Latina. São essas as principais justificativas para o golpe militar de 1964, apoiado pela classe média, pelos partidos de cunho liberal, pelas oligarquias rurais e principalmente pelas burguesias nacional e internacional, que vislumbravam, nos movimentos sociais da época, uma ameaça ao sistema capitalista. Os militares assumiram o poder com a finalidade de acabar com o comunismo, com o anarquismo que orientava as organizações sindicais e com o populismo (CARVALHO, 2004). Seus planos de crescimento econômico aperfeiçoaram, no Brasil, o *habitat* natural de um velho conhecido mamífero que se “multiplica” nas costas brasileiras, “o ornitorrinco”⁴¹ (OLIVEIRA, 2003). Ao criar a miragem do milagre econômico, com a sua receita de bolo⁴², que tinha como resultado o crescimento da riqueza socialmente produzida na mesma proporção que sua centralização e concentração, ficando nas mãos de pequena parcela da população. Ou seja, concentrava-se a riqueza na mesma dimensão que se socializava a pobreza.

O resultado dessa época foi a “esquizofrênica” divisão do País em “dois Brasis” (COUTO, 2004). O primeiro, o da repressão, da tortura, do aviltamento das pessoas, do aniquilamento da diferença. O segundo, o do “ufanismo verde amarelo”, do patriotismo cego, do clientelismo. Os direitos civis e políticos não existiam, ou melhor, como não poderia deixar de ser em regime ditatorial, o que vigorou foi o regime de exceção. Sendo assim, esses direitos pareciam apenas “figuras de retórica” nas Constituições desse período⁴³, pois foram substituídos pelos Atos Institucionais. No que tange aos direitos sociais, estes tiveram uma função de cooptação da população ao projeto de crescimento capitalista implantado pelo Governo militar.

Nesse sentido, o sistema de “proteção social do tipo meritocrático particularista” (COUTO, 2004) buscou pacificar a relação entre capital e trabalho e caracterizou-se pela ausência de controle social dos recursos advindos das políticas sociais, como a previdência social e a saúde, executadas pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

⁴¹ Figura de analogia utilizada por Francisco de Oliveira para representar a “sociedade e a economia em seus impasses e combinações esdrúxulas” (OLIVEIRA, 2003, p. 125).

⁴² “A política econômica da época, coordenada por Delfim Neto, tinha como parâmetro de exemplificação a receita de bolo, sendo que, primeiro, a economia tinha que crescer, para, depois, os resultados serem divididos. A conseqüência dessa orientação teve como produto a alta concentração de renda no Brasil. Segundo dados apresentados por Habert (1996), em 1980, 1% da população concentrava renda quase igual aos 50% da população mais pobres” (COUTO, 2004, p. 128).

⁴³ Sobre a conformação dos direitos civis, políticos e sociais expressos nas Constituições brasileiras desde a Proclamação da República até a Constituição Federal do Brasil de 1988 e sua imbricação histórica nas esferas políticas econômicas e sociais, ver: **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** (COUTO, 2004).

Social (INANPS), que financiaram várias obras de industrialização no país. Para exemplificar esse sistema de proteção, citam-se ainda as seguintes instituições, mantidas e criadas nessa época: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), de 1942, que, a princípio, atendeu às famílias dos pracinhas e, posteriormente, ao final da Segunda Guerra Mundial, passou a ser referência no planejamento e na execução da política de assistência social às populações carentes (os bons pobres); a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), que encarcerava os jovens subversivos a “ordem e progresso”; o Banco Nacional de Habitação (BNH), que supria as exigências de moradia da classe média, dentre outras.

A derrocada da ditadura militar iniciou-se no penúltimo Governo militar, de 1974 a 1979, do Presidente Ernesto Geisel, que já preparava a abertura política. A redemocratização do País consolidou-se no Governo Figueiredo, de 1979 a 1985. Os movimentos sociais em prol da redemocratização articularam-se nesses 21 anos de ditadura, mesmo nos períodos de maior repressão. A década de 1980 foi engendrada por um resistente movimento popular, que convergiu para as principais cidades do País, na defesa de eleições diretas para Presidente da República. Esse movimento é chamado de Diretas Já. Nessa época, foram criados novos partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT); formaram-se associações de profissionais liberais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); ocorreram as grandes greves no “ABC” paulista, organizadas pelo sindicato dos metalúrgicos; houve mobilizações e organização nacional dos estudantes através da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo que esta última desempenhou um papel imprescindível de resistência contra o regime ditatorial durante toda a sua duração.

O milagre econômico ruiu frente à deflagração da crise econômica que a população herdou desse período. Dentre os resultados herdados, destacam-se: “ampliação do déficit público, o endividamento externo, a crise fiscal, dada a diferença entre o volume despendido pelo governo com a área social e o volume de arrecadação dos recursos” (COUTO, 2004, p. 133-134). Essa crise na economia brasileira decorreu de fatores endógenos, mas também devido à última grande crise do capitalismo, nos países industrializados “centrais”, na década de 1970, que afetou a economia mundial e a América Latina mais intensamente na década de 1980 (SOARES, 2000).

No mundo, a partir do final da década de 1960 e no percurso das duas décadas subseqüentes à “Geração 68”, a princípio na Europa, em especial na França, e depois nos EUA, contestava-se o papel da esquerda, tanto a representada por partidos políticos quanto a dos movimentos sociais, em ambos os lados da “Cortina de Ferro”. A idéia de revolução cultural e do conhecimento preconizada pelos jovens estudantes da França iniciou com a

revolta frente à massificação do ensino superior; que foi organizada, a fim de atender às exigências do novo padrão de produção da época, o fordismo, e se expandiu, ganhando as ruas e também os corações da primeira geração que vivenciava as conquistas da Guerra Fria. Questionaram a forma de governo e o referencial teórico que sustentavam o capitalismo, bem como o socialismo, e destacaram as contradições do centralismo democrático socialista executado nos governos do “Socialismo Real”. Os acontecimentos de 1968 evidenciaram as lacunas entre a representação do Partido Comunista, no bloco soviético, e a sua interlocução com a classe que o mesmo representava, mas também buscavam respostas diferentes da lógica de engenharia do Estado de cunho social-democrata, do pós-guerra, nos países capitalistas. Esses acontecimentos compuseram de forma significativa os cenários político, econômico e ideológico da última crise do capitalismo e da derrocada do bloco que se contrapunha ao capital. Na seqüência, esses novos militantes buscaram, na década de 1980, “preencher o vazio democrático” colocado com a “perda” dos referenciais utópicos para a esquerda no mundo, quando o “Muro” já não mais simbolizava a possibilidade de contra-hegemonia. Esses ativistas, após os “acontecimentos de 1968”, constituíram os novos movimentos sociais — como o dos ecologistas, o das mulheres, o dos negros, dentre outros — e compuseram a bancada dos partidos que representavam seus interesses. Eles defendiam que ambas as formas de gestão social, tanto do Estado socialista quanto a do Estado Social, não atendiam à complexificação das demandas sociais contemporâneas, pois os indivíduos buscavam mais do que os direitos vinculados à reprodução da classe trabalhadora, mas o reconhecimento social da identidade e dos direitos por segmento, como, por exemplo, dos negros, das mulheres, das crianças. O que, para eles, exigia uma transformação em níveis cultural e transclassista, considerados como direitos difusos, ou de terceira geração, como o direito à defesa do meio-ambiente (WAINWRIGHT, 1998).

Na busca por um novo referencial teórico na Europa, que fundamentasse as ações dessa nova esquerda, muitos desses ativistas se aproximaram do pensamento de Hayek, no que diz respeito ao conceito de produção do conhecimento econômico. Hayek afirma que, mesmo esse sendo um produto individual, admite que é oriundo não somente do desenvolvimento teórico da ciência natural, mas também resultante da prática cotidiana, que se refere ao espírito empreendedor de cada indivíduo. Sendo assim, é impossível centralizá-lo nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, como o Partido Comunista e ou representantes do Estado Social no caso do “mundo” capitalista. Hayek, ao disputar suas idéias neoliberais com as Keynesianas, apresentou mais do que um receituário de medidas para garantir a ortodoxia do sistema do capital, sob bases rigidamente liberais, mas, como filósofo, construiu as bases

ideológicas que iriam sustentar a reorganização do sistema. Retoma o caráter neoconservador da moralização da pobreza, sendo esta considerada como um traço de personalidade e de ineficiência individual, legitimada por um Estado Social paternalista. Nesse contexto de embate dentro do sistema capitalista, a teoria econômica neoliberal ganhou legitimidade entre a burguesia, em uma conjuntura social de crise na acumulação, queda do “socialismo real” e duras críticas e insatisfação dos trabalhadores, desde a década de 1960, quanto a ambos regimes, o socialista e o capitalista. Fatos estes que poderiam estar vinculados à grande penetração do neoliberalismo como resposta a esse “vazio democrático”, pois, estrategicamente, no momento histórico em que ocorreu a queda do bloco soviético, esse pensamento conquistou a hegemonia, vindo de franco processo de luta, endógena, desde a década de 1940 (WAINWRIGHT, 1998; ANDERSON, 1996). Esses acontecimentos permitem indagar e refletir sobre as influências das concepções da nova esquerda, com destaque para os novos movimentos sociais, como um dos elementos que contribuíram para a ruína do bloco socialista, ou melhor, para a perda de prestígio do marxismo dentro das ciências sociais, e mesmos dentro do próprio movimento operário, como sendo o referencial capaz de conduzir as ações coletivas para a superação do sistema do capital.

Contudo, apreendendo os fenômenos sociais na perspectiva da totalidade, é evidente que os acontecimentos e as teorias que foram oriundas dos ativistas pós 1968 não se caracterizaram como um fator predominante ou exclusivo para o fim do socialismo real, visto que marxistas importantes, como Gramsci e Luxemburgo, já faziam críticas à transformação do centralismo democrático soviético em uma forma de gestão permanente, e não em um percurso transitório, no sentido de, ao viabilizar a tomada de poder do Estado e na seqüência, oportunizar a educação das massas para o exercício da “democracia radical” (COUTINHO, 2000).

Wainwright (1998) busca na marxista Luxemburgo, que desafiou os métodos de Lênin, a seguinte concepção de democracia socialista:

[...] a classe trabalhadora deveria ser conduzida pela “mais ativa e ilimitada participação da massa, pela democracia ilimitada... esta democracia tem de ser obra da classe e não de uma minoria liderando em nome da classe — ou seja tem de proceder, passo a passo, da participação ativa das massas; tem de estar sob sua influência direta, sujeita ao controle de toda a atividade pública; tem de surgir da crescente educação política do povo” (WAINWRIGHT, 1998, p. 83).

E Wainwright finaliza, descrevendo que um dos problemas na gestão do socialismo real, se refere

A liderança dos grupos marxistas do pós-guerra que reviveram as idéias de Luxemburgo não estava disposta a correr os riscos, inclusive riscos à própria

liderança, que sua implicação teria acarretado. O imperativo de salvaguardar as verdades teóricas venceu (WAINWRIGHT, 1998, p. 83).

Diante desse contexto, percebe-se que, de um lado, houve, equivocadamente, uma apropriação do Estado pelo Partido Comunista, que se equipara ao Estado, e, de outro, a esquerda do Ocidente também faz críticas baseadas na confusão entre governo e Estado, ao encarar o socialismo real, ou melhor, as contradições que o engendraram, como sendo a proposta de um Estado comunista, vislumbrado por Marx e seus filiados.

Isto porque os ativistas da década de 1960 não questionaram apenas a organização da gestão de governo implantada no socialismo real, mas, também, romperam com um dos fundamentos essenciais das análises da teoria econômico-política crítica, que é a dimensão de luta de classe. Para tanto, justificaram que havia fenômenos sociais contemporâneos que não poderiam ser entendidos com base na estrutura de classe, bem como suas demandas não teriam condições de serem atendidas através da tomada de poder do Estado, por estarem no âmbito da cultura, da micropolítica, fora da economia e da macropolítica. Dessa forma, a possibilidade de resposta estava no espírito de solidariedade entre as classes, tendo como exemplos as lutas contra o machismo, contra o racismo, pela preservação do meio ambiente, dentre outras, visto que, para os novos movimentos sociais, a história já teria comprovado que a proposta socialista não oportunizou a socialização do conhecimento e a difusão de uma nova cultura mais igualitária. Contudo, nessas análises, há uma dicotomia entre a dimensão cultural (reprodução da linguagem, do discurso e dos valores) e a dimensão econômica e política, o que imprime, em termos marxistas, uma fratura da interligação orgânica e dialética entre a superestrutura e a infra-estrutura.

Afirmar a relação entre cultura e política implica superar a liberal visão de que a cultura se traduz pelo consumo de bens culturais, em especial aqueles padronizados e produzidos pelas elites, tais como: cinema, teatro, arte, que expressam apenas uma “linguagem”. Sendo a cultura uma construção histórica e política, ela tem múltiplas expressões, entre elas, as populares, que manifestam contra-ideologias, representações simbólicas que têm um cunho revolucionário. Alvarez, Dagnino e Escobar enfatizam essa relação, ao utilizar o conceito de política cultural, em suas palavras:

[...] utilizamos a “política cultural” para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. [...] Com expressão “política cultural” nos referimos então ao processo pelo qual a cultura se torna fato político (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17).

Para muitos dos novos movimentos sociais e para a “nova” esquerda, que fundamentam sua práxis apenas em vertentes culturalistas, a ação coletiva não passa necessariamente pelo âmbito da luta de classes, pois, para esses movimentos, as explicações dos processos de exclusão não estão imbricadas ao conceito de questão social⁴⁴ que se centrasse nas grandes narrativas. O que une esses novos movimentos sociais são as diversas formas de exclusão dentro de uma sociedade multiculturalista, das quais nem todos são vítimas, mas juntos podem buscar alternativas que oportunizem a inclusão social e a criação de uma nova cultura que os façam se sentirem incluídos. Nesse contexto, ocorreram as mais diversas organizações de redes de solidariedade intraclasses; que modificam a relação entre a sociedade civil e desta com o Estado.

Entretanto é notório que, no bojo dos novos movimentos, não há uma homogeneização, existe aqueles que têm em vista uma dimensão de classe, pois muitos deles, a rigor, não são novos, como o das mulheres e o dos índios (GOHN, 2006). Esses trouxeram elementos importantes para o debate sobre a noção de respeito às diferenças no campo cultural.

Nesse sentido, Monal, ao fazer referência aos novos movimentos sociais, enfatiza:

Sem concordar com a perigosa distorção que afirma que o conjunto destes movimentos torna obsoleta ou secundária a luta de classes, ou de que eles se converterem no elemento predominante do devir social, não resta dúvida de que as lutas sociais de hoje necessariamente devem contar com tais movimentos [...] (MONAL, 2003, p. 193)

Todavia a emergência dos novos movimentos sociais e das redes de organizações civis solidárias, ambos ligados à defesa exclusiva de temáticas particulares, vem sendo utilizada pela classe dominante — e, ainda, financiada por ela — como um instrumento para a garantia da sua hegemonia. Essas novas forças coletivas vêm fragmentando as lutas por interesses universais, eliminando o papel protagonista do partido e da classe revolucionária, bem como a necessidade do “assalto” ao Estado burguês pelos interesses do coletivo dos trabalhadores, entendendo a tomada do poder político enquanto um processo social. Dessa forma, pensar as redes sociais frente às transformações societárias deve estar atrelado ao desafio enfrentado pela “classe que vive do trabalho”, para conjugar a pluralidade das forças progressistas na atualidade, no sentido de retomarem o “[...] ‘pêndulo da história’ para o

⁴⁴ Nas palavras de Yamamoto, a questão social é: “[...] desigualdade é também resistência, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2003, p. 28).

campo da justiça, da igualdade e da democracia e fortalecer uma consciência ‘ética-política’, necessária à criação de um novo ‘bloco histórico’” (SIMIONATTO, 2003, p. 285).

2.2 A contra-reforma do Estado e as redes sociais de solidariedade da sociedade

Nesse cenário de transformações societárias, a burguesia redefiniu o Estado de Bem-Estar Social, pois, para ela, o Estado submergiu em uma crise, em decorrência de fatores financeiros, ideológicos e filosóficos (PASTORINI, 2004). Dentre eles, destacam-se seu tamanho, demasiadamente grande, ao realizar funções que não são de sua estrita responsabilidade, sua incompetência em gerir os recursos públicos; e a fragilidade dos mecanismos populares de controle social. Argumenta que esse tipo de Estado entra em colapso também em virtude da inexistência de critérios seletivos, eficazes, para a acessibilidade das políticas sociais. Para os neoliberais, as políticas públicas, universais e gratuitas, tornam o Estado caro e pesado, engessando a economia, ao mesmo tempo em que inviabiliza o atendimento aos excluídos do consumo dos serviços sociais, sendo estes os que realmente necessitam de seu auxílio por tempo pré-determinado.

Para justificar as reformas estatais tão necessárias à superação da crise, que, em verdade, é da acumulação do capital, na década de 1970, a direita criou um fetichismo que mistifica a crise do sistema do capital como sendo uma crise do Estado Social. A base para essa mistificação está na defesa do desenvolvimento natural das leis do mercado; sendo assim, o Estado e a sociedade devem buscar se adaptarem às mesmas. Na concepção neoliberal, não se questionam as origens da crise do Estado, tendo como base as fontes de financiamento, tão pouco os rebatimentos que sofrera com a reestruturação produtiva do próprio sistema do capital, tais como: o desemprego estrutural, a fragilização dos sindicatos, a flexibilização das relações de trabalho, dentre outras. Em termos teóricos, Rosanvallon (1995) refere que houve três crises de dimensões diferentes, que constituíram as três etapas sequenciais da queda do Estado Social, vivenciadas nas últimas três décadas do século XX. Estas crises são a de ordem financeira, que data dos anos de 1970, a ideológica, que marcou sobretudo os anos 1980, e a filosófica, iniciada na década de 1990.

Evidentemente, o Estado Social, ao ser sustentado financeiramente pela classe trabalhadora, através do emprego protegido, pode desequilibrar suas finanças entre custos e receita, em uma sociedade que não se estrutura mais mediante esse vínculo de trabalho. A

A ausência de emprego protegido ruiu com um dos principais fundamentos do sistema de seguridade social do pós-guerra, que é o princípio da solidariedade de classe, e também com o pacto feito com a burguesia até final da década de 1960, porque, para ela manter a estrutura de produção no modelo fordista-taylorista, tinha que abrir mão de parte de seu lucro, a fim de negociar o controle e a disciplina dos trabalhadores. Nessas análises econômicas neoliberais sobre a crise nas finanças do Estado, não é considerado também o fato da queda na taxa dos grandes capitais, ao contrário, é negada a possibilidade de ampliação dessa contribuição para o fundo público. Ao invés, difundem discursos que apresentam, por exemplo, o envelhecimento da população como sendo uma das causas isoladas do “fenômeno” do desequilíbrio nas contas da previdência social. Contudo entende-se que a população estar em processo de envelhecimento é uma nova realidade, que exige um outro pacto social, capaz de rever as bases de financiamento do Estado Social, na perspectiva de conservação e, no caso brasileiro, de implantação da universalidade dos direitos de cidadania.

Todavia, os teóricos reformistas do Estado não preconizam, em suas explicações sobre déficit das contas públicas, as análises conjunturais e estruturais do capitalismo dito “pós-industrial”. Lançam seus argumentos na ineficiência do Estado, no que tange à administração dos recursos públicos, e na impossibilidade de atender de forma universal aos “sobrantes” (CASTEL, 2005). Segundo esses teóricos, são esses sujeitos que trazem as novas demandas sociais, em virtude de seu estado permanente de vulnerabilidade, e caracterizam, assim, a “nova questão social”. Para assegurar o êxito da aplicação desse conjunto de medidas para a redefinição do papel do Estado e da sociedade, faz-se necessária uma certa coesão social entre a população. Nesse sentido, concomitantemente às justificativas do desequilíbrio das finanças e da gestão social do Estado, também apresentam as ideológicas, as filosóficas e as políticas.

Na dimensão ideológica, ocorre a emergência de teorias que defendem a configuração de uma “nova questão social”, como sendo resultado dessa sociedade pós-industrial, constituída por “fenômenos atuais de exclusão que não remetem às antigas categorias da exploração” (PASTORINI, 2004, p. 51) e por uma visão de homem e de mundo que nega a processabilidade histórica da gênese da questão social. Segundo Rosanvallon (1995), a entrada do Estado-providência em crise filosófica foi acompanhada do advento de uma “nova questão social”, aparecendo uma nova paisagem social, onde surgem dois problemas maiores, que são: a desintegração dos princípios organizadores da solidariedade; e o fracasso da concepção tradicional de direitos sociais para oferecer um marco satisfatório no qual pensar a situação dos excluídos. Nesse sentido, em termos filosóficos, apresentou-se um

novo pacto societário, centralizado na sociedade civil, pois não admite que haja possibilidade de centralidade do Estado frente à demandas da “nova questão social”, ou seja, as múltiplas formas de exclusão social. E, dessa forma, é questionada a noção de justiça do Estado Social, devido ao caráter universalizante do direito, pois o acesso automático e legalmente garantido não viabiliza a equidade⁴⁵, o que vai exigir “novas” ação e função política para o Estado, não mais como espaço legítimo do interesse público ou como regulador social, mas como promotor de uma arcaica, com roupagem de moderna, noção de civismo, baseada na ajuda e na caridade.

Essa visão ideológica e fundamentalmente política coloca em xeque as concepções de cidadania que foram historicamente conquistadas na modernidade, tanto a liberal, de corrente teórica democrática, quanto, e principalmente, a marxista. A perspectiva de cidadania, para os neoliberais, contrapõe-se à visão de “cidadania plena”, definida por liberais como Marshall — elaborada em 1949, na Inglaterra, como sendo o exercício dos direitos civis, políticos e sociais (“A maioria destes direitos deveria ser assegurada por um Estado de Bem-Estar Social” (GOHN, 2005, p. 24; CARVALHO, 2003)) — e também por marxistas como Coutinho (2000), que faz referência ao acesso à riqueza socialmente produzida, incluindo os meios de produção, como sendo a expressão da “democracia radical”. Essas concepções de cidadania plena estão enfrentando um processo de disputa com a cidadania “voluntarista” do neoliberalismo e de mercantilização dos direitos. Gohn descreve que:

O neoliberalismo tem resignificado a cidadania e criado um novo tipo: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida via mercado. Trata-se de um processo de desvirtuamento no qual o cidadão transforma-se em cliente consumidor de bens e serviços, e não mais detentor de direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais (GOHN, 2005, p. 29).

Nesse contexto, enquanto o mercado é visto como o lócus privilegiado da eficácia e da eficiência, o Estado, o público, transformou-se no lugar da incompetência, da corrupção generalizada. Tais pressupostos são difundidos pela mídia, abrindo um espaço para a refilantropia das políticas sociais. Ao mercado, cabem as ações e serviços lucrativos, de aporte tecnológico de alto custo, a pobreza “sem fins lucrativos” é de responsabilidade da solidariedade da sociedade, com investimento do capital social do voluntariado, que, por

⁴⁵ Equidade aqui assume o seguinte conteúdo: “[...] a equidade significa o igual direito a um tratamento equivalente [...] permite enriquecer e reinventar a idéia de igualdade de oportunidades. A equidade das oportunidades não consiste somente em compensar no ponto de partida as desigualdades da natureza ou as disparidades de fortuna: aponta para dar, de maneira permanente, os meios para melhorar a existência; seu objeto consiste em dar aos indivíduos os meios para fazer frente a todas as azares que não são da ordem classicamente assegurada (acontecimentos familiares, problemas pessoais, rupturas profissionais reiteradas, etc)” (ROSANVALLON, 1995, p. 210).

vezes, é financiado pela própria pobreza, mediante as redes familiares ou comunitárias localizadas nas periferias das cidades.

O “Estado-providência ativo” (ROSANVALLON, 1995), composto pelo “pluralismo de bem-estar”⁴⁶, desafia a esquerda e a academia a analisarem, a partir dessa ótica de “reforma gerencial”, onde se localiza a esfera pública. Nessa lógica a “terceira via”, o público não-estatal, é apresentado como o espaço legítimo, onde se materializam os pressupostos que garantem a esfera do interesse social/coletivo/público e também o individual, porque o Estado, ao ter o poder concentrado, o que corrompe o sistema, se torna incapaz de garantir o atendimento das necessidades sociais. O que implica ainda uma crise ética e estética também do Estado na execução das políticas sociais.

Nesse sentido, Pastorini levanta a seguinte perspectiva de análise sobre a “contra-reforma do Estado brasileiro” (BEHRING, 2003), em suas palavras, a autora refere que:

Seria interessante realizar uma análise comparativa dessa alternativa proposta por Rosanvallon para enfrentar a crise do Estado-providência, com a reforma do Estado que vem sendo implantada no Brasil desde finais dos anos 80, que coloca também a necessidade de repensar as relações e fronteiras entre Estado e sociedade civil definido alguns processos fundamentais para essas tarefas, como por exemplo: a descentralização e a terceirização, além da já conhecida privatização (PASTORINI, 2004, p. 54)

A suposta “nova” esquerda brasileira, que, em verdade, se caracteriza como de centro-direita, emergiu no cenário político brasileiro, com mais expressividade, a partir da década de 1990. Fundamenta-se na vertente teórica do neoliberalismo que vislumbra o Estado como o elemento que, ao ser reformado, seria capaz de inserir a economia brasileira no mercado globalizado. Contudo a intervenção estatal exigida pela nova dinâmica do capitalismo distingue-se da prevista pelos cepalinos⁴⁷ na década de 1950. Agora não é mais voltada para a criação de condições para o crescimento da economia interna, mas com vistas à

⁴⁶ A conceituação e a problematização dessa “nova” gestão das políticas públicas são aprofundadas na seqüência deste item, tendo como referência a experiência brasileira, caracterizada, por Behring (2003), como a contra-reforma do Estado.

⁴⁷ No início dos anos de 1950 até o golpe militar de 1964, o Brasil vivenciou a ascensão do modelo nacional-desenvolvimentista. O diagnóstico da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) identificou que os países de capitalismo periférico, da América Latina eram dependentes dos países de capitalismo central, a exemplo dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, em virtude da divisão internacional do trabalho (os países de capitalismo periférico eram responsáveis pelo abastecimento das matérias-primas das mercadorias que eram manufaturadas nos países de capitalismo central, que detinham a tecnologia para tal). Na perspectiva de elevar a economia dos países da América Latina ao patamar da dos países desenvolvidos, prevê uma série de medidas que visam mudar o modelo econômico latino-americano de agrário-exportador para urbano industrial. Para tanto, o receituário cepalino prescreveu ao Estado a função de ser o provedor das necessidades do capital para a industrialização do país, voltada para o mercado. Assim, o Estado foi responsável em prover as condições para essa transição: construindo rodovias, investindo em comunicações, financiando as quedas do café no mercado exterior (círculo virtuoso do café), cedendo a algumas pressões da classe trabalhadora, dentre outros. Desse modo, o Estado dos países da América Latina passou a sofrer influência do modelo de Estado keynesiano, ao dever atender às reivindicações do capital, bem como a demandas da classe trabalhadora (MANTEGA, 1984)

inserção nacional na nova divisão internacional do trabalho, o que conduz à criação dos grandes oligopólios de capitais. Estes não mais organizados a partir de grandes complexos industriais, mas por grandes investimentos em capitais flutuantes.

A reforma do Estado prevista pelos neoliberais no Brasil, embora tenha iniciado de forma incipiente, no governo do Presidente José Sarney, na segunda metade da década de 1980, começou de sua ascensão ocorre no governo de Fernando Collor de Mello⁴⁸, de 1990 a 1992. Couto apresenta o quadro social desse período com as seguintes características: um franco processo de “enxugamento” da máquina pública, com inúmeras privatizações de estatais; abertura da economia nacional para os capitais estrangeiros, retorno da inflação; e minimização dos gastos públicos na área social, atendendo, assim, as recomendações dos organismos internacionais (COUTO, 2004, p. 146-147). Fernando Collor de Mello encerrou seu mandato em 1992, em meio a graves denúncias de corrupção em sua gestão, levando-o a um processo de *impeachment*. Foi quando assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco⁴⁹, que, em seu governo, teve como uma das principais metas o controle da inflação e, para tanto executou o Plano Real, à frente do qual estava o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. No que tange à economia esse foi o principal legado do Governo Itamar, e que conduziu Fernando Henrique Cardoso à cadeira presidencial nas eleições de 1994. Na área social, destaca-se a assinatura da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo sustentado pelo bloco de centro-direita, porém o mesmo se apresentou como um dos representantes da esquerda moderada, ao fazer acordos com o centro e com a direita, a “aliança social-liberal”. Já no começo de sua gestão, iniciou a execução do plano de reforma estatal neoliberal, com vistas a superar o déficit dos cofres públicos, o que considerava ser o cerne da crise fiscal. Crise esta que conduzia o Estado, também, a uma crise política, por falta de credibilidade nacional e internacional. Para tanto, em dezembro de 1994, Fernando Henrique Cardoso convidou Luiz Carlos Bresser Pereira para assumir o novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Diante disso, no intuito de alcançar a racionalidade do Estado democrático liberal prescrito pelos organismos internacionais, o Estado vem, ao longo da década de 1990 e do início deste milênio, no Brasil, sofrendo o que Behring (2003) classifica de “a contra-reforma

⁴⁸ Couto caracteriza o governo do Presidente Fernando Collor de Mello com as seguintes características: “[...] democrático, pautado pelas orientações neoliberais, de recorte moralizante, clientelista e assistencialista. Sofreu o primeiro processo de *impeachment*” (COUTO, 2004, p. 143).

⁴⁹ Couto caracteriza o governo do presidente Itamar Franco com as seguintes características: “democrático, de recorte populista, clientelista e assistencialista” (COUTO, 2004, p. 143).

do Estado de Bem-Estar Social”, andando, a largos passos, na “contra-mão” das recentes conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora no final da década de 1980, que foram consolidadas na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Nos primeiros meses o Ministro Bresser Pereira construiu o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, que desenhou o que ele considerou a segunda reforma⁵⁰, do Estado brasileiro. O plano previu três frentes interligadas de reformas: a institucional; a cultural e a da gestão. As três objetivavam “romper” com a herança conservadora de um Estado burocrático, paternalista e patrimonialista, características que foram legitimadas e acentuadas com a Constituição Federal de 1998. Para esse governo, essa Constituição consolidou um aparato jurídico-legal protecionista e arcaico, que despota a concorrência internacional. Bresser Pereira refere-se, ainda, que o “[...] Estado Social-Burocrático do século vinte, nas três formas que este assumiu: o Estado de Bem-Estar Social, no chamado primeiro mundo; o Estado Comunista, naquilo que constituía o segundo mundo; e o Estado Desenvolvimentista, no terceiro mundo” (PEREIRA, 2002, p. 32) é uma estrutura política autoritária que não responde de forma eficiente e eficaz aos interesses seletivos dos cidadãos da sociedade atual e ainda promove um entrave ao desenvolvimento econômico.

A democracia liberal, no capitalismo contemporâneo, segundo os reformistas, exigia um “Estado Social-Liberal” preocupado com o social, porém mais eficiente ao gestar a “coisa” pública, que deve estar embasada na moderna teoria da administração de empresas, o modelo de organização e gestão do trabalho toyotista. E, nesse período, implantaram-se programas de qualidade e flexibilização das relações contratuais dentro do Estado, que, para eles, elevaria a motivação do funcionalismo público. Outras estratégias, como o programa de demissões voluntárias, foram utilizadas para viabilizar essas alterações contratuais, que minimizaram os direitos trabalhistas e que deram espaço à criação de um contingente de trabalhadores “hifenizados” (ANTUNES, 2005a) dentro do aparelho estatal. Justificam que esses programas levariam ao rompimento com a cultura burocrática e passiva que caracteriza o funcionalismo e a administração burocrática do Estado-Social. O que, por sua vez, elevaria a qualidade dos serviços prestados à população na mesma proporção em que baixaria os gastos públicos. Contudo o que se percebeu foi fragilização e fragmentação das ações de mobilização de organização coletiva dessa parcela da classe trabalhadora.

Contraditoriamente, os social-liberais defendem que não são neoliberais, pois segundo seus argumentos, ao repassarem à iniciativa privada a responsabilidade e a

⁵⁰ Segundo Bresser Pereira (2002), a primeira reforma na tentativa de profissionalizar a ação estatal ocorreu em 1930, o que ele denomina de reforma burocrática.

autonomia pelas ações que antes eram de exclusividade do Estado estariam ampliando a esfera pública. Isso, principalmente, porque estão combatendo o monopólio do Estado, estimulando o “livre jogo do mercado”, elevando assim a oferta e a qualidade dos serviços à população, na medida em que oportunizam a concorrência. Apresentam a “privatização” como a grande estratégia de “publicização” das políticas sociais, o que denominam de descentralização⁵¹, e o financiamento público de organizações privadas com sendo a via de ampliação da denominada “res pública”⁵² (PEREIRA, 2002). Dessa forma, o Estado, ao assumir apenas suas estritas responsabilidades, torna-se dinâmico e enxuto, sendo essas: a gestão das políticas sociais, através do núcleo estratégico de regulação das mesmas, mediante as agências reguladoras; e a execução de uma seguridade social básica, incluindo prioritariamente ações de segurança pública na defesa da *res pública*, a ampliação dos espaços de controle social, ao substituir a administração burocrática pela administração pública gerencial⁵³. Preconizam que, ao descentralizar as ações do público para o privado, multiplicam os mecanismos de controle social, porque tais serviços estariam mais próximos da realidade do “cidadão-cliente”, que, ao não se satisfazer com os serviços oferecidos por uma empresa, teria a oportunidade de buscar atendimento em outra. Justificam, ainda, que, ao criarem as Agências Reguladoras potencializaram a participação desses sujeitos, favorecendo que busquem seus “direitos”, por exemplo, nos Órgãos de Proteção do Consumidor (Procons). Entretanto a participação preconizada não passa pelo nível decisório, como é hoje previsto em lei, no que tange aos conselhos de direitos das políticas sociais, restringindo-se apenas à busca individual da satisfação no atendimento prestado tanto pelo setor público quanto pelo privado.

A “descentralização” e a “participação social” são categorias importantes utilizadas no pluralismo de bem estar, mas diferem do conteúdo político positivado na Constituição Federal de 1988. A descentralização diz respeito à desobrigação do Estado para com as políticas públicas e à criação pela sociedade civil de respostas às suas demandas. Nesse nível, por exemplo, as próprias comunidades “carentes” devem responder às suas necessidades, sob o argumento de que elas são capazes de identificar efetivamente quais são “suas”

⁵¹ Bresser Pereira trabalha com o seguinte conceito de descentralização: “[...] de forma ampla, englobando tanto a transferência de decisões quanto para as unidades subnacionais, com a delegação de autoridade administrativa de nível mais baixo, geralmente aqueles que dirigem agências executoras de políticas públicas, dentro da mesma federação” (PEREIRA, 2002, p. 23).

⁵² Nessa concepção, Bresser Pereira faz claramente essa distinção ao referir: “Inaceitável porque limitadora e, em última instância, enganadora, é a identificação da *res pública* com o Estado, ou do público com o estatal. Existe um patrimônio e um espaço que é público, mas não estatal. E tudo o que é estatal só é público no âmbito do dever ser. No âmbito do ser efetivamente [...], a propriedade estatal é freqüentemente apropriada privadamente” (PEREIRA, 2002, p. 88).

⁵³ A administração pública gerencial é a marca da reforma do Estado de Bresser Pereira, que vem sendo caracterizada neste item (PEREIRA, 2002).

necessidades e prioridades, o que favoreceria também a participação dos indivíduos na resolução dos mesmos. Essa integração entre Estado e as comunidades periféricas das grandes cidades sugere que as “carências” “inerentes” à esfera micro sejam “tratadas” nessa mesma esfera. Viana argumenta que:

A retórica que enfatiza o “local” enquanto possibilidade real de solução de problemas o reduz a um localismo ou, melhor dizendo, a um neolocalismo limitado que mascara os mandonismos regionais, as amarras clientelistas e, por vezes, até coronealistas, que obstaculizam maiores avanços (VIANA, 2000, p. 47).

Dessa forma, o “Estado-providência ativo” estaria estimulando o sentimento individual deste tipo de “civismo”. Não é sem propósito que o principal programa social assistencial do governo de Fernando Henrique Cardoso foi denominado Comunidade Solidária, de 1995, que concorria diretamente com a Lei Orgânica da Assistência Social (PEREIRA, 2003). As lutas dos sujeitos coletivos frente ao Estado estão sendo substituídas por uma relação de “parceria” entre ambos e, não raro, também com a iniciativa privada, que, em muitos casos, é a financiadora de projetos sociais executados pelas próprias comunidades, resultando na fragilização do controle social, que deve ser exercido pela sociedade civil frente à “sociedade política”.

As transformações nesse âmbito, levaram

[...] ao desmonte da concepção de comunidade como força política organizada, nos termos de movimentos e organizações sociais reivindicativas e demandatárias de direitos sociais e ao surgimento de outros significados para a comunidade: não se trata mais de um espaço exclusivo da sociedade civil, nem de um campo aberto ao exercício das políticas estatais, planejadas, coordenadas e executadas pela ação governamental. Trata-se de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública em que se articulam diferentes atores sociais que desenvolvem programas sociais, criando redes societárias de um novo tipo de associativismo civil comunitário (GOHN, 2005, p. 53).

As comunidades organizadas em termos de movimentos reivindicatórios destacaram-se na América-Latina, principalmente no período da redemocratização, na década de 1980, e nas conquistas de direitos sociais de caráter universal, materializados pelas políticas sociais estatais. Nessa época, o significado de desenvolvimento de comunidade que predominava era: “[...] lutar pelas igualdades de direitos sociais, lutar pelo acesso e implementação dos serviços de creche, escolas, postos de saúde, transportes, lazer e cultura, etc.” (GOHN, 2005, p. 53). Hoje estão sendo transformadas em duas visões: uma onde a comunidade é entendida como uma facção criminosa, a dos pobres desajustados, que constroem fortes redes de informação e poder paralelo ao Estado; e a outra como o espaço inato para as relações de redes solidárias.

As comunidades “perigosas” são isoladas das análises das implicações políticas, econômicas e culturais que as mesmas sofrem em virtude das transformações societárias mais

amplas, vinculadas à conjuntura e à estrutura da sociedade capitalista. Esse fato impõe uma concepção que apresenta a violência, o tráfico de drogas e à “delinqüência” juvenil como sendo “anomalias” oriundas da miséria local. As comunidades localizadas nas periferias são descontextualizadas do que Behring (2004) chama de “violência de cima” caracterizada por “três elementos explosivamente combinados: o desemprego, o exílio em bairros degradantes e a estigmatização na vida cotidiana, em geral associada às dimensões éticas-raciais e de gênero” (BEHRING, 2004, p. 174).

Um dos aspectos que chamam atenção é que ambas as redes sociais, a comunitária e da “periferia do crime”, ocupam o lugar do Estado mínimo, na sua ausência, na busca da efetivação dos direitos de cidadania. No entanto, as “criminosas”, ou seja, as que não são funcionais ao sistema, são combatidas apenas com repressão, e as “redes de solidariedade” entre os “bons pobres” são estimuladas pelo Estado e, não raras vezes financiadas, de forma parcial pelo mesmo, pelo mercado. Essa é a lógica de desenvolvimento de comunidade baseada no “associativismo comunitário neoliberal”, que é especialmente veiculado pelos meios de comunicação. Pastorini detalha o que compõe o associativismo comunitário da seguinte forma:

[...] é composto de uma multiplicidade de agentes e atores sociais, dentre os quais se destacam o chamando Terceiro Setor (ONGs, organizações de assistência social, fundações sociais de empresas privadas, as universidade — agora vistas como parceiras do desenvolvimento local — setores governamentais, algumas alas de sindicatos, diferentes fóruns sociais e alguns poucos movimentos sociais remanescentes da década de 1980 ou que foram criados nos próprios anos de 1990 (PASTORINI, 2004, p. 53-54)

Entre as redes dos excluídos integrados, há pseudo-homogeneização dos conflitos de poder e de interesses da comunidade⁵⁴, devendo imperar, nas relações locais, uma harmonia entre os “iguais”, os excluídos, mas que devem ser necessariamente solidários entre si, civilizados, ordeiros, para serem merecedores dos benefícios oferecidos por essas instituições. Realidade que direciona para a versão neoliberal do cidadão, que é explicitada por Gohn, em sua obra **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes de solidariedade**, como o cidadão sendo: “um homem civilizado, educado para conviver solidariamente com seus pares, participando de uma comunidade de interesses” (GOHN, 2005, p. 25). Contudo, como descreve Pastorini, ao analisar o associativismo comunitário,

⁵⁴ Brandão referenda Botef sobre o conceito de comunidade: “O próprio termo ‘comunidade’ faz referência a um conjunto de indivíduos relativamente homogêneo. Ele oculta o próprio fato da diferenciação social interna, as posições dos grupos e até mesmo as relações conflituosas existentes entre estes últimos [...] O termo ‘comunidade’ mascara os interesses opostos entre os grupos sociais porque estes ocupam posições diferentes no processo de produção. É necessário, portanto identificarmos os segmentos ou as frações de classe que constituem a ‘comunidade’ (BOTEF apud BRANDÃO, 1985, p.55).

“[...] certamente que a fragmentação e o embolamento dos diferentes atores e agentes sociais não eliminam os conflitos, as tensões e os interesses antagônicos existentes” (PASTORINI, 2004, p. 54).

Embora, para a perspectiva dos reformistas, a sociedade civil é caracterizada como um bloco que busca acima de tudo interesses comuns, havendo a necessidade de olhar o mundo não mais a partir do antagonismo de classes, o que descaracteriza a existência de desigualdade na relação entre os proprietários da força de trabalho e os do capital. Em nome do “bem comum”, os espaços de luta de classe, ao serem cooptados por essa consciência individual e ingênua (SOUZA, 1987), são alijados de uma reflexão sobre o conjunto das transformações da sociedade capitalista madura. Por conseguinte, as formas de enfrentamento das “novas” e “velhas” expressões da questão social, como a exclusão social (MENDES et al., 2004), e as resistências, como os movimentos sociais, são afetadas. O que se percebe é a prevalência de “mobilizações individuais desenvolvidas em casos como os dos flagelados da seca, dos desabrigados e moradores de rua, além da suposta solidariedade empresarial com seus trabalhadores voluntários, consumidores e vizinhos” (MONTAÑO, 1999, p. 71). Isso pode levar à despolitização das radicais instâncias de organização social (SOUZA, 1987) e à institucionalização das “rebeldias”. Ao prevalecer o discurso que homogeneíza os interesses de classe, transforma-se a sociedade civil em um “bloco idêntico”. Montañó faz a seguinte referência sobre a repercussão dessa concepção de solidariedade: “O que se oculta, portanto, neste fenômeno de auto-responsabilização dos usuários particulares é um verdadeiro processo de des-responsabilização estatal (e do capital) com as respostas às seqüelas da questão social” (MONTAÑO, 1999, p. 71).

Ao contrário dos argumentos dos governos da década de 1990, o que se observa é que os mesmos são de direita “neoconservadora”, principalmente a Era Fernando Henrique Cardoso, governo que cumpriu à risca a agenda neoliberal tanto na política econômica, com pagamento da dívida externa, controle da inflação e do câmbio, dentre outras medidas, quanto nas exigências referentes ao Estado mínimo, forjado pelas privatizações e por um sistema de proteção social meritocrático (COUTO, 2004), que “co-responsabiliza” a sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social. Behring (2004) denomina essa parceria de “pluralismo de bem-estar”, que está sustentada pelo seguinte argumento: a existência de três setores onde os indivíduos buscam recursos: o mercado, o setor público e a sociedade civil, e cada um desses setores disponibiliza diferentes recursos, dinheiro, poder e solidariedade, equação perfeita para o capital.

Houve, nesse período, década de 1990 e início do século XXI, uma mudança jurídica-legal que fortaleceu os pilares do Terceiro Setor, inicialmente com a Lei das Organizações Sociais, posteriormente com a das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), mas sobretudo houve um incentivo governamental às organizações não governamentais, e à filantropia empresarial (responsabilidade social). O Terceiro Setor tornou-se a resposta de excelência frente à questão social. Esse sistema de proteção social híbrido, nessa ótica, é capaz de articular os recursos necessários para garantir essa eficiência, pois ele articula os seguintes elementos: o financiamento estatal e o gerenciamento racional de recursos executado pelo mercado, mediante um arcabouço teórico-metodológico da administração gerencial que é adequado para garantir o menor custo e a maior produtividade.

Teodósio, ao dar a conhecer as contradições desse discurso de exaltação do Terceiro Setor, apresenta-o da seguinte forma:

O terceiro setor e organizações não-governamentais (ONGs) são neologismos surgidos na esteira do processo de expansão da lógica neoliberal de condução dos governos de economias capitalistas centrais. Por detrás da discussão, cada vez mais intensa, sobre a importância das ONGs, estaria implícita a idéia de que os problemas sociais e econômicos devem ser resolvidos a partir da lógica do mercado, ou melhor, do encontro e da ação dos diversos atores no espaço das trocas econômicas, cabendo ao Estado um papel restrito à regulação dessa esfera (TEODÓSIO, 2002, p. 99).

O controle das ONGs pelo Estado e pelo mercado, através das “parcerias”, permitiu que as mesmas rompessem com uma suas características históricas, em especial no Brasil, de serem organizações que apoiavam os movimentos sociais, como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. Em contrapartida, não estão sendo desqualificadas as ações realizadas pelas ONGs, muitas delas comprometidas em executar as políticas sociais com ética e competência, ou que lutam pela garantia dos direitos humanos e de cidadania. O que está sendo levado em consideração é que essas ações não podem substituir a centralidade do Estado na atenção às demandas sociais, pois, ao estarem no âmbito estatal, as políticas sociais estão inscritas na dimensão de política pública, sendo, assim de direito universal, perspectiva que rompe com a lógica da cidadania invertida, ou regulada, que é relacionada aos sistemas de proteção social, assistencial ou de seguro, para a legitimação do modelo de seguridade social previsto na Constituição Federal de 1988 (FLEURY, 1996).

A busca pelo desvelamento da trajetória das mudanças internacionais e nacionais do último quarto do “século das grandes transformações” (HOBSBAWM, 1995) revela a diversidade de rumos na busca por soluções anti-revolucionárias construídas, tanto pelos

representantes da nova esquerda quanto pelos da direita, no sentido de enfrentar as novas e velhas expressões da questão social, fruto das configurações do capitalismo contemporâneo. A direita tem uma clara defesa, direcionada à “terceira via”, que está entre o público e o privado, o não estatal, mas de interesse público. No entanto, a esquerda está em busca de alternativas que se contraponham às neoliberais. Ambas as saídas vislumbram, nas redes sociais, possibilidades de novos arranjos estratégicos.

Para os neoliberais, as redes sociais apresentam-se enquanto um instrumento gerencial estratégico capaz de fazer as conexões necessárias entre o privado sem fins lucrativos, o Estado, o “cidadão-cliente” e/ou o voluntário e o mercado, dentre outros atores sociais. O conceito apenas pragmático de rede e suas categorias permitem a interligação entre os diversos atores sociais, independentemente dos interesses de classe, que, em determinado momento, se sentem atraídos por algum interesse que os façam participar da rede. No entanto, as redes sociais não podem ser entendidas apenas em sua dimensão técnico-operativa, pois há discurso ideológico, filosófico e político envolvendo as redes sociais. Trata-se de se dizer o óbvio: que a dimensão instrumental das redes é direcionada por uma vertente teórico-metodológica, que, por sua vez, também está intrinsecamente atrelada a uma dimensão ético-política.

A serviço de uma determinada concepção teórica, as redes sociais, entendidas enquanto um instrumento, podem ou não promover transformações, dependendo da intencionalidade e da visão de homem e de mundo dos sujeitos que se conectam às mesmas. Embora não seja uma discussão nova, houve uma ênfase, na década de 1990, de compreender as redes sociais como um paradigma de desvelamento da realidade, ou seja, entendê-las a partir das relações, teias, que os indivíduos estabelecem durante sua vida e que podem fortalecê-los ou levá-los à perda de patrimônios sociais que os fragilizam.

Em decorrência da negação, inclusive por parte da esquerda do mundo, da possibilidade de luta e de conquista de uma sociedade efetivamente democrática, as Ciências Sociais voltaram-se para soluções que estão circunscritas ao indivíduo e a suas relações particulares. Nesse sentido, a possibilidade individual dos sujeitos de reconstituírem seus vínculos e as redes de pertencimento de suas “biovias” (FALEIROS, 2001) retoma centralidade nas ações sociais. Dessa forma, são resgatados antigos métodos de “tratamento” social, visto que a sociedade não tem outro caminho que não o de construir alternativas que possibilitem a inclusão dos sujeitos, ou, ainda, uma inclusão precária ou

marginal⁵⁵ (MARTINS, 2003), a esse sistema. Destacam-se as intervenções voltadas para o *empowerment* dos indivíduos e das suas famílias, que visam resgatar as suas capacidades e, ao se apoderarem de suas vidas, conseguir fazer escolhas com autonomia. Contudo, por vezes, essas intervenções acabam por desvincular muitas das “fragilidades” vivenciadas pelos sujeitos como sendo expressões da questão social, o que, de certa forma, pode conduzi-los a um processo de culpabilização. Essa concepção de autonomia perpassa apenas a vida cotidiana, ou da micropolítica, o que não se caracteriza como sendo algo de menos valia. A questão central está na relação dialética entre micro e macropolítica sustentada na análise crítica da sociedade, tendo como base as grandes narrativas políticas e econômicas, que conduzem para a reflexão de categorias como liberdade e autonomia, em uma sociedade que se funda na desigualdade e na exploração, a liberdade de ser explorado, ou, ainda pior, na realidade de hoje, cuja maioria da população não tem nem se quer o “direito” de ser explorada para se sustentar.

Frente ao crescente contingente de excluídos, ou “sobrantes” do capital (CASTEL, 2005), os neoliberais apresentam também as redes primárias, comunitarista, e do Terceiro Setor, ambas organizadas por sentimentos voluntariosos, caritativos, como sendo a resposta por excelência, pois, para os indivíduos serem incluídos nessa “sociedade em rede”, necessitam tecer teias solidárias que substituem, inclusive, a intervenção estatal.

Mioto, nesse sentido, faz a seguinte explicitação:

[...] a responsabilidade pública direcionada ao bem-estar dos cidadãos vai sendo gradativamente diminuída [...]. Paralelamente, vem sendo aumentada a relevância das redes de serviços do voluntariado e reforçada a idéia da solidariedade familiar. Assim as redes primárias, particularmente as famílias, são recolocadas em cena. Elas ressurgem muito mais vinculadas ao apelo moral sobre as suas funções, do que sobre as análises objetivas de cumprirem as expectativas sociais. Elas são vistas como a possibilidade de substituição ao sistema de direitos sociais. (MIOTO, 2002, p. 53)

Há, todavia, nas ações do Terceiro Setor grandes investimentos de fundo público, mas, devido ao regulamento jurídico-social, várias das organizações civis que o compõem não estão submetidas ao controle social e, sobretudo, estão muito distantes do caráter de direito e diretamente relacionado à caridade. Esse tipo de relação entre a sociedade civil e o Estado constitui a identidade de uma cidadania passiva e de uma “participação consentida” (VIANA,

⁵⁵ “As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implementam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são, propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor do que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para a classes dominantes”(MARTINS, 2003, p. 20)

2000). Rosanvallon, ao fazer referência às condições necessárias à efetivação do “Estado-providência ativo”, para substituir a estatização, ou seja, o “Estado-providência tradicional”, assinala o aumento da visibilidade social, através da solidariedade, das “associações de boa vizinhança” que estabelecem relações de ajuda e reciprocidade. Nesse contexto, o Estado ativo deve:

[...] desempenhar papel central na criação de formas de solidariedade [...] deixar aflorar mais distintamente o movimento da solidariedade. [...] é também fazer emergir de modo mais localizado as necessidades e as aspirações na sua expressão formas de socialização transversais e solidariedades curtas. A solidariedade não pode repousar apenas em regras e processos. Ela deve ter igualmente uma dimensão voluntária. [...] Eu sou institucionalmente solidário de todos os *socis* através do Estado-providência, mas sou imediatamente solidário de algumas redes de “próximos”. A justiça não pode ser somente legal. A “moral social” não pode ser totalmente absorvida e englobada pela lei. É uma ilusão perigosa que é alimentada por nossa representação como providência laica (ROSANVALLON, 1997, p. 93-97).

Pastorini, ao fazer uma crítica ao modelo de pluralismo de bem-estar idealizado por Rosanvallon (1995; 1997), descreve que esse se articula “[...] correntemente com a proposta de fomento do ‘terceiro setor’ e, em decorrência, com a busca de desresponsabilizar o Estado do processo de garantia dos direitos de cidadania” (PASTORINI, 2004, p. 55).

Em síntese, Yazbek (2001), em um artigo que problematiza as expressões da questão social no Brasil, apresenta uma sistematização da relação existente entre o Estado mínimo e o repasse das responsabilidades do enfrentamento das expressões da questão social para solidariedade da sociedade civil e, como se destacou anteriormente, para as redes primárias e comunitárias de associativismos comunitário, que englobam essencialmente o Terceiro Setor:

Nas palavras da autora:

[...] o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos [...] e incapaz de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais [...] **são propostas fundadas numa visão de política social apenas complementar o que não se pode conseguir via mercado, família ou comunidade** (YAZBEK, 2001, p. 37, grifos nossos)

Embora não seja foco desta dissertação a análise das redes de economia solidária, cita-se a discussão sobre as “redes de colaboração solidária” proposta por Mance (1999), no sentido de assinalar a influência que o debate sobre as redes solidárias assume na atualidade. Mance (1999), com uma proposta mais idealista, vislumbra, nas “redes de colaboração solidária”, uma saída para os excluídos da sociedade capitalista globalizada, na perspectiva da

construção de uma sociedade pós-capitalista, o que chama de “a revolução das redes”, entendendo que essas redes são a estrutura de um novo sistema de produção.

Diante dessa realidade, torna-se imperativo repensar as estratégias de ação coletiva da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005a; 2005b) e o resgate das utopias. A retomada da compreensão da sociedade cindida em classes, das contradições que estão a ela relacionadas, bem como das metamorfoses do capitalismo na busca de sua sustentabilidade permitirá aos trabalhadores, incluindo os sociais, criarem essas novas formas de luta política no âmbito do Estado ampliado, pois sociedade civil

[...] não é apenas o território exclusivo da burguesia, reservado apenas às suas iniciativas econômicas e à estrutura da sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci percebe que este espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam suas associações, articulam as suas alianças, conformam seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico (SEMERARO, 2005, p. 13).

A esquerda, tanto a de vertente marxista quanto a “nova esquerda” (WAINWRIGHT, 1998), vem, ao longo das últimas décadas, principalmente após a queda do “Socialismo Real” e diante das transformações da sociedade capitalista, em busca dessas novas estratégias de luta. E as redes sociais também podem ser uma ferramenta de potencialização das forças revolucionárias para transformação da realidade social. Wainwright (1998) apresentou algumas possibilidades de utilização de instrumentos técnico-operativos, como a rede de informática, para viabilizar a articulação em rede dos trabalhadores. A autora problematiza três tipos de experiência que ilustram as tentativas de mudança na distribuição do conhecimento econômico, que “[...] indicam a importância de redes populares para o compartilhar do conhecimento econômico e o aumento das possibilidades de acesso a elas para conquista de uma economia democrática e socialmente justa” (WAINWRIGHT, 1998, p. 107). São elas: redes entre empresas transnacionais; organizar o conhecimento do desorganizado; e socializar o conhecimento técnico e os meios de inovação. Siqueira (2003) apresenta as articulações contemporâneas das redes de movimentos sociais contra a “globalização corporativa neoliberal” que se organizam em torno da construção de um programa alternativo a essa “globalização de cima”. Visam ao resgate de patamares de cidadania conquistados com o Estado de Bem-Estar Social, associando a defesa dos direitos ambientais, culturais, mecanismos de regulação dos capitais especulativos nacional e internacional, dentre outras medidas que compõem essa “globalização dos de baixo”. Porém, nesse projeto, não enfatiza a perspectiva de luta por uma outra sociedade, ou seja, um projeto anticapitalista.

Autores como Viana (2000) e Scherer-Warren (1999) e Siqueira (2003) dão ênfase às redes de movimentos sociais como uma importante estratégia para a ação coletiva frente aos desafios de uma sociedade globalizada. O entendimento das redes como uma arena de disputa política, de projetos societários distintos, é justamente o que potencializa as conexões tecidas entre os atores sociais, porque permite o debate ideológico entre referenciais teórico-metodológicos, por exemplo, entre o dos novos movimentos sociais com o dos clássicos. O Fórum Social Mundial, ligado à noção de rede das redes, pode ser considerado um espaço que oportuniza esses enfrentamentos e articulações de redes sociais de contra-hegemonia que visam à superação dessa sociedade.

As redes não se materializam apenas como processos de cooptação. Desde que assumam sua dimensão contraditória, podem caracterizar-se enquanto um espaço de exercício da cidadania e da participação social, o que Telles (2001) chama de “espaços civis”, tais como: os conselhos de direitos e de políticas sociais, os movimentos sociais e redes que agregam essas instâncias e atores sociais. Esses se tornam, no seio da sociedade civil, uma via para construção de um imaginário social favorável à participação popular, na efetivação concreta de ações de “publicização” das políticas públicas, a fim de facilitar e garantir o acesso a essas, através do controle social.

Semeraro faz a seguinte reflexão, ao discorrer sobre os desafios que se apresentam para as lutas sociais, que visam à transformação da sociedade hoje globalizada.

[...]”aldeia global”, em que se transformou o nosso mundo, nada acontece, portanto, que não envolva amplas camadas da população. As massas se tornam a chave do nosso tempo: quer se procure sua legitimação instrumentalizando-as passivamente, quer elas, de baixo, manifestem ativamente as suas reivindicações nas mais diversas expressões. Assim enquanto, por um lado, se multiplicam e sofisticam os instrumentos de manipulação, por outro lado, a criatividade popular renasce obstinadamente, manifestando cada vez mais a sua vontade de escrever a história com as próprias mãos (SEMERARO, 2005, p.1).

A defesa das políticas sociais universais tornou-se um dos principais embates da classe trabalhadora frente às exigências da acumulação do capital na atualidade e consolida-se como uma das condições necessárias para a revolução. Souza (1987) resgata a concepção marxista do homem enquanto um ser social e histórico, ao fazer referência de que o primeiro ato histórico do homem é quando este, ao satisfazer as suas necessidades básicas, parte para a busca da satisfação de outras. Dessa forma, contraditoriamente, a luta dos trabalhadores, hoje, pelo Estado burguês do pós-guerra, tendo em vista ser uma etapa para a conquista de uma sociedade socialista, pode abalar profundamente os próprios alicerces do sistema capitalista contemporâneo.

Sendo assim, as propostas de um modelo de movimento social em forma de “guerra de rede” (SIQUEIRA, 2003), ou como conceito propositivo (SCHERER-WARREN, 1999), potencializam as lutas sociais contra as desigualdades frente a esta sociedade globalizada. Ao se constituírem em um espaço contraditório e de disputa estas redes podem possibilitar a participação cidadã no jogo político democrático. Em decorrência ocorrem processos sociais que fortalecem a consciência de classe através da reflexão sobre aquilo que os “igualam”, ao invés de se agregarem por aquilo que os diferencia. O que não significa a realização de análises estruturalistas que neguem as particularidades, mas que possam conduzir ao resgate de utopias. Esse entendimento permite que se compreenda a rede social local como uma expressão dialética entre o particular e o geral, e Scherer-Warren (1999) complementa esse argumento, ao se referir a esse movimento constitutivo do real na dinâmica das redes de movimentos sociais, expressando-se assim:

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores sociais com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os dos direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. (SCHERER-WARREN 1993, p. 9-10).

Essa concepção desmonta a falácia do “pense globalmente e aja localmente”, que é utilizada como estratégia ideológica para ocultar e fragmentar a gênese da questão social. Evidentemente essa reflexão exige também o conhecimento das características culturais e valorativas peculiares de cada região, seja o bairro, seja o município, o estado e/ou o país, bem como o próprio desenvolvimento do capitalismo em cada região do globo. Essa perspectiva é constitutiva do conceito de territorialidade, cujo território não se limita a uma área de terra geograficamente e juridicamente estabelecida. Sendo assim, esse não é um “conceito *a priori*”, mas é construído a partir do valor de uso que os sujeitos atribuem a ele, mediante a relação (dialética) que estabelecem com o mesmo (KOGA, 2003). É nesse “espaço vivido” que as relações em rede são estabelecidas, sejam elas as “submersas”, sejam as primárias nas palavras de Faleiros (2001). E as redes associativas inter cruzam-se e tecem relações que se interpenetram e se reconstróem.⁵⁶ Baptista (2003), ao fazer referência a redes sociais “movimentalistas”, salienta sua capacidade de “oxigenar” as demais redes sociais, sejam essas “espontâneas”, sejam “redes de serviços sociocomunitários”, sejam redes setoriais públicas ou privadas.

⁵⁶ O tema das redes sociais e sua conceituação foi objeto do Capítulo 1 desta dissertação.

Trazendo para o estudo das redes sociais, em especial as locais, as categorias utilizadas por Sobottka para a análise dos movimentos sociais, estas são: “oportunidades políticas, estrutura de mobilização e marcos culturais” (SOBOTTKA, 2003 p. 52). Pode-se através delas, desvelar os limites e as possibilidades das redes sociais. Principalmente aquelas que integram os movimentos sociais, pois as redes são consideradas arranjos societários que facilitam as estruturas de mobilização. Porém faz-se necessária a investigação crítica dos cenários econômicos e político, bem como dos aspectos culturais que balizam os objetivos, valores e interesses em comum, que unem sujeitos em busca de mudanças sociais, que, para eles, são entendidas como não aceitáveis. Esse conjunto de elementos possibilita aos integrantes das redes sociais descobrirem os momentos oportunos de realizarem ações denominadas mais tópicas, que visam dar visibilidade às reivindicações desses sujeitos coletivos.

Para a compreensão de que cultura influencia a identidade da rede social, ou dos movimentos sociais, entende-se esta como tendo uma dimensão política, que conforma todas as instituições e/ou entidades que pertencem a uma determinada rede social. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a cultura produz identidades dos movimentos e das redes sociais, ela também as produz, configurando, assim, uma relação dialética e histórica entre as redes sociais, os movimentos e a cultura que é desenhada por “[...] homens e mulheres capazes de mudar o rumo da vida em sociedade” (SOBOTTKA, 2003).

Isso exige reforçar, no debate sobre o tema, o impacto da política cultural dos movimentos sociais e de suas redes na construção de espaços públicos nas sociedades latino-americanas, que são construídos na tensão entre diversidade e homogeneização imposta pela “globalização corporativa neoliberal”.

As redes sociais locais de caráter propositivo⁵⁷ são também instrumentos⁵⁸ e uma importante estratégia de visibilidade do caráter político das culturas populares, pois, além de serem catalisadoras de diversas expressões de cultura, estão impregnadas do instituinte, são espaços de troca de saberes e conhecimentos horizontais e de disputa, que possibilitam a criação de novas expressões culturais ligadas ao movimento constitutivo do real.

Em última instância, pode-se dizer que o desafio das redes sociais locais está em pensar e agir para além de uma visão maniqueísta e fragmentada da realidade, que analisa a cultura, a política, a economia e o poder como instâncias separadas e distantes da correlação de forças entre as classes sociais que conformam a sociedade capitalista. Entende-se que é

⁵⁷ Destacam-se as redes sociais localizadas nos bairros das “periferias” das grandes cidades.

⁵⁸ Dimensão técnico-metodológica (SCHERER-WARREN, 1999).

justamente na tensão entre a autonomia e a tutela na resistência e nas desigualdades que se criam as condições para as transformações sociais. Em suma, ao serem descontextualizadas das metamorfoses do sistema do capital e serem desconsideradas as implicações destas nas condições e no modo de vida dos sujeitos sociais, as redes são despotencializadas do seu caráter revolucionário, entretanto o inverso também é verdadeiro.

3 REDES SOCIAIS NO CAPITALISMO GLOBALIZADO: DESVELANDO AS CONTRADIÇÕES IDEO-POLÍTICAS

Neste capítulo, abordam-se, num primeiro momento, o percurso metodológico dessa pesquisa qualitativa e, no segundo, as análises dos dados empíricos coletados junto aos integrantes da rede social que é objeto deste estudo. Para tanto, divide-se em dois grandes itens. O item 3.1 inicia com a justificativa da escolha do tema, que está vinculada à história da formação da pesquisadora junto à Residência Integrada em Saúde Coletiva: atenção básica, realizada durante os anos de 2001 a 2003. Na seqüência, apresentam-se o problema de pesquisa, seus objetivos e questões norteadoras. Explicitam-se o referencial dialético-crítico que orientou este trabalho e as categorias da totalidade, contradição e historicidade, bem como as categorias teóricas explicativas da realidade, a conformação do universo e da amostra da pesquisa e, por fim, as bases teóricas da Técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). No item 3.2, abordam-se as interpretações dos dados empíricos, articuladas com a fundamentação teórica sobre o tema. Buscam-se as respostas para o grande problema de pesquisa, no que tange aos fatores que incidem no processo de participação na rede social. Para isso, apresentam-se e problematizam-se o conceito de rede elaborado pelos entrevistados; a tensão entre os interesses públicos e os privados que (des)mobilizam a participação social; o engendramento da participação política nos processos decisórios; os resultados dessa organização em rede; e, finalmente, os desafios enfrentados pela rede frente ao seu atual panorama.

3.1 O percurso metodológico da pesquisa

Este estudo se caracteriza como exploratório, versando sobre o tema das redes sociais. Tendo em vista sua delimitação, realizou-se um estudo de caso de uma rede social que se localiza em um bairro da periferia de Porto Alegre. A escolha dessa rede especificamente deu-se em virtude da experiência, durante três anos, de 2001 a 2003, de Pós-graduação na modalidade de Residência Integrada em Saúde Coletiva: atenção básica, pois, como refere Prates (2003), o planejamento da pesquisa deve ser permeado e fundamentado por valores, devendo também ter direção definida dentro da história de vida do pesquisador.

Durante esse período, teve-se a oportunidade de compartilhar conhecimentos com a equipe de saúde e com a comunidade, que balizaram ações sociais conjuntas, voltadas para a recuperação, a proteção e a promoção da saúde. Contudo essa integração foi realizada apenas com algumas entidades da comunidade. Acredita-se que uma das hipóteses para esse fato é a falta de um espaço cultural e formalmente instituído para o entrosamento, a discussão e o enfrentamento dos problemas ligados à saúde coletiva da comunidade, na perspectiva de articular forças para efetivar o controle social das políticas públicas.

Diante dessa realidade, no ano de 2003, iniciou-se o terceiro ano da Residência Integrada em Saúde Coletiva com o seguinte projeto de pesquisa: **Redes Sociais: Uma Estratégia Para Concretização da Integralidade na Saúde Coletiva**. Esse estudo foi estruturado dentro da linha de pesquisa da Tecnologia do Cuidado em Saúde e teve como tema central as redes sociais, como uma estratégia para a concretização da integralidade na saúde coletiva.

A pesquisa realizou-se no território da área de abrangência de umas das Unidades Básicas de Saúde do Centro de Saúde Escola Murialdo (CSEM). A escolha por este território esteve relacionada à aproximação com os sujeitos que participaram do estudo, pois, como explicita Neto, referindo-se à superação de obstáculos da entrada no campo⁵⁹ :

Em primeiro lugar, devemos buscar uma *aproximação* com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos. É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada. (NETO, 1998, p. 54, grifo do autor).

Segundo Censo Demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, residem, nessa área, cerca de 4.771 pessoas. Dado que foi confrontado com a territorialização⁶⁰ de 2001, realizada pela equipe de saúde da Unidade Básica de Saúde, que, pesquisando nos 1.577 prontuários de famílias atendidas por esta Unidade, constatou a existência de 7.754 moradores.

A territorialização apontou também algumas áreas de risco e agravos para a saúde individual e coletiva da comunidade, que vão desde esgoto a céu aberto até pontos de tráfico

⁵⁹ Neto define campo como “[...] um palco de manifestações de intersubjetividade e interações entre pesquisador e grupos estudados, proporcionando a criação de novos conhecimentos” (NETO, 1998, p. 54).

⁶⁰ Consiste em conhecer a área de abrangência em todos os seus aspectos: geográficos, demográficos, sanitários, os recursos disponíveis, enfim, tudo o que possa ser relevante para a população e a sua saúde. A territorialização é uma das formas de realizar vigilância sanitária, tendo como metas a assistência, a promoção da saúde e a prevenção de doenças, de acordo com as demandas da comunidade. Nas palavras de Silva *et al.*, “[...] territorialização da Unidade Básica de Saúde como uma estratégia/instrumento para a construção de um modelo assistencial voltado para a realidade social” (SILVA, et al., 2001 p. 147).

de drogas e violência urbana. Há, portanto, a necessidade de intervenções intersetoriais para enfrentamento das mesmas. Foram observadas, também, a existência de vários recursos e equipamentos sociais nesse território, e a de um grande potencial mobilizador nessa comunidade, o que facilitou a articulação do trabalho em rede.

Dentro desse contexto, esse estudo realizado no terceiro ano da Residência Integrada em Saúde Coletiva tem um caráter interventivo. Dessa forma, visa, ao mesmo tempo, analisar as possibilidades de construção de um fórum de discussão pelos sujeitos coletivos que compõem essa rede, sendo aberto à participação de todos os moradores da comunidade; e, sobretudo, contribuir para a construção do mesmo. Sendo assim, a intencionalidade dessa intervenção é baseada nos seguintes objetivos:

- contribuir para a articulação entre a rede social que se localiza na comunidade e as demais entidades, favorecendo a criação de alianças com as instituições representativas da comunidade, movimentos populares, instituições públicas e privadas das diversas políticas públicas e moradores;
- estimular a criação de um espaço de reuniões que articule o conjunto de entidade e atores sociais da rede social e oportunize a identificação e a problematização coletiva dos problemas de saúde vivenciados pela comunidade;
- participar do planejamento das ações intersetoriais a partir das necessidades indicadas pela rede;
- estimular a troca de conhecimentos entre os atores sociais que compõem a rede, na perspectiva de favorecer a realização de ações intersetoriais voltadas para o princípio da integralidade e do controle social das políticas públicas.

Desse modo, em concomitância com a realização da pesquisa, foi instituída, juntamente com os demais membros da rede social, com destaque para a Associação de Moradores 1 — uma imprescindível parceira —, um espaço para o debate sobre os problemas de saúde enfrentados pela comunidade, bem como para promover o controle social das políticas que têm a responsabilidade de dar as devidas respostas aos mesmos. O fórum para reunião da rede foi organizado em encontros mensais.

As ações intersetoriais produzidas pelas redes sociais oportunizam a participação popular no âmbito da saúde coletiva, tendo como base o conceito mais amplo de saúde, que trata a saúde não como a ausência de doenças, mas como a expressão das condições de vida e do acesso aos básicos sociais para uma vida digna, ou seja, que atendam às necessidades humanas (PEREIRA, 2006).

A rede social abriu espaço à participação dos diversos segmentos da sociedade civil que pertencem a esse território e a outros que estabeleciam relações com os mesmos. Sendo assim, participaram desse fórum as seguintes instituições: associações comunitárias, creches comunitárias e particulares, comitê de desenvolvimento da comunidade, equipamentos sociais da área da Assistência Social, instituição filantrópica de proteção à infância e à adolescência, Conselho Distrital de Saúde, Conselho Tutelar, Centro Administrativo Regional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Batalhão Ambiental da Brigada Militar, Instituto da Previdência Social (INSS) - Posto de Atendimento da região, hospital público da localidade, moradores da comunidade, dentre outros atores sociais.

Na perspectiva de o estudo alcançar seus objetivos, o tipo de pesquisa escolhido foi a pesquisa participante. Esta é descrita por Silva:

[...] como uma prática política de compromisso popular, enquanto uma modalidade (...) de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares. Apresenta-se assim como um instrumento a mais no reforço do poder do povo (SILVA apud BRANDÃO, 1991, p. 45).

Em suma, esse trabalho estimulou a articulação entre os sujeitos coletivos que compõem a rede social daquela comunidade, no intuito de concretizar dois princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS): o da participação popular e o da integralidade das ações. As redes sociais intersetoriais possibilitam a descentralização da gestão das políticas públicas, facilitam e promovem o controle social, ao mesmo tempo em que articulam ações voltadas para a integralidade. Mattos, ao fazer referência à integralidade, faz a seguinte reflexão:

Um paciente não se reduz a uma lesão que nesse momento lhe provoca sofrimento. Tampouco não se reduz a um corpo com possíveis lesões ainda silenciosas, escondidas à espera de um olhar astuto que as descubra. Tampouco se reduz a um conjunto de situações de risco. O profissional que busque orientar suas práticas pelo princípio da integralidade busca sistematicamente escapar aos reducionismos (MATTOS, 2001, p. 61-62).

As intencionalidades ética e política dessa pesquisa são contribuir para o fortalecimento das redes sociais, de movimentos sociais, na perspectiva de produzir saberes que possam ser socializados e utilizados por diversos sujeitos coletivos, no sentido da garantia de direitos da cidadania. Balizada por esse horizonte, em síntese, a dimensão interventiva desse estudo tem por objetivo contribuir para o fortalecimento de alianças intersetoriais da rede e para a formação de sujeitos coletivos, críticos e propositivos, que planejassem ações e exercessem o controle social das políticas sociais realizadas pelo Estado, na perspectiva de melhorar as condições de vida e de saúde da comunidade.

No transcorrer desse processo de pesquisa, constataram-se alguns avanços e obstáculos na articulação da rede, na elaboração de estratégias intersetoriais, principalmente com relação à participação social dos sujeitos individuais e coletivos que faziam parte da rede. Esse movimento desafiou a realizar este novo estudo, em nível de Mestrado em Serviço Social, que aprofundou o conhecimento acerca do seguinte problema de pesquisa: quais os aspectos ou fatores que condicionam o processo social de participação nas redes sociais?

Sendo assim, o presente estudo, intitulado **Rede Social e Suas Contradições: Espaço de Disputa Ideo-Política**, foi realizado com representantes da comunidade e de organizações que participaram das reuniões da rede social localizada em uma comunidade da periferia de Porto Alegre, no ano de 2003.

A pesquisa objetiva analisar os fatores que condicionam o processo de participação nas redes sociais no intuito de contribuir com subsídios para a sua manutenção, sua ampliação e seu fortalecimento enquanto estratégia de resistência às desigualdades sociais.

Tem como objetivos específicos:

- desvendar as causas que motivam a participação dos sujeitos na rede social, a fim de contribuir para a manutenção e a potencialização desses espaços civis;
- analisar os recuos e avanços da mobilização e da organização da rede social, no sentido de colaborar com subsídios para o fortalecimento dos processos e de movimentos sociais;
- estudar as formas de participação e de controle social articuladas pela rede social, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento de processos sociais;
- investigar o conceito de rede social construído pela comunidade, visando colaborar com a construção de um imaginário social favorável à participação;
- investigar a inserção, ou não, dos movimentos sociais na rede social localizada na comunidade, a fim de fortalecer o engajamento dos mesmos nos espaços, formais e informais, de participação e de controle social;
- analisar os interesses públicos e privados que se explicitam na rede social no processo de produção, e/ou reprodução social, na perspectiva de contribuir com a legitimação das esferas públicas de participação;
- contribuir com subsídios para a qualificação da intervenção do Assistente Social, no intuito de garantir o compromisso ético-político da profissão.

As questões que nortearam o estudo foram:

- quais as causas que determinam a participação dos sujeitos coletivos nas redes sociais locais?
- como os integrantes da rede social estabelecem a relação entre os interesses públicos e privados?
- qual o conceito construído e qual a importância atribuída à rede social pelos participantes da mesma?
- quais os interesses que motivam ou desmotivam e mobilizam ou desmobilizam a participação nas reuniões da rede social?
- quais as formas de participação e de controle social construídas e articuladas pela rede social?
- quais as alternativas e as estratégias para o fortalecimento, a manutenção e a ampliação da participação nas redes sociais?
- existe representatividade de movimentos sociais participando na rede social, nessa comunidade?

Essas são algumas das indagações que fomentam a busca desse aprofundamento teórico, através da pesquisa, que contribuem para analisar as possibilidades e os limites do trabalho profissional no espaço das redes sociais. Iamamoto, ao escrever sobre a importância da pesquisa para a consolidação de um processo de trabalho qualificado e que acompanhe o desvelamento dos contemporâneos desafios da profissão, assim se refere:

A pesquisa é ainda um recurso importante no acompanhamento da implantação e avaliação de políticas, subsidiando a (re)formulação das propostas de trabalho capazes de ampliar o espaço ocupacional dos profissionais envolvidos. A consolidação acadêmica da área supõe o reforço da produção acadêmica, do investimento na pesquisa, e estímulos à publicação dos resultados alcançados (IAMAMOTO, 2003, p. 146).

A competência profissional do Assistente Social está alicerçada na exigência da atualização permanente, mediante uma postura de profissional pesquisador, consciente de que a pesquisa é um instrumento privilegiado para ampliação das bases de legitimidade do projeto ético-político, que direciona para a busca constante de conhecimento que contribua com um trabalho que não reproduza a alienação e considere a realidade em sua totalidade, as múltiplas facetas constitutivas dos fenômenos sociais. Isso significa que a pesquisa não se traduz como um pano de fundo do trabalho, mas é um instrumento e também um importante resultado do processo de trabalho do Assistente Social. Dessa forma, o estudo sobre rede social na perspectiva de entendê-la enquanto um espaço de disputa ideológica e política, inscrita na dinâmica de uma sociedade capitalista “[...] requer um amplo e cuidadoso conhecimento do

modo de vida e da cultura dos segmentos sociais com os quais se trabalha e de uma orgânica articulação com as entidades que os representam coletivamente na cena política” (IAMAMOTO, 2003, p. 145).

O referencial teórico-epistemológico que fundamenta este estudo foi o dialético materialista histórico que “[...] busca ir à raiz dos fenômenos sociais” (OURIQUES, 2005, p. 113) e, para tanto, é constituído pelas seguintes categorias centrais: **contradição**, **historicidade** e **totalidade**. Essas categorias do método são transversais em todo o estudo, desde a perspectiva da delimitação do tema, sua fundamentação teórica até a análise dos dados que foram coletados.

A categoria da contradição é:

[...] empregada para designar as inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intradiscursivas [...] as contradições são dialéticas, tanto porque elas constituem oposição inclusivas reais, pois seus termos pressupõem existencialmente seu oposto e porque são sistemática ou inteiramente relacionadas com uma forma de aparência mistificadora. [...] as oposições inclusivas, quer no interior do ser, quer entre ser e pensamento podem ser consistentemente descritas e cientificamente explicadas (BOTTMORE, 2001, p. 80).

A historicidade diz respeito ao desvelamento processual do movimento constitutivo do real, pois a realidade é sempre um “devir”, significando movimento que visa reconstruir, a partir de sucessivas aproximações, o reconhecimento da processualidade dos fenômenos e das estruturas. Nessa perspectiva, as categorias teóricas explicativas da realidade escolhidas neste estudo são contextualizadas à luz do momento histórico vivido; construído pelos homens, a partir das relações sociais estabelecidas entre si e com a natureza. O estudo tem a clareza de sua validade interna, expressão de um período histórico, sendo, assim, não se propõe a produzir generalizações.

A totalidade referencia-se ao olhar que não fragmenta a realidade, o que não significa que o estudo, ou melhor, que as teorias, dão conta de problematizar todas as tramas de relações complexas constitutivas do real. Contudo a totalidade visa relacionar a maior quantidade de fatos que constituem o objeto de estudo, pois admite que a essência do fenômeno não se simplifica em causa e efeito, nem na perspectiva monocausal. Nesse sentido, a totalidade não está baseada na soma de fatos isolados, mas na interconexão entre eles.

Demo cita que o referencial dialético-crítico possibilita que a pesquisa ultrapasse o levantamento de dados quantitativos e que, sobretudo, desvele os significados que os sujeitos atribuem ao vivido e às suas conexões com a realidade macrossocial. Os dados de pesquisa ganham vida através das narrativas e dos depoimentos dos sujeitos (MARTINELLI, 1994).

Esse método de pesquisa que entende os participantes como agentes ativos de um processo de troca e de construção de conhecimento compartilhado tem como intencionalidade contribuir com a consciência crítica dos mesmos, tendo em vista a transformação da realidade social. Marx, em suas enquetes operárias de 1880, buscou um modelo de investigação social como práxis (articulação teoria e prática) que permitisse que os operários descrevessem suas condições sociais e que, refletindo sobre elas, aumentassem sua consciência, enquanto classe trabalhadora, “[...] tendo ao mesmo tempo sentido factual, dialético e político” (SILVA, 1991, p. 22).

Gil (1997, p. 64) refere que:

[...] quando se adota o paradigma dialético na pesquisa em serviço social, tende-se a enfatizar a mudança, a identificar as contradições que ocorrem nos fenômenos [...] não se restringem a investigar fenômenos isoladamente, mas sim as conexões com a multiplicidade dos fatos que o envolvem. O método dialético é antes de tudo um método histórico que ressalta a necessidade de investigar como as esferas produtivas e as relações que elas condicionam determinam a história da sociedade humana.

Por fim, a pesquisa orientada por esse paradigma desmistifica a pseudoneutralidade na relação entre pesquisador e pesquisado, ao mesmo tempo em que horizontaliza os saberes prático e teórico, revelando, assim, sua complementaridade, ou seja, a práxis. Dessa forma, o conhecimento produzido na relação entre o profissional e o usuário, durante a realização da pesquisa, contribui para a consolidação de um pacto social em prol de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, respaldado pelo projeto ético-político do Serviço Social. Prates sintetiza as características deste enfoque nos seguintes tópicos:

[...] - Reconhece o sujeito como unidade em processo, movimento de devir;
 - Admite que não há neutralidade na ciência e, portanto, no modo de olhar do pesquisador;
 - Reconhece a importância fundamental do contexto social como elemento determinante da história da vida dos sujeitos;
 - Busca mais que dados isolados, a conexão entre os múltiplos fatores, o desvelamento do real a partir de suas contradições inclusivas;
 - Reconhece a historicidade da realidade e dos sujeitos;
 - Reconhece o caráter político da pesquisa social — como construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos mediante processos de desvelamento através da reflexão [...] (PRATES, 2000, p. 12).

Ainda dão sustentação a essa pesquisa as categorias teóricas explicativas da realidade, descritas a seguir, que, elencadas através de revisão bibliográfica, visam abranger algumas das múltiplas interfases do objeto do estudo.

Redes sociais

O conceito original de rede vem do latim, *retis*, e significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares, que formam uma espécie de tecido. A rede é tecida por atores sociais que representam seus interesses, objetivos e/ou temáticas comuns (OLIVIERI, 2002, p. 3).

Scherer-Warren (1999) apresenta rede a partir de um conceito propositivo que se refere a uma estratégia de ação coletiva na forma de organização de atores sociais e de ação como rede, preconizando uma nova visão do processo de mudança social balizada na participação cidadã.

Participação social

[...] a participação assumiu perfil consentâneo à diversidade de atores presentes na conjuntura e pretendeu dar conta as interações entre o conjunto dos seguimentos sociais e o Estado. A categoria central deixou, então, de ser a comunidade ou o povo para ser a sociedade, ou seja, um conjunto de indivíduos e grupos cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa, com igual legitimidade, espaço e atendimento pelo aparelho estatal. É em síntese, a idéia de participação como cidadania (SOUZA, 2003, p. 76).

Complementando, Souza (1987) apresenta a participação enquanto um processo social e, nesse sentido, é composta por categorias como: consciência crítica⁶¹ e social⁶²;

⁶¹ Souza, ao fazer referência ao processo de conscientização, afirma que: “As bases sociais desse processo por vezes levam a conscientização a ter um desenvolvimento fora da realidade objetiva, das coisas, dos homens e do mundo — tendo-se a *consciência ingênua*. Esse processo, no entanto, pode se desenvolver assumindo a realidade objetiva, do mundo e das coisas, supondo um processo contínuo de desvendamento da realidade e de ação sobre ela, tendo-se aí *consciência crítica*” (SOUZA, 1987, p. 87-88, grifos do autor).

⁶² “*Consciência social* é aquela que o homem tem de si mesmo como ser social, assim como de suas necessidades e frustrações. Requer um pensar e um enfrentamento como daqueles que vivem em condição social semelhante” (SOUZA, 1987, p. 89, grifos do autor).

mobilização⁶³; organização⁶⁴; e capacitação⁶⁵. Dentro desse contexto, tem um cunho pedagógico, educativo, pois se fundamenta na troca de saberes distintos, em certos momentos antagônicos, em jogo na sociedade. Porém é nesse exercício de tomada de decisão, luta e ação coletiva que ultrapassa interesses particulares para os coletivos, que a participação expressa seu caráter político.

Souza, ao argumentar sobre o processo da participação, assim o descreve:

O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é sua ampliação enquanto processo (SOUZA, 1987, p. 84).

Controle Social

Souza (2003, p. 77) define controle social como “[...] garantia da presença formal, no interior do aparelho estatal, dos vários segmentos sociais, de modo a tornar visível e legitimada a diversidade de interesses e projetos”.

Intersetorialidade

Consiste em ações que articulam diferentes políticas sociais, visando atender ao cidadão em sua integralidade. Teixeira e Paim citam a definição de intersetorialidade

⁶³ Souza, ao descrever a importância da grupalização e da mobilização, chama atenção para os seguintes aspectos: “A mobilização supõe, também, arregimento de pessoas em torno de objetivos apresentados por outros grupos sociais, objetivos capazes de sensibilizar temporariamente a população, sem, contudo, chegar a agir sobre elas para reflexão e ação sobre seu cotidiano. A mobilização e a grupalização, contudo, podem lançar elementos que predisponham a uma posterior reflexão e ação sobre o seu cotidiano, e, nesse sentido, são processos valiosos que podem desembocar em organização social” (SOUZA, 1987, p. 93).

⁶⁴ “[...] organização social; não entendida como simples estrutura formal, mas como articulação consciente, permanente, dinâmica, dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns e objetivos reais, mas percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos” (PINTO apud SOUZA, 1987, p. 93).

⁶⁵ “A capacitação arregimenta suas bases em alguma estrutura de apoio do tipo associações locais, regionais e nacionais ou outras entidades representativas. Estas estruturas de apoio podem requerer uma base material que, no entanto, não se confunde com os objetivos principais das ações a serem desenvolvidas pela população de conformidade com seus interesses e preocupações. A capacitação corresponde, sobretudo, ao processo de implementação de novas ações definidas a partir da avaliação de experiências já desenvolvidas e nas quais se fazem presentes os processos de conscientização e capacitação” (SOUZA, 1987, p. 96).

produzida nos seminários promovidos pela Organização Pan-Americana de Saúde, ou seja: “[...] o processo em que os objetivos, as estratégias e os recursos de cada setor se consideram segundo suas repercussões e efeitos nos objetivos, estratégias, atividades e recursos dos demais setores” (TEIXEIRA; PAIM 2000, p. 59).

Movimentos sociais

Sobottka busca em Raschke um conceito de movimentos sociais, que assim os define:

[...] como atores coletivos mobilizados que perseguem o objetivo de provocar, evitar ou reverter mudança social fundamental. Para isso necessitam ter certa continuidade, alcançar e preservar uma elevada integração simbólica, assim como baixa especificidade de papéis. Mediante formas de organização e ação flexível e com atuação em torno dos limites da legalidade, eles provocam e enfrentam seus propositores com vistas a legitimar, face à sociedade, a sua visão da realidade (RASCHKE apud SOBOTTKA, 2003, p. 50).

Sobottka (2003) refere, ainda, que os movimentos sociais são fenômenos sociais associados, de forma muito estreita, à modernidade. Nesse sentido, a idéia de que a história pode ser planejada e construída pela vontade dos homens, mediante suas condições concretas, se caracteriza enquanto um elemento revolucionário, fruto dessa época. O autor, ao fazer um breve estado da arte dos conceitos de movimentos sociais, dentre outros autores, cita Marx e assinala que a “[...] idéia de que a sociedade, mesmo depois da revolução burguesa, ainda contém um projeto a ser realizado, ainda é um palco de conflito em torno das possibilidades de sua constante recriação” (SOBOTTKA, 2003, p. 51). Essa situação é marcada por uma condição estrutural de classes opostas economicamente e socialmente determinadas. Na perspectiva marxista, a ação coletiva da classe trabalhadora exige a passagem da concepção de classe em si para classe para si, que, em síntese, pressupõe a consciência crítica da posição de classe.

Interesse público e privado

Dupas, ao descrever os espaços público e privado na teoria política clássica, incorporada ao inconsciente coletivo das sociedades, faz a seguinte referência:

[...] o espaço público era equivalente ao espaço da liberdade dos cidadãos, no qual estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação; um espaço que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação e pelo poder (DUPAS, 2005, p. 37).

Esses conceitos estão dialeticamente em tensão, no seio da “esfera pública”, meio pelo e no qual se exerce o controle social (RAICHELIS, 1998). A esfera pública caracteriza-se enquanto o “espaço da visibilidade”, da socialização, da “publicização”⁶⁶, que deve conduzi-la ao caminho da “esfera comum”. Esse é trilhado mediante o discurso e a ação dos sujeitos sociais que estabelecem interlocução pública, e que a partir dessa deliberam em conjunto sobre as questões que dizem respeito a um destino coletivo (RAICHELIS, 1998). Esse espaço expressa o jogo de interesses públicos e privados em disputa na sociedade civil e desta com a sociedade política, pois a disputa de interesses coletivos, na cena pública, envolve que estes “[...] possam ser confrontados e negociados a partir da explicitação dos conflitos que regem as relações societárias na sociedade capitalista contemporânea” (RAICHELIS, 1998, p. 78).

A princípio, o universo e a amostra do estudo, que foram planejados no projeto de pesquisa, previam que seriam compostos pelos sujeitos — tanto os representantes das entidades que faziam parte do território quanto de seus moradores — que tivessem participado de, no mínimo, uma reunião nos anos de 2003 e 2004. Dessa forma, nos primeiros dias de setembro de 2006, quando da resposta positiva do Comitê de Ética para o início da coleta de dados, realizaram-se os contatos para compor e completar o universo de participantes do ano de 2004, pois este foi o seguinte do início do fórum de reuniões da Rede Social e ano de saída da mestranda da comunidade, devido à conclusão da Residência Integrada em Saúde Coletiva: atenção básica pela Escola de Saúde Pública. Contudo, ao entrar em contato com o Presidente da Associação Comunitária 1, principal liderança comunitária que iniciou as articulações para

⁶⁶ “[...] a publicização das diferentes esferas da vida social é um movimento direcionado pela correlação de forças políticas que se estabelece entre os atores sociais e que permite tornar visíveis os conflitos e viabilizar consensos. É um processo que assume, assim, um caráter de *estratégia política* de sujeitos sociais que passam a disputar lugares de reconhecimento social e político. [...] Em síntese, a concepção de *publicização* adotada parte da idéia de que se trata de um processo construído pela prática concreta de sujeitos sociais, que pode alcançar níveis crescentes de consolidação, dependendo da presença de determinadas condições na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil” (RAICHELIS, 1998, p. 78-79, grifos do autor).

as reuniões da rede social da comunidade, e também como com o Assistente Social da UBS, esses informaram que, depois do ano de 2003, as reuniões não aconteceram de forma mensal. O Presidente da Associação de Moradores 1 destaca, em sua entrevista, na questão que se refere à avaliação do momento atual da Rede, que:

“Na atualidade, a rede continua, não com este nome [...] mas a articulação das entidades continua, **para fazerem eventos elas são chamadas, há muita integração nos eventos culturais da região** [...]. A rede foi fundamental para começar e hoje já se estabeleceu, **sentem necessidade de, no mínimo, em cada dois meses se reunirem em virtude de atividades em conjunto** [...]” (Depoimento 1, grifos nossos)

Entretanto, entre os meses de setembro e novembro de 2006, quando ocorreu a maior parte da coleta de dados qualitativos através das entrevistas, não houve nenhuma reunião, o que inviabilizou também outra etapa prevista no projeto, que seria a de participar de um encontro da rede, para efetivar os esclarecimentos sobre a relevância do estudo, os objetivos e a metodologia a ser utilizada pela pesquisadora. Isso oportunizaria o debate coletivo sobre os aspectos que envolvem o tema e o objeto de estudo, o que, com certeza, enriqueceria o trabalho. Por fim, também facilitaria as combinações entre o pesquisador e os sujeitos participantes. Dessa forma, realizaram-se todas as abordagens através de visitas domiciliares aos moradores e institucionais aos representantes de entidades, pois, como destaca Neto sobre a importância da ética na pesquisa:

[...] como importante a apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos. Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade (NETO, 1998, p. 55).

Diante dessa realidade identificada na entrada de campo, redefiniram-se o universo e a amostra do estudo. Para definir o universo, utilizaram-se os registros das reuniões que constavam na Unidade Básica de Saúde, que tinham, com exceção da última reunião de 2003, a de dezembro, todas as listas de presença desse ano. Sendo assim, o universo foi composto por todos os sujeitos, tanto os representantes de entidades que se localizam no território da comunidade quanto os seus moradores que participaram de, no mínimo, uma reunião das sete que foram realizadas entre os meses de maio e novembro de 2003⁶⁷. Constatou-se que

⁶⁷ Para fim de detalhamento metodológico, faz-se o esclarecimento de que o estudo levou em consideração a questão temporal de dois anos entre a realização das reuniões e da coleta de dados dessa pesquisa. Contudo a possibilidade de alguma resignificação dos conteúdos pelos entrevistados durante esse período não prejudica a busca de respostas para o problema de pesquisa. Levou-se em consideração também a possibilidade de esquecimentos por parte dos entrevistados de algum detalhe sobre os acontecimentos da época, sendo garantida a sua visibilidade nas análises através de sua explicitação nas falas.

participaram 11 entidades, entre as 25⁶⁸ que se localizam no território, e 64 moradores, perfazendo um N de 75 pessoas. A composição da amostra para a coleta dos dados qualitativos foi realizada a partir de duas técnicas de seleção, que são descritas na seqüência do texto.

Para o segmento dos representantes das entidades, utiliza-se a amostra não-probabilística intencional. Marconi e Lakatos caracterizam esse tipo de amostra e detalham a sua dimensão intencional:

A característica principal das técnicas de amostragem não-probabilística é a de que, não fazendo uso de formas aleatórias de seleção, torna-se impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra. Dito de outro modo, ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico [...]

O tipo mais comum de amostra não probabilística é a de denominação intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela. Seria, por exemplo, o caso de se desejar saber como pensam os líderes de opinião de determinada comunidade. O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem função de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 51-52).

Os procedimentos para a seleção foram os seguintes: num primeiro momento, levantaram-se todos os participantes que representavam alguma entidade localizada na comunidade e qual a respectiva entidade, através das listas de presença dos encontros; depois, foi contabilizado o número de vezes (encontros) que cada entidade teve representação, e, na seqüência, feita uma média da freqüência das participações; entre as 11 entidades, foram selecionadas cinco as com a maior freqüência. Como essas entidades participavam com mais de um representante, a escolha do sujeito entrevistado teve dois critérios simultâneos:

- a) maior freqüência nas reuniões, o que exigiu o levantamento individual dos nomes desses, também nas mesmas listas de presença;
- b) papel de liderança na comunidade e/ou na entidade.

As entidades escolhidas podem ser visualizadas na Tabela 1 bem como as demais entidades que participaram das reuniões nesse período.

⁶⁸ Esses dados foram pesquisados pela mestranda no ano 2003, para identificação das entidades da região, no sentido de organizar a proposta de pesquisa participante que estava sendo realizada na época. Teve como base a territorialização de 2001, realizada pela equipe de saúde da Unidade Básica de Saúde 7.

Tabela 1 — Entidades que participaram das reuniões da rede — maio-nov./03

ENTIDADES E DATAS DAS REUNIÕES	NÚMEROS DE PARTICIPANTES POR REUNIÕES	MÉDIA DE FREQUÊNCIA (%)
Unidade Básica de Saúde (1)		100
30.05.03.....	3	
18.06.03.....	3	
31.07.03.....	3	
28.08.03.....	2	
25.09.03.....	2	
30.10.03.....	1	
30.11.03.....	4	
Associação comunitária 1 (1)		86
30.05.03.....	2	
18.06.03.....	2	
31.07.03.....	3	
28.08.03.....	3	
25.09.03.....	4	
30.10.03.....	2	
Comitê de desenvolvimento da comunidade (1)		71
30.05.03.....	1	
28.08.03.....	2	
25.09.03.....	1	
30.10.03.....	1	
30.11.03.....	2	
Entidade filantrópica ligada à Igreja Católica, voltada para crianças e adolescentes (1)		57
31.07.03.....	1	
28.08.03.....	1	
25.09.03.....	1	
30.11.03.....	1	
Grupo de Geração de trabalho e Renda da Pintura (1)		43
31.07.03.....	1	
25.09.03.....	1	
30.10.03.....	1	
Direção do Centro de Saúde–Unidade Central (1)		43
28.08.03.....	1	
25.09.03.....	1	
30.11.03.....	1	
Ensino do Centro de Saúde–Unidade Central		14
30.10.03.....	1	
Associação Comunitária 2		14
30.05.03.....	1	
Creche comunitária da Associação Comunitária 2		14
25.09.03.....	1	
Comunidade de uma Igreja Católica		43
30.05.03.....	(2) 2	
18.06.03.....	2	
31.07.03.....	1	
Creche particular		14
30.05.03.....	1	

FONTE: Lista de presença das reuniões.

(1) Entidade escolhida para a pesquisa.

(2) Um foi excluído do universo, por se tratar de uma criança.

Em síntese, seguem, no Quadro 2, os cargos e/ou funções dos cinco sujeitos que foram selecionados para as entrevistas, bem como as respectivas entidades das quais os mesmos fazem parte.

ENTIDADES	CARGO E/OU FUNÇÃO
Unidade Básica de Saúde	Assistente social
Comitê de desenvolvimento	Presidente
Associação de Moradores 1	Presidente
Entidade filantrópica ligada à Igreja Católica voltada para crianças e adolescentes	Funcionário indicado pela entidade para participar na ausência da Coordenadora
Grupo de Geração de Trabalho e Renda da Pintura	Única participante representando a entidade, indicada pela Coordenadora do Grupo.

Quadro 2 — Composição da amostra dos sujeitos selecionados para a entrevista e/ou coleta de dados qualitativos com seus cargos e/ou funções e respectivas entidades

Destaca-se que, no caso da entidade filantrópica ligada à Igreja Católica voltada para o atendimento de crianças e de adolescentes, a irmã que era Coordenadora da Casa na época, que participou da maioria das reuniões, não reside mais no Estado do Rio Grande do Sul, o que inviabilizou a entrevista com a mesma. Diante disso, foi realizada a entrevista com uma das funcionárias da entidade, que também participou das reuniões.

A amostra do segmento de moradores da comunidade é do tipo probabilística aleatória simples, estratificada e sem reposição, “[...] em que cada elemento só pode entrar uma vez para a amostra” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 43). Sendo assim, foram sorteados cinco entre os 64 participantes. Detalha-se que, para compor essa amostra de cinco pessoas, foi necessária a realização de sete sorteios, pois dois sujeitos tiveram que ser excluídos: o primeiro por motivo de falecimento, e o outro porque, segundo informações dos vizinhos, não reside mais na comunidade.

Com relação à porcentagem da amostra para a coleta de dados qualitativos, destaca-se que este estudo se organiza com base na pesquisa qualitativa. Martinelli (2003), ao problematizar as características da mesma, discorre que esta trabalha com a concepção de “sujeito coletivo” e descreve que não há uma determinação da quantidade de sujeitos que compõem a amostra para a garantia da cientificidade, porque o foco não está na quantidade, mas no que os sujeitos representam do coletivo. No entanto, é evidente que o tipo de pesquisa qualitativa prevê uma quantidade de dados que permitam ao pesquisador vislumbrar que houve uma saturação de dados. Nas palavras da autora sobre os recursos da pesquisa qualitativa,

Um outro recurso metodológico extremamente valioso é que trabalhamos com a concepção de **sujeito coletivo**, no sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada a participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências do seu grupo. O importante, nesse contexto, **não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa.** A riqueza que

isso traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito, o seu objeto de análise (MARTINELLI, 2003, p. 24).

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, mediante aplicação de um formulário (Apêndice A) com questões abertas e fechadas. Das 10 entrevistas previstas, só nove foram realizadas. Uma das entrevistas com o segmento moradores da comunidade não foi executada pela dificuldade de localizá-lo.

Essa técnica possibilitou que fosse respeitada a lógica do pensamento do entrevistado, manifestando um compromisso com a participação efetiva dos pesquisados na construção coletiva do conhecimento produzido pelo estudo. Prates argumenta que a entrevista semi-estruturada

Parte de certos questionamentos básicos, apoiando-se em teorias de hipóteses que interessam a pesquisa, no entanto oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebe as respostas do informante. (PRATES, 1998, [s.p.]).

Na realização do processo de testagem, aplicou-se um instrumento piloto do formulário, que norteou a entrevista com dois participantes da pesquisa, com o objetivo de avaliar e qualificar esse instrumento. Antes de cada entrevista, obteve-se, como condição para a efetivação da coleta, o consentimento livre e esclarecido. (Apêndice B)

Além das estratégias mencionadas, foi utilizada a observação sistemática em todos os momentos do processo de pesquisa, e seu registro realizado no diário do pesquisador. Marconi e Lakatos descrevem que essa observação consiste em uma técnica que

Realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e os objetivos da investigação podem ser muitos diferentes. [...] Na observação sistemática o observador sabe o que procura e que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 90).

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que, segundo Bardin, é

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Destaca-se que, dentre o conjunto de técnicas englobadas pela análise de conteúdo, optou-se pela análise temática, que “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentidos’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). O tema, segundo Bardin

(1977) é a unidade de registro, que é extraída do texto, tendo como regra básica a categorização, ou seja, tendo como base as categorias explicativas da realidade que estabelecem um sentido a uma determinada seleção dentro da unidade de contexto.

Assim, foi necessário, em um primeiro momento, realizar “[...] uma leitura do material no sentido de tomarmos contato com sua estrutura, descobrirmos orientações para a análise e registrarmos impressões sobre a mensagem” (GOMES, 1998, p.76).

Gomes (1998, p. 73-74) refere ainda que “[...] a articulação das categorias configuradas a partir dos dados com as categorias gerais também requer sucessivas aproximações sobre as relações entre a base teórica do pesquisador e os resultados por ele investigados”.

Essa etapa da análise de conteúdo diz respeito à fase de pré-análise do material, que exige uma organização do corpus das entrevistas, para a realização da leitura flutuante do material, que “[...] consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações”. Embora denominada “flutuante” distante do que, *a priori*, possa sugerir, em nível de senso comum, essa aproximação exige uma (re)leitura exaustiva, repetitiva, que segue critérios de homogeneização, pertinência que prepara e dá suporte às fases posteriores de classificação, codificação e categorização dos temas. Mesmo estando na etapa de pré-análise, na leitura flutuante, já se iniciou uma análise onde se realizam anotações que balizaram as inferências que são associações às categorias explicativas da realidade, bem como às categorias do método.

As categorias explicativas da realidade problematizadas nesta pesquisa, que balizaram a categorização das falas dos nove sujeitos entrevistados permitiram extrair, do “corpus” do texto (os registros das entrevistas), as unidades de registro. Sendo assim, essa técnica possibilitou a codificação deste (formado pelas narrativas dos sujeitos envolvidos no estudo e pela observação realizada pelo pesquisador), tendo como base os objetivos e as questões da pesquisa. A partir dessa codificação, identificou-se e analisou-se o conteúdo de outros temas, que formaram categorias empíricas, ou, ainda, subcategorias ligadas às categorias conceituais gerais. A análise das unidades de registro foi contextualizada com a unidade de contexto, que é “Precisar o contexto do qual faz parte a mensagem” (GOMES, 1998, p. 75).

A análise de conteúdo orientada por Bardin (1977) busca a quantificação das narrativas dos sujeitos, a fim de identificar as falas predominantes, transformando-as em frequência. Em seguida, trata os dados qualitativos à luz das categorias conceituais gerais e/ou

explicativas da realidade. E, na seqüência, é realizada a análise, juízo analítico do pesquisador, que faz inferências sobre o conteúdo apresentado nas falas dos pesquisados, bem com a interpretação desse conteúdo, tendo como base a fundamentação teórica, que se caracteriza enquanto uma busca permanente em todo o percurso da pesquisa. Esta análise também é orientada pelo referencial epistemológico da pesquisa, que, neste estudo, é o referencial dialético-crítico. É essa relação dos dados empíricos com a teoria que dá caráter científico à pesquisa, seja ela qualitativa, seja quantitativa, que rompe com a perspectiva de neutralidade, o que não se traduz como senso comum.

O Quadro 3 visa sintetizar as etapas que constituem a técnica de análise de conteúdo, no sentido de dar visibilidade à seqüência que conduz este estudo. Isso revela que, mesmo admitindo a não-existência de neutralidade do pesquisador, essa técnica permite uma objetivação no trato dos dados.

OS PASSOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	
Pré-análise	<p>“É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuição, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano analítico” (BARDIN, 1977, p. 95).</p> <p>É relevante salientar que essa etapa é composta pela escolha do corpus a ser analisado, ou seja, dos documentos. Posteriormente, são formuladas as hipóteses, bem como os indicadores que fundamentarão a interpretação final. Contudo, no caso da pesquisa em questão, é estruturada com um projeto anterior, que preconiza essas etapas. Ou seja, no planejamento da pesquisa, são determinados os documentos a serem analisados, que são aqui as entrevistas, bem como as observações, registradas em diário de campo do pesquisador. Os objetivos e as categorias (explicativas da realidade e do método) que irão fundamentar a interpretação já foram escolhidos. Entretanto, deve-se considerar a importância das categoriais que poderão emergir do conteúdo (empíricas), que não foram anteriormente problematizadas pelo pesquisador. Nesse sentido, destaca-se, nesse momento, a leitura flutuante como uma técnica importantíssima, pois essa aproximação permite identificar as unidades de registro (temas) e, a partir dessa seleção e do agrupamento, identificar as categorias empíricas, bem como apontar as primeiras impressões do texto.</p>
Codificação	<p>“[...] corresponde a uma transformação — efectuada segundo regras precisas — dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices” (BARDIN, 1977, p. 103)</p>
Categorização	<p>“A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117).</p> <p>A categorização, segundo Bardin (1977, p. 119), tem como objetivo “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”. E essa passagem é defendida pela autora como sendo “[...] um processo que não introduz desvios no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, aos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). Mas, para que isso ocorra, a autora refere a distinção entre boas e más categorias; em seguida, destaca as seguintes características das boas categorias: exclusão mútua; homogeneidade; pertinência; objectividade e fidelidade; e produtividade.</p>
Inferência e interpretação	<p>Bardin, ao fazer referência à inferência, destaca que “[...] a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores, referências no texto), embora o inverso, precisar os efeitos a partir de factores conhecidos, ainda esteja ao alcance das nossas capacidades” (BARDIN, 1977, p. 137). Sendo assim, a inferência caracteriza-se como um processo de indução (1), tendo como base a decodificação das unidades de sentido e de códigos. A inferência está diretamente relacionada com a interpretação dos dados que, segundo Capaverde, tem como “[...] objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (BULLA, 2006). Sendo assim, pode-se afirmar que o método orienta a interpretação dos dados, assim como as categorias teóricas explicativas da realidade.</p>

Quadro 3 — Os passos da análise de conteúdo

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. CAPAVERDE, Leonia Bulla. **Material didático da disciplina Análise de Conteúdo e de Discurso**. Porto Alegre: 2006. (Mimeografado).

(1) Segundo o material didático elaborado pela Professora Leonia Capaverde Bulla (2006), **indução** é “[...] a conclusão, a conseqüência extraída de um raciocínio lógico. Parte de dados particulares (fatos, experiências, enunciados empíricos) e, por meio de uma seqüência de operações cognitivas, chega a leis, conceitos, vai da experiência à teoria” (HOUAISS apud BULLA, 2006).

Embora, didaticamente, a análise de conteúdo possa ser dividida em etapas, estas não são estanques nem lineares, principalmente com relação à contextualização das mensagens, que faz, em parte, de todo o processo da pesquisa, antes mesmo desta ir a campo. Este movimento dialético permite ao pesquisador mais do que refutar ou confirmar hipóteses, mas contribui para a transformação das relações sociais, mediante uma práxis coletiva que busca, a partir do diálogo entre os saberes, ir além das aparências e, assim, construir uma nova síntese sobre o tema estudado. Desse modo, é importante ressaltar-se que, fundamentada pelo método dialético materialista histórico, a análise de dados não se restringe apenas a inferências e a análises, mas pretende explicar a realidade, através de totalizações sempre provisórias, porque históricas.

A devolução dos resultados será realizada em uma reunião da rede, para discussão com os participantes, sendo também disponibilizado ao grupo o relatório final da pesquisa. Além dessas estratégias, pretende-se que os resultados sejam socializados através de artigos científicos, exposição em eventos, dentre outros.

3.2 Análise e interpretação dos dados

3.2.1 Breve caracterização da rede social

A rede social analisada neste estudo localiza-se em uma comunidade da periferia de Porto Alegre; cujo território também se configura como área de abrangência⁶⁹ de uma das Unidades Básicas de Saúde pertencentes a um Centro de Saúde-Escola, ligado à Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela formação de recursos humanos para o SUS, que, dentre as modalidades de formação, oferece a “Residência Integrada em Saúde Coletiva: atenção básica”. Essa modalidade, nesse nível de atenção, tem como uma de suas principais características o ensino em serviço.

⁶⁹ “Território área de abrangência: corresponde à área de responsabilidade de uma unidade básica de saúde. Baseia-se em critério de acessibilidade geográfica e de fluxo da população” (SILVA et al., 2001, p. 147).

Com duração de, no mínimo, dois anos⁷⁰, visa ao:

[...] aperfeiçoamento de profissionais das áreas de Medicina, Odontologia, Serviço Social, Nutrição, Psicologia e enfermagem através de um programa para as diferentes profissões, mantendo preceptoría de acordo com as especialidades de cada profissão. O ensino ocorre em serviço, em Unidades Básicas de Saúde e em Equipe Multiprofissional, com uma prática transversal na atenção em saúde. O contato continuado dos residentes com os usuários das ações e serviços de saúde possibilita o cruzamento dos saberes e o desenvolvimento de novos perfis profissionais voltados à exigência ética de atender a cada cidadão conforme sua necessidade e levando em consideração as características epidemiológicas e sociais da população (GOVERNO DO ESTADO..., 2001, p. 5).

No bojo do Movimento da Reforma Sanitária, na década de 1970, que ingressou também na luta contra a ditadura militar iniciada em 1964, o Centro de Saúde e Escola Murialdo⁷¹ foi o pioneiro, no País, a iniciar o Programa de Residência em Saúde Comunitária, no ano de 1976, sendo regulamentado, em 1981, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pela Comissão Nacional de Residência Médica em 1983. Ao longo dos anos, em vários momentos, contou também com a formação multiprofissional, que, por vezes, foi interrompida “em função de conjunturas da gestão estadual em saúde”, e, desde 1996, oferece apenas a Residência em Medicina Geral Comunitária (CARVALHO; MARTIN; CORDONI JÚNIOR, 2001; CENTRO DE SAÚDE ESCOLA MURIALDO, [s.n.t.]).

Em virtude da nova política de saúde preconizada pelo SUS, a formação baseada na Atenção Primária à Saúde⁷² de caráter multiprofissional, realizada nas Unidades Básicas de Saúde, vem ao encontro da necessidade de qualificação de recursos humanos que atendam às exigências do trabalho profissional no modelo de Vigilância à Saúde. Em contraposição ao modelo Médico Assistencial Privatista, voltado para a doença e para a superespecialização, as ações e projetos desenvolvidos nessas Unidades devem seguir os princípios de: universalização, descentralização, integralidade e participação. E ainda, os da Atenção

⁷⁰ “A residência é constituída de dois anos, podendo ser complementada por mais um ano de caráter opcional, com novo processo seletivo. Durante o primeiro ano, os residentes desenvolvem atividades como membros da equipe multiprofissional de uma Unidade Básica de Saúde, com desenvolvimentos de atividade didáticas teóricas-práticas na Escola de Saúde Pública e no Centro de Saúde-Escola [suprimiu-se o nome]. No segundo ano, os residentes deverão gerenciar uma Unidade Básica de Saúde por pelo menos um mês e deverão realizar estágios em Hospitais e estabelecimentos conveniados da rede municipal e estadual de saúde.” (GOVERNO DO ESTADO..., 2001, p. 5).

⁷¹ Sobre os Centros de Saúde na história da Saúde Pública no Brasil, Bertussi, Oliveira e Lima (2001) escreve que: “Quando pensamos em Serviços de Saúde Pública, logo vem à idéia os chamados postos de saúde ou centros de saúde, que foram pensados como ‘porta de entrada’ de um sistema público de serviços de saúde a partir da década de 1970, com a proposta de atenção primária a saúde. Foram criados para atender à necessidade de saúde da população pelos problemas decorrentes da urbanização e do empobrecimento, entre outros (BERTUSSI; OLIVEIRA; LIMA, 2001, p. 133).

⁷² “O Conceito de Atenção Primária à Saúde (APS), sistematizado pelo Congresso de Alma Ata, promovido pela Organização Mundial da Saúde e por ela difundido para os países em desenvolvimento. Essas idéias marcaram o movimento sanitário naquele momento, como uma forma de oposição ou alternativa ao sistema de saúde de então” (CARVALHO; MARTIN; CORDONI JÚNIOR, 2001, 2001 p. 35).

Primária à Saúde. Para tanto, faz-se necessário que as equipes de saúde, bem como os gestores, tenham a compressão do conceito ampliado de saúde⁷³ enquanto um “direito do cidadão e um dever do Estado”; conquistado através de muitas lutas e legitimado na Constituição Federal de 1988 e nas Leis Orgânicas dos SUS — Lei nº 8.080/90 e nº 8.142/90 (BRASIL, 1990a, 1990b) porque a materialização desse direito exige um trabalho intersetorial e interdisciplinar voltado para a atenção integral, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Isso deve ocorrer inclusive na Unidade Básica de Saúde, que, além de se constituir em “porta de entrada” do usuário no sistema, tornando essencial a garantia da acessibilidade, também deve ter resolutividade no seu âmbito de atuação e qualidade no processo de referência e contra-referência, pois, como sintetizam Bertussi, Oliveira e Lima (2001):

A Atenção Primária à Saúde, sendo o primeiro atendimento, serve de porta de entrada para o sistema de atenção à saúde, mas ao mesmo tempo constitui-se em um nível próprio de atendimento, com capacidade para resolver um elenco de necessidades de saúde que extrapola a intervenção curativa individual, denominada de necessidades básicas de saúde (BERTUSSI; OLIVEIRA; LIMA, 2001, p. 136).

Isso torna indispensável que a Unidade Básica de Saúde esteja inserida na comunidade, desvelando as necessidades sociais em saúde, ou seja, reconhecendo a dinâmica do processo social de saúde e doença, o que está diretamente ligado ao reconhecimento do “território vivido”, de suas redes primárias, secundárias, associativas, de movimentos sociais, dentre outras (KOGA, 2003; SILVA, 2001; SCHERER-WARREN, 2005, 1999; BAPTISTA, 2003). Nesse sentido, Bertussi destaca que a UBS “[...] realiza vigilância em saúde em seu território e, ainda, realiza a relação política com a comunidade, com outros níveis do próprio setor Saúde (relações intra-setoriais) e com outras instituições (relação extra-setoriais)” (BERTUSSI; OLIVEIRA; LIMA, 2001).

Para que este trabalho ocorresse, a equipe de saúde realizou a territorialização da sua área de abrangência e, através desse instrumento, identificou, no ano de 2003, 25 entidades que se localizavam naquele território:

- 12 instituições religiosas, dentre elas: duas católicas, oito afro-brasileiras, uma espírita e uma evangélica;
- duas escolas, sendo uma particular e a outra estadual, ambas de ensino fundamental e médio;
- duas associações comunitárias.

⁷³ O conceito ampliado de saúde está diretamente relacionado aos seus fatores determinantes e condicionantes, ou seja, ao princípio da integralidade (MATTOS, 2001). A Lei nº 8.080/90 explicita tais fatores: “A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país”. (BRASIL, 1990a)

A Associação Comunitária 1; possui convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) tendo, em suas dependências, um módulo de atendimento com Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE) e Núcleo de Apoio Sócio-Familiar (NASF). Essa associação tem outras entidades ligadas a ela, tais como: o Grupo de Geração de Trabalho e Renda de Costura e uma usina de reciclagem de resíduos secos.

A Associação Comunitária 2 tem:

- uma creche comunitária conveniada com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- um Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova) realizado em parceria com uma paróquia católica da comunidade;
- o Grupo de Geração de Trabalho e Renda de Pintura;
- um comitê de desenvolvimento comunitário;
- uma instituição filantrópica ligada à Igreja Católica que presta atendimento à crianças e adolescentes no turno inverso à escola;
- uma associação esportiva de futebol;
- uma Unidade Básica de Saúde, do Governo Estadual.

Considerando esses aspectos que fazem parte da formação na Residência Integrada, no que tange à atenção básica, e as responsabilidades da Unidade Básica de Saúde, no que se refere à vigilância e aos cuidados com a saúde da população na sua área de abrangência, a UBS buscou, em parceria com a Associação de Moradores 1, no ano de 2003, organizar um fórum de discussão sobre as necessidades sociais em saúde vivenciadas pela comunidade, através de reuniões periódicas. Dessa forma, a proposta desse fórum para rede também compôs o projeto de pesquisa participante da mestranda, que, na ocasião, era residente de terceiro ano da área de Serviço Social, sob supervisão e orientação do Assistente Social da Unidade Básica de Saúde e de um psicólogo da Escola de Saúde Pública do Estado.

Das entidades que se localizam na comunidade, participaram das reuniões, nos meses de maio a novembro de 2003, as seguintes: Unidade Básica de Saúde; Associação Comunitária 1, comitê de desenvolvimento da comunidade; entidade filantrópica ligada à Igreja Católica voltada para crianças e adolescentes; Grupo de Geração de Trabalho e Renda da Pintura; Centro de Saúde-Escola (direção e ensino); Associação Comunitária 2; creche Comunitária da Associação Comunitária 2; comunidade de uma Igreja Católica; e creche particular. Destaca-se ainda que a composição dessa rede preconizava a participação de moradores da comunidade e não apenas de entidades. Nas oportunidades das reuniões, foram

levantadas, tanto pelos moradores quanto pelas entidades, várias temáticas⁷⁴ que envolviam a qualidade e as condições de vida na comunidade. E, conforme a respectiva pauta, a rede convidava outras entidades, que não se localizavam no território, para participarem, dentre essas citam-se: Conselho Tutelar da microregião, Conselho Distrital de Saúde, hospital, Secretaria Municipal de Saúde-Zoonoses e Centro Administrativo Regional.

A configuração dessa rede instigou a reflexão dos limites e das possibilidades que a mesma enfrenta hoje, três anos após o início das reuniões, para se organizar a partir de um conceito de “rede das redes”, que seja “estratégico” e “propositivo”, no sentido de contribuir com o exercício da participação “cidadã”, “política”, frente a uma sociedade marcada por desigualdades e lutas (SCHERER-WARREN, 2005, 1999; NOGUEIRA, 2004; BAPTISTA, 2003; SOUZA, 2003). Nesse sentido, no ítem a seguir, realiza-se a reflexão teórica-prática que articula a problematização dessa experiência com o contexto do capitalismo contemporâneo, tendo como base a análise crítica dos dados empíricos coletados na pesquisa.

3.2.2 O desafio de tecer um conceito propositivo de rede social

Dos nove entrevistados, cinco referiram-se ao conceito de rede social como sendo composto por entidades e projetos governamentais, não-governamentais e comunitários que prestam serviços e ações à comunidade e que podem estar localizadas geograficamente dentro ou fora do território da mesma. Dentre esses cinco entrevistados, um enfatiza as parcerias com o Segundo e Terceiro Setor como fundamentais para a manutenção dos seus projetos sociais, porém assinala que

O Terceiro Setor é mais solidário com o Terceiro Setor (Depoimento 1-11, grifos nossos).

Coletaram-se também as seguintes declarações:

Potencializar **todos os setores** que **existem na região**, para que se faça um trabalho em conjunto para potencializar o atendimento da população (Depoimento 1-7, grifos nossos);

A Associação de Moradores já tem sua rede própria, formada por seus **projetos**, e a **rede das entidades** que existem na **comunidade**, como a igreja, escola, as escolas são convidadas para os eventos (Depoimento 1-8, grifos nossos);

⁷⁴ Essas temáticas foram levantadas e analisadas nesta dissertação no subitem 3.2.3 onde se apresenta a categoria analítica explicativa da realidade referente aos interesses público e privado.

[...] Na atual gestão do trabalho **[associação de moradores]**, são feitas parcerias [...] **O Terceiro Setor é mais solidário com o Terceiro Setor** (Depoimento 1-11, grifos nossos).

O trabalho voluntário na composição da parceria entre público e privado foi apontado por dois desses cinco entrevistados, que relacionaram rede social com a articulação de entidades e projetos governamentais, não-governamentais e comunitários que prestam serviços e ações à comunidade, sendo destacado nos seguintes trechos das falas:

Pessoas (o povo, a sociedade) voluntárias que vêm dar algo próprio nos projetos. Porque só o prefeito sozinho não faz tudo, temos que contribuir um pouco, [...]. Participar das reuniões **contribui com os projetos**, e a forma mais simples é **ser voluntário, ajudar com dinheiro, ou qualquer outro tipo de doação, seja doação do tempo** (Depoimento 8-7, grifos nossos);

Reunião de todas as instituições da comunidade que pertencem aquele território, que se reúnem para somar esforços para resolutividade dos problemas da comunidade, seja estes de que natureza for, de saúde (mental), de habitação, educação, entre outros. **Com a disponibilidade de oferecer serviços destas instituições para a população. [...] Quando se extrapola os limites comunitários**, é necessário **chamar pessoas de fora, que não pertencem à comunidade**, mas que podem auxiliar na resolução dos problemas. O caminho depende da **decisão da comunidade**, em **construção conjunta para resolução conjunta**. Não se pode **confundir rede com imposição**, todos têm vez e voz. [...] Rede também é estratégia **de horizontalizar as relações**, todos se sentem atuantes se responsabilizam” (Depoimento 2-7, grifos nossos);

O “valão” é um problema para a saúde, mas falta trabalho da saúde sobre esta questão. Poderia fazer **um mutirão de limpeza**, não precisa nem do setor público (Depoimento 2-7, grifos nossos);

Primeiro é a prefeitura. Acho que sejam **alguns projetos do prefeito. Projetos sociais** que tiram as crianças da rua, como creches. **Pessoas (o povo a sociedade) voluntárias que vêm dar algo próprio nos projetos. Porque só o prefeito sozinho não faz tudo, temos que contribuir um pouco, [...].** Participar das reuniões contribui com os projetos, e a forma mais simples é ser voluntário, ajudar com dinheiro, ou qualquer outro tipo de doação, seja doação do tempo. Nós somos os mais interessados e, para dar certo, temos que participar. **Quem compõe a rede é a associação de moradores, o [Unidade de Saúde Central] e a prefeitura** (Depoimento 8-7, grifos nossos);

Gostaria de participar para ficar mais por dentro. **Ninguém faz nada sozinho**, participar para tentar melhorar as coisas para todo mundo, a sociedade, o povo. Dar um pouquinho de tempo. **Se não participar, eu não posso cobrar depois.** Se eu não participo, como posso cobrar algo que nem sei do que se trata. **Participar para doar um pouco do meu tempo, que é a única coisa que eu tenho.** Quanto mais participo, melhor, o povo unido consegue muita coisa, quanto mais assinaturas melhor, não adiantam meia dúzia participar para pedir por quinhentos (moradores) restantes (Depoimento 8-12, grifos nossos).

Embora um desses cinco entrevistados não faça menção direta ao setor não governamental, referindo-se às entidades de uma forma genérica, ele mesmo representou, nas reuniões da rede, a entidade filantrópica que realiza trabalho com crianças e adolescentes da comunidade, sendo que muitos dos seus projetos são subsidiados mediante parceria público-privada. Destacou-se, das palavras dos entrevistados, que rede é:

Entidades que trabalham com as pessoas, a comunidade e que procuram fazer um trabalho conjunto, se fortalecer e lutar pelas coisas que a gente acredita. Todo mundo junto lutando, fica mais fácil e cada um no seu mundinho fica complicado. (Depoimento 5-7, grifos nossos);

Importância de **estar encontrando com outras entidades que têm o mesmo objetivo** da gente, de **melhorar, promover a vida e a valorização do ser humano**, das pessoas. (Depoimento 5-5, grifos nossos);

Cada entidade tem sua especificidade, mas todas têm objetivo em comum na melhoria da comunidade (Depoimento 5-8, grifos nossos).

Esses cinco entrevistados indicam um conceito de rede de caráter intersetorial, categoria que vem sendo incorporada pelas políticas sociais para a gestão e a organização do trabalho dos serviços, principalmente após a Constituição Federal de 1988. A intersetorialidade é uma importante estratégia para responder as “necessidades humanas básicas”⁷⁵ a partir do princípio da integralidade e de um sistema interligado de proteção social (PEREIRA, 2006). Sabe-se que as demandas sociais que se apresentam no cotidiano das entidades estão relacionadas a um conjunto multifacetado de necessidades humanas. A realidade atual, de ajustes estruturais, de uma sociedade globalizada, “[...] submete grande parte da população a contínuos processos de deterioração das condições de vida e de trabalho, além da perda de direitos fundamentais com a crise do Estado de Bem-estar” (MIOTO, 2002, p. 52).

Nesse sentido, Miotto destaca que essa “[...] situação nos indica que as formas tradicionais de intervenção motivadas pelos princípios da segmentação de necessidades e pos responsabilidades setorizadas e especializadas são inócuas diante da realidade atual” (MIOTO, 2002, p. 52). Desta forma, intervenções fragmentadas dificilmente têm um impacto na vida dos usuários, no sentido de garantir melhorias significativas nas condições de vida dos mesmos.

Marcada pelo afastamento do Estado Social de suas funções de proteção, a noção de intersetorialidade tem sido utilizada também para designar as “novas” formas de “gestão

⁷⁵ Pereira confronta o conceito de necessidades humanas vinculado à noção de mínimos sociais prescrito pelo pensamento dominante. E, para tanto, apresenta dois argumentos: “Primeiro, porque rejeitamos, de partida, a noção de *mínimos* — tão valorizada pela ideologia neoliberal — como critérios de definição de políticas de satisfação de necessidades básicas. Em vez de *mínimos*, preferimos trabalhar com a noção de básicos, porque ela não expressa a idéia de prestação ínfima e isolada de provisão social e, portanto, permite a interferência de que níveis superiores e concertados de satisfação devem ser perseguidos quando lida com necessidades *humanas*. Segundo, e conseqüentemente, porque não concordamos com a tendência corrente de equiparar necessidades humanas básicas à sobrevivência biológica, nem com a idéia, acatada até por renomados pensadores, de que necessidade básica é um fenômeno social relativo, sujeito a variações. Baseando-nos em teóricas recentes, produzidas por pensadores socialistas, sustentamos a plausibilidade da formulação de um conceito *objetivo e universal* de necessidades humanas básicas, que leve em conta tanto a dimensão natural dos seres humanos quanto a social e sirva ao mesmo tempo de: a. condição à satisfação otimizada de necessidades humanas básicas; b. parâmetro confiável e coerente à formulação de políticas de satisfação dessas necessidades; c. critérios de referência para a definição de direitos sociais correspondentes” (PEREIRA, 2006, p. 181-182, grifos da autor).

social híbridas”, para o “Pluralismo de Bem-estar”, para atendimento das demandas (SILVA, 2004). O Estado Social enfrenta uma avalanche de críticas com relação às suas funções públicas, balizadas por uma visão maniqueísta sobre interesses públicos e privados que o conformam enquanto espaço contraditório, contribuindo para a elaboração de um “[...] consenso sobre a gestão ineficiente, a necessidade de sua descentralização e a debilidade das instituições, a fim de proteger a cidadania das ameaças que nascem de sua fraca capacidade de garantir direitos fundamentais” (SIMIONATTO, 2003, p. 280). Na perspectiva de eliminar essas falhas de gestão, o Estado reformado, de cunho social liberal, convoca a sociedade civil para formar redes de serviços público-privado, que compõem o Terceiro Setor, no enfrentamento das expressões da questão social. Aspecto explicitado nas falas dos entrevistados:

Porque só o prefeito sozinho não faz tudo temos que contribuir um pouco [...]
(Depoimento 8-7, grifos nossos);

[...] são feitas parcerias [...] entre Associação de Moradores 1 [...], há mais apoio do Terceiro Setor, a costura recebe ajuda de ONG, escola particular católica faz a integração da classe alta com a pobre — campanha de meio ambiente — essa escola faz uma coleta de material reciclado e a comunidade ensinou a essas crianças a técnica de fazer papel reciclado, a [universidade particular católica] faz campanhas de alimentos e repassa para Associação de Moradores[...]
(Depoimento 1-11, grifos nossos).

Essa “nova” configuração entre o público e o privado expressa nessas redes reforçam a idéia da ação voluntária e de solidariedades extraclassistas entre famílias e a comunidade como a saída possível para a ineficiência do Estado. Diante disso, Viana (2000) apresenta reflexões que devem ser levadas em consideração para a compreensão das contradições tanto dos projetos que integram o Estado e a sociedade civil quanto os das próprias redes sociais que integram esses setores, no sentido de identificar os mecanismos que podem contribuir ou limitar a transformação social. Em suas palavras, a autora chama atenção para a retórica da solidariedade e sua relação com a “participação consentida”:

Como idéia balizadora da maioria dos projetos de desenvolvimento comunitário, a parceria é por vezes, concebida como “participação consentida”, ou tão-somente como possibilidade de os movimentos populares serem consultados sobre suas necessidades e prioridades. Não objetivamos rechaçar a idéia de parceria, tampouco defendemos o isolamento cultural, social, político ou econômico, mas entendemos que construir parceiras pressupõe o convívio com as diferenças, a ousadia de interagir com o outro, respeitando as autonomias específicas (VIANA, 2000, p. 74).

No entanto, o quinto sujeito que explicitou o conceito de rede de entidades fez uma distinção entre dois tipos de redes sociais — uma voltada à assistência social para o planejamento dos serviços e recursos sociais —, porém não deixa claro se faz parte apenas do setor público. Na sua outra definição, ele trouxe um novo ator social para a composição da

rede social, que são as “pessoas da comunidade”, agregando a idéia de discussão em conjunto. Esse entendimento de rede explicita que a “[...] construção de parcerias pressupõe o convívio com as diferenças”, rompendo com a lógica atual de pasteurização dos interesses sociais estruturalmente antagônicos. A inclusão da figura do morador da comunidade em uma rede social que articula diversos serviços e entidades que prestam atendimento às suas necessidades permite visualizar-se esse espaço também como uma possibilidade de exercício da participação ativa e de potencialização de sujeitos sociais.

Tenho **duas interpretações para rede social. A primeira só voltada à assistência social**, assistencialismo. Na assistência social, você discute a falta de recursos que pode ser social ou material, como remédio ou financeiro. [...] **A outra rede é para estar discutindo em conjunto, de tudo, como, por exemplo, o posto de saúde. [...] As pessoas da comunidade, médicos, enfermeiros, todos trabalham na rede, pois todos têm interesse de se adequar ao sistema.** (Depoimento 6-7, grifos nossos).

É importante salientar que essas idéias de luta coletiva também permearam quatro respostas dos cinco entrevistados que fizeram referência à rede enquanto articulação de serviços e entidades das esferas pública e privada. O entrevistado que fez uma relação quase orgânica entre voluntariado e participação também citou que:

[...] **o povo unido consegue muita coisa**, quanto mais assinaturas melhor, não adiantam meia dúzia participar para pedir por quinhentos (moradores) restantes. (Depoimento 8-12, grifos nossos).

Complementando, em outra questão, sobre os resultados positivos da rede, ele diz que o atendimento no posto de saúde

[...] Melhorou, acho que tenham trocado alguns médicos. Também porque **convocaram as reuniões** e foram **bastante moradores nas reuniões**, lá estavam a **associação de moradores, o posto e o Murialdo** (Depoimento 8-10, grifos nossos).

O outro entrevistado que fala da ação voluntária referiu-se também a

[...] uma ação em rede, **uma ação coletiva**, não individual (Depoimento 2-9, grifos nossos).

Onde o caminho a ser percorrido depende da decisão da comunidade, o que atribui centralidade a vontade popular.

Nas palavras do entrevistado:

O caminho depende da **decisão da comunidade**, em **construção conjunta para resolução conjunta**. Não se pode **confundir rede com imposição**, todos têm vez e voz. [...] Rede também é estratégia de **horizontalizar as relações**, todos se sentem atuantes se responsabilizam (Depoimento 2-7, grifos nossos).

Outro entrevistado, que trabalha em uma entidade filantrópica, expressou que:

Todo mundo junto, lutando, fica mais fácil, e cada um no seu mundinho fica complicado. (Depoimento 8-7, grifos nossos).

O que passa a idéia de que as articulações não são firmadas apenas pela solidariedade cooperativa, mas também servem para viabilizar lutas. Nesse mesmo sentido, o outro entrevistado, representante da Associação de Moderadores 1,⁷⁶ que valorizou a solidariedade do Terceiro Setor, traz, no conteúdo de outra questão, referente à finalidade da rede social, a importância de a sociedade civil lutar, reivindicar e cobrar do poder público suas responsabilidades.

O entrevistado verbaliza que:

[...] o primeiro — poder público — e o segundo — empresários — fazem muito pouco, não fazem nada, e o Terceiro Setor carrega toda a carga, como se tivesse toda a **responsabilidade de reivindicar, cobrar, mobilizar e também de executar, neste sentido são mais cobrados e buscam alternativas** (Depoimento 1-8, grifos nossos).

A fala do entrevistado que fez a divisão entre as duas redes sociais corrobora a visão da importância das redes associativistas na reivindicação de seus direitos:

Às vezes, as pessoas têm vergonha de dizer seu problema, e como o problema é do outro fica mais fácil procurar solução. **O nosso pessoal nem pede o pedaço de calçamento, mas quando vim para cá nem luz tinha e a prosperidade e o progresso vieram chegando, não tinham nem posto. Na minha gestão [na associação de moradores] (1985-1986), trouxe a creche [suprimido o nome da creche] e o posto de saúde** (Depoimento 6-5, grifos nossos).

Esses entrevistados deixam evidente o quanto as organizações civis e ações coletivas têm um papel histórico importante de pressão, frente à sociedade política, para a conquista e a materialização dos seus direitos. Entretanto, devido à transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social, esse processo de luta coletiva tem sido fragilizado. Seu caráter reivindicatório vem sendo substituído pela execução de projetos sociais, construídos sob o valor moral de solidariedade transclassista, que transformou solidário em caridoso. Descaracterizando a solidariedade de classe enquanto uma relação social essencial para a construção e o fortalecimento da sua consciência e identidade. Simionatto problematiza essas transformações na relação entre Estado e sociedade e suas implicações para a organização da classe trabalhadora:

As relações Estado/sociedade, nesse cenário, eliminam a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado. Nessa ótica, a classe burguesa elimina os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo”, em nome de uma falsa universalização da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira “reforma intelectual e moral”, sob a direção da burguesia, [...] consegue socializar uma “cultura da crise” transformando as bases materiais do consenso e, portanto, da hegemonia. [...] obstaculizando a

⁷⁶ “A Associação de Moderadores tem 13 projeto sociais e de geração de renda e também realiza o trabalho de participação e representação da comunidade, exemplo no OP, no Conselho Popular do Partenon, entre outros.” (Depoimento, 1)

possibilidade de as mesmas elaborarem uma visão de mundo de corte anticapitalista, articulando alianças e estratégias em defesa de seus próprios interesses (SIMIONATTO, 2003, p. 280).

Analisando as respostas, percebe-se, ainda, que também houve sujeitos que agregaram uma dimensão técnica e estratégica propositiva ao conceito de rede social, entendendo-a enquanto um instrumento de luta coletiva. Quatro dos nove entrevistados deram ênfase ao aspecto coletivo da rede. Dentre esses quatro, dois deles, mesmo sem terem formado uma idéia muito elaborada sobre o tema, relacionaram diretamente a rede à noção “algo social”, em benefício da coletividade. Os outros dois, no entanto, deixam mais evidente que a rede social é formada por um grupo ou comunidade que, através da união e da luta, tem em vista conquistar o direito a uma vida digna. As falas a seguir evidenciam esta perspectiva de rede social.

Rede social é procurar a parte social, o socialismo, tu vai procurar alguma coisa em benefício próprio e de outras pessoas (Depoimento 3-7, grifos nossos);

Vem do social, associa muitas coisas, é uma coisa que vai expandir, trazer **crescimento e desenvolvimento no trabalho**. Procurar as necessidades na comunidade, e, se a gente não participar das reuniões da comunidade, não fica sabendo das coisas que estão acontecendo na comunidade (Depoimento 4-7, grifos nossos);

Grupo se unir, fazer uma força para trazer benefícios para a vila, para as pessoas que precisam, como as crianças que passam nas ruas (Depoimento 7-7, grifos nossos);

A comunidade se unir, se juntar para tratar de diversos **assuntos, como escola saneamento, saúde, esporte e trabalho** (Depoimento 9-7, grifos nossos).

Embora não se tenha identificado, em nenhuma das falas, a participação de representação de movimentos sociais na composição dessa rede na comunidade da periferia de Porto Alegre, no sentido de se trabalhar com a idéia de redes das redes, percebe-se que houve lutas que estavam relacionadas às “bandeiras” de redes de “Movimento cidadão”, voltadas para os valores da cidadania e da democracia.(SCHERER-WARREN, 2005, p. 29). Observa-se também a ausência de uma noção de redes de movimentos sociais “[...] que se constituem em torno de uma proposta mais abrangente de transformação social ou sistêmica, ou seja, voltada para a macropolítica [...]” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 30). Os dados empíricos demonstram transformações societárias no âmbito das novas configurações das ações coletivas. Nesse contexto, percebe-se a tendência atual dos movimentos sociais serem organizados sob a forma de rede interorganizacionais⁷⁷. No entanto, essa rede, ao favorecer a união e a socialização dos interesses que (des)agregaram esses diversos “elos de solidariedade, identitária, articulação de estratégias políticas” (SCHERER-WARREN, 2005,

⁷⁷ Refere-se a redes de organizações sociais (SCHERER-WARREN, 2005)

p. 30) que a compõem, pode conduzir os sujeitos sociais e/ou coletivos a um processo de reflexão crítica para a elaboração de uma práxis firmada na identidade de classe. O que não significa uma proposta de rede de movimentos sociais que aniquile a multiculturalidade, firmada sob análises com base estruturalista e aistórica. As experiências de lutas democráticas para a conquista de patamares básicos de sobrevivência oportunizados nas redes estratégicas⁷⁸ podem indicar o caminho para a classe subalterna visualizar, no horizonte, a utopia de uma outra sociedade. Desta forma, torna-se imperativo reconhecer interesses público e privados que mobilizam os sujeitos e entidade a participarem da Rede Social.

3.2.3 A rede social e a tensão entre os interesses público e privado

Sobre os interesses que mobilizaram os sujeitos pesquisados a participarem das reuniões da rede, identificou-se que a maioria, seis pessoas entre as nove entrevistadas, relacionou sua motivação aos interesses públicos. Dentre esses interesses, o que mais mobilizou a comunidade, na época, 2003, foi a falta de acesso aos mínimos sociais voltados para as necessidades humanas, com destaque para as questões relacionadas à política de saúde, tal como a ausência do Posto de Saúde, que havia sido fechado na comunidade e iniciado atendimento na Unidade Central, há alguns quilômetros de distancia da comunidade.

Os interesses públicos foram observados nos seguintes trechos das entrevistas:

Acredito na **construção de uma comunidade organizada e humanizada (mais solidária** com as questões dos outros não só de saúde) propor **encaminhamentos** para finalização destes problemas. Sensibilizá-la a se **tornar um porto seguro**, onde seus problemas podem ser resolvidos e encaminhados pela própria comunidade. **Exemplo de problemas a serem enfrentados:** mais creches com critérios de risco, não só para mães que trabalham; políticas de inclusão (com vagas para todos que queiram); oportunizar novas alternativas de trabalho e renda; uma política eficaz para os idosos tanto os independentes quanto para os dependentes. Isso dentro da comunidade. Também encaminhamentos mais específicos para as pessoas que estão **com problemas de álcool, drogas, que nem sempre a comunidade comporta; trabalho e renda fora da comunidade; aspectos de lazer, transporte, habitação** (Depoimento 2-5, grifos nossos);

Importância de estar encontrando com outras entidades que tem o mesmo objetivo da gente, **de melhorar, promover a vida e a valorização do ser humano**, das pessoas. **As pessoas buscarem saídas para tantas necessidades. Como, por exemplo, a associação que luta, luta que nasce a partir de movimento popular** [...]. Querer elevar as pessoas. Organização do Posto, da Associação de Moradores, mais entidades que trabalham com crianças para dar novo horizonte, uma esperança para o futuro para “alguma coisa”, para uma vida diferente da “esquina”, das drogas,

⁷⁸ “A rede, como recurso estratégico, pode ser usada para fins de emancipação tanto quanto para fins totalitários. A rede em si não é virtual; depende de como se utiliza” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 25).

do tráfico. **Elas vivem, muito, o presente, mas elas podem ter um futuro diferente, sem tanta dor, morte pelo tráfico** (Depoimento 5-5, grifos nossos);

É que a gente precisava do Posto de Saúde, e quanto mais gente participava das reuniões, melhor, queríamos levar bastante assinaturas, [...]. **Sabia que quanto mais gente mais assinatura, era melhor** (Depoimento 7-5, grifos nossos);

Foi mais quando tiraram o Posto. Achava que participando das reuniões, eles iriam reabrir o Posto. Eles são: a prefeitura e o Estado. Participava por **causa do Posto, a gente precisa, não só eu, mas todos nós, os moradores** (Depoimento 8-5, grifos nossos);

Participei pela melhoria do atendimento, no tempo que a gente espera por mais medicamentos. **Não queria que o Posto saísse daqui, que não fosse para [Unidade Central]**, ele ficou um bom tempo fora da vila. Era difícil para se deslocar, inclusive para as pessoas idosas. Era um trajeto longe. Estava um pouco distante e ficava difícil o acesso lá em baixo. Devido ao tempo que passou e por participar fica difícil para eu lembrar de mais coisas (Depoimento 9-5, grifos nossos).

Contudo dois entre esses nove entrevistados consideraram também a necessidade de se trabalhar agregando os interesses particulares dos sujeitos com os interesses públicos.

Isso foi explicitado nos seguintes trechos das falas:

Rede social [...] tu vai procurar alguma coisa em **benefício próprio e de outras pessoas** [...] Sempre que eu vou nestas reuniões **eu não penso só em mim**; este abaixo assinado, eu não precisaria ir **à rua R**, mas **fui bater de porta em porta, porque sei a situação daquela gente vivendo naquele esgoto, e as casas estão praticamente dentro do arroio** (Depoimento 3-7, grifos nossos);

Evento⁷⁹ do dia da cidadania na [comunidade] que articulou os diversos setores governamentais, entidade e comunidade para melhor atender à

⁷⁹ O “Dia da Cidadania” ocorreu em 28 de junho de 2003 e foi um evento resultante da articulação e do envolvimento intersetorial entre as três esferas do poder executivo, federal, estadual e municipal, que representavam o tripé da Seguridade Social — Previdência Social, Saúde e Assistência Social — e a sociedade civil organizada, representada pela rede social local. O objetivo central desse evento foi contribuir para o desenvolvimento integral das potencialidades da comunidade e oportunizar, através da troca de conhecimento e informações sobre os direitos de cidadania, a melhoria da qualidade de vida dessa população. Esse evento teve como motivação inicial dar visibilidade à rede social, através de uma capacitação de multiplicadores sobre direito previdenciário. Seminário realizado nas comunidades pelo INSS, através do Serviço Social no Programa de Estabilidade Social da Previdência Social. Porém, com a integração das demais políticas públicas, tais como a saúde, através da Unidade Básica de Saúde, o Centro Administrativo Regional (CAR) e as demais entidades e grupos que constituem a rede social do Campo da Tuca, construiu-se a proposta do Dia da Cidadania, baseado no objetivo já citado. A metodologia de trabalho escolhida foi a realização de oficinas com temas previamente selecionados pela comunidade em conjunto com as entidades. As oficinas envolveram temáticas como: aspectos preventivos das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), o trabalho desenvolvido pelo Centro de Testagem e Aconselhamento para HIV e AIDS do hospital da região e prevenção de tuberculose, direitos portadores de necessidades especiais e a LOAS, aposentadoria e direito do idoso, Auxílio-Doença e drogadição, Licença-Maternidade e planejamento familiar, agricultura urbana e educação alimentar, prevenção da dengue e controle dos roedores, multiplicadores sobre direitos previdenciários. Essas oficinas estabeleceram parcerias com o INSS, a Unidade Básica de Saúde, o hospital da região com internação, serviço de testagem e aconselhamento para DST e AIDS e de “hospital-dia”, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio (SMIC), a Vigilância Sanitária/Zoonose. Para atingir o público de crianças e adolescentes, a Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária Municipal (Zoonose), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e o Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE) realizaram atividades lúdicas, como teatro e brincadeiras, voltadas para a educação ambiental. Atividades de lazer, cultura e de esporte foram desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes (SME) e por grupos musicais da comunidade, apresentações musicais e de teatro das crianças e adolescentes

comunidade. Também em virtude da crise do Posto, de dificuldade na comunidade, de relacionamento dos profissionais do Posto com os usuários (Depoimento 1-5, grifos nossos);

[...] resolver problemas em geral de toda a comunidade e não de indivíduos, mas do coletivo que não atenda a uma pessoa única, que também é importante, [...](Depoimento 1-10, grifos nossos).

E três dos nove entrevistados foram mobilizados a participar motivados por interesses privados, voltados ao sentimento de ajuda às pessoas que enfrentam as mais diversas dificuldades, mas que, ao mesmo tempo, estão relacionados às necessidades coletivas. Sendo que um desses três verbalizou também a possibilidade de articulação entre ambos os interesses, como relacionado acima.

Senti a necessidade de ajudar a comunidade, gosto de participar, de pegar tarefas para mim. A Presidente da Associação de Moradores 1, quando apareceu, me indicou para as reuniões (não só da rede), **foi em todas as reuniões, mas não consegui resolver minha situação da casa que está desmoronando, alagando quando chove.** [...] Com relação à rua R já entramos no Ministério Público. Vou começar a participar de novo das reuniões, para encaminhar este documento [abaixo assinado] que **vai beneficiar a mim e outros moradores, ou pessoas** (Depoimento 3-5, grifos nossos);

Porque as **necessidades dos moradores são tantas que a gente se sente no compromisso de ajudar** com alguma coisa. Como, por exemplo, uma pessoa com deficiência, a gente foi atrás de ajuda, como hospital, alimentação (Depoimento 4-5, grifos nossos);

Participava porque gostava de discutir os problemas da comunidade. Acho que as dificuldades das pessoas mexem comigo e gosto de ajudar às pessoas, me sinto feliz em ser útil para as pessoas. Pode ser uma coisa pouquinho, mas me incentiva a ajudar as pessoas. Sou como um canal, e as pessoas me identificam e sabem que você pode ser útil para elas. [...]. **Não me importo, e não meço esforços; caminho, luto para ajudar as pessoas. Fazia campanha para ajudar os moradores, as pessoas. A gente tem mais liderança,** [silêncio na entrevista...], **esta não é a palavra, embora eu seja uma liderança. [...] Gosto de me sentir útil para o ser humano. [...] me sinto responsável em buscar ajudar esta família.** Mesmo que você seja líder, se não tiver motivação, não faz (Depoimento 6-5, grifos nossos).

Ao analisar os interesses que mobilizam esses sujeitos a participarem da rede social desse território, observa-se uma realidade marcada pelas mais diversas expressões da questão social. O Quadro 4 sistematiza as falas dos entrevistados, a fim dar um panorama geral das necessidades levantadas por esses sujeitos.

do SASE. O Dia contou também com bancas informativas de todas as secretarias e entidades participantes, Unidade Básica de Saúde, Hospital Sanatório, Centro Administrativo Regional, SMAM, SMIC, Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), FASC, DMAE, Batalhão da Brigada Ambiental, dentre outros, que distribuíram materiais informativos e deram esclarecimentos sobre seus serviços, além, da Unidade Móvel da Previdência Social (Previ-Móvel), que realizou atendimento em loco. Os grupos de geração de renda da comunidade expuseram e comercializaram seus produtos. A avaliação foi realizada pela comissão organizadora do evento (INSS, Unidade Básica de Saúde, CAR e representantes da rede social local) e também em reunião ordinária da rede social na comunidade. Compareceram nessa reunião representante das entidades, lideranças e moradores da comunidade que participaram desse evento (GUIMARÃES, 2003)

Construção de uma comunidade organizada e humanizada mais solidária;
 Associação que luta, luta que nasce a partir de movimento popular.
 Levar bastante assinaturas
 Melhorar, promover a vida e a valorização do ser humano.
 Evento do dia da cidadania na [comunidade] - articulou os diversos setores governamentais, entidade e comunidade para melhor atender a comunidade.
 Encaminhamentos para finalização destes problemas-dentro da comunidade;
 Saídas para tantas necessidades
 Mais creches com critérios de risco
 Políticas de inclusão oportunizar novas alternativas de trabalho e renda
 Uma política eficaz para os idosos tanto os independentes quanto para os dependentes;
 Encaminhamentos mais específicos para as pessoas que estão com problemas de álcool, drogas,
 Organização do Posto, da associação de Moradores mais entidades “alguma coisa”, para uma vida diferente da “esquina”, das drogas, do tráfico;
 Lazer,
 Transporte,
 Casa que está desmoronando, alagando quando chove.
 Pessoa com deficiência - ajuda como hospital e alimentação.
 Gente vivendo naquele esgoto, e as casas estão praticamente dentro do arroio.
 Precisava do posto de saúde
 Reabrir o posto
 Não queria que o posto saísse daqui
 Crise do Posto de dificuldade na comunidade, de relacionamento dos profissionais do posto com os usuários.
 Melhoria do atendimento [do posto], no tempo que a gente espera, por mais medicamentos.

Quadro 4 — Sistematização das necessidades humanas básicas que mobilizam a participação na rede social
 FONTE: Sistematização da pesquisadora a partir das entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Para os que defendem uma “nova” questão social sem vinculação com as clássicas interpretações estruturais, a realidade fornece a contra prova histórica: uma sociedade marcada pela desigualdade, exclusão e ausência das condições concretas de dignidade e de civilidade, agravadas pelo afastamento do Estado na execução das políticas sociais de caráter universal. Mendes fundamenta esse debate, ao trazer à tona as especificidades da realidade de exclusão no País: “Aqui não se pode falar genericamente em desqualificação, em desfiliação, em perda de conquistas que supõem uma universalização de cidadania prévia, jamais alcançada. Trata-se antes, de uma questão de não-acesso, de não-inclusão” (MENDES et al., 2004, p. 50). A construção da categoria inclusão precária de Martins (2003) complementa essa perceptiva de análise, pois onde o Estado não faz frente à exclusão da população das condições mínimas de vida, outras redes são formadas, muitas vezes como estratégia de sobrevivência, para suprir as necessidades de subsistência, tais como o tráfico de drogas, forjando uma sociedade que “inclui” economicamente os segmentos sociais “marginalizados” no círculo de produção e realização de mercadorias, tais como as drogas ilícitas, mas os exclui da dignidade, violentando sua esperança e, ainda, por vezes, considerando-os uma “classe” perigosa e violenta (MARTINS, 2003, p. 33-35). Eles são vítimas do que Chauí (2001; 1987) denomina de o mito da violência, que desconsidera as conseqüências estruturais na vida da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005), como a negação do acesso aos mínimos de

sobrevivência, como uma violência, que pode ou não gerar mais violência, tornando as desigualdades parte da paisagem do mundo “moderno” (TELLES, 2001).

Koga faz a seguinte descrição desse quadro social:

Assim, são consideradas expressões de violência as situações de homicídio, extermínio, assalto, seqüestro, enquanto situações excepcionais. A existência de pessoas sem teto ou sem terra, o machismo, as diferentes formas de discriminação social são considerados fatores normais, naturais da sociedade brasileira e não essencialmente de violência (KOGA, 2003, p. 44).

Frente a esse contexto, Scherer-Warren (2005) assinala que o Movimento pela Paz, na América Latina, passa por mudanças estruturais que enfrentem as inúmeras desigualdades que marcam o capitalismo nos países latinos.

Conforme Scherer-Warren (2005, p. 29):

É relevante notar que, na América Latina, as demandas por Paz são permeadas por necessidades de mudanças mais estruturais, com relações à extrema desigualdade social (pobreza e miséria), a muitos tipos de discriminação (de gênero, etárias, regionais, etc.), à usurpação pública (corrupção, roubo, etc.), à injustiça (ineficiência de procedimentos legais) e muitas outras, além da criminalidade, comum no cotidiano e dos ineficientes métodos de controle.

Embora a discussão sobre a criminalidade não passe apenas pelos mecanismos de controle e, principalmente, pelo resgate da figura do Estado Penal, o que vem ocorrendo, nesses tempos em que o Estado é cada vez menor frente às demandas de desigualdade e proporcionalmente mais repressor frente às resistências, conforme referenciado por Scherer-Warren, é a emergência de mudanças estruturais que são fundamentais para a efetivação de um padrão de civilidade mais dignas para a população, que podem conduzir os sujeitos à busca da satisfação de outras necessidades sociais. Acrescenta-se a essas reflexões a problematização de Coutinho (2000) que refere que cidadania plena e universal não combina com o capitalismo.

A explicação desses dados indica também que há uma relação dialética entre os interesses privados e os públicos, ou seja, os sujeitos podem ser mobilizados à participação, em princípio, por interesses particulares, mas no processo de articulação coletiva, ao serem publicizados, estes podem se transformar em públicos. Entretanto somente se representarem necessidades coletivas pré-existentes, oriundas da forma de organização social. A compreensão da complexidade da relação entre os interesses públicos e privados passa pelo desvelamento da processualidade histórica entre a infra-estrutura e a superestrutura. Durante a

trajetória do capitalismo, nas suas diferentes fases⁸⁰, o lócus da esfera pública, que guarda os interesses coletivos, foi alterando-se, dependendo da “correlação de forças”⁸¹ entre capital e trabalho e destes com o Estado. A perspectiva (neo)liberal vem apresentando uma visão dicotômica da esfera pública, e, a serviço da manutenção do sistema, essa veio oscilando entre os âmbitos do Estado e da sociedade civil.

⁸⁰ Behring (2000), a partir dos estudos do marxista belga Ernest Mandel (1982), apresenta as seguintes fases do capitalismo e seus respectivos períodos históricos: capitalismo concorrencial, imperialismo clássico e capitalismo tardio. O capitalismo concorrencial, a partir de 1848, é marcado pela revolução do vapor; o imperialismo clássico inicia no final do século XIX e vai até os anos de 1930, distinguindo-se pelo processo de monopolização do capital; e o capitalismo tardio e/ou maduro vai do final da Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje, tendo como característica central a automação, marcada pela terceira revolução tecnológica por encurtamento do tempo de rotação do capital fixo (meios de produção) e pela intervenção estatal, no sentido de controlar a insegurança que a aceleração de conjunto dos ciclos do capital tende a promover, em função da questão da rotação do capital (BEHRING, 2000, p. 32). Granemann faz as seguintes classificação e periodização do capitalismo: “[...] capitalismo concorrencial — fase que teve início com o aparecimento de máquinas movidas por energia não-humana. Inicia-se na Inglaterra com a máquina a vapor por volta de 1746 e finda com o início dos monopólios”; “Idade dos monopólios — fase atual do capitalismo que teria iniciado em fins do século XIX, por volta de 1875. Caracteriza-se pela crescente centralização e concentração do capital e impõe mudanças profundas na organização da produção, do trabalho e do Estado” (GRANEMANN, 2000, p. 159-155). Embora tragam divisões um pouco distintas, mas não contraditórias, essas demonstram claramente que a questão sobre a emergência e as fases do capitalismo deve ser entendida a partir de uma noção processual da história, ou seja, a perspectiva analítica fundamentada nas categorias da historicidade e da totalidade não é estanque, significando que datas históricas são apenas marcos significativos no reconhecimento da complexidade e da diversidade dos fatos e dos fenômenos sociais que configuram um período de mudança. O próprio início do capitalismo, mesmo tendo como marco histórico a Revolução Industrial, aqui entendida, nos termos de Martinelli (2006), como sendo formada pela dupla revolução, a Francesa e a Industrial, na Inglaterra, que garantiram os alicerces políticos e econômicos para a hegemonia desse novo sistema, tem suas bases no processo de transição do antigo regime para o capitalismo, que remete aos séculos XIV e XV. Período em que o feudalismo passava por várias crises, tendo como desdobramento o capitalismo mercantil, que se iniciou na primeira metade do século XV. Segundo Martinelli ainda, o capitalismo concorrencial vai dos séculos XVII ao XIX e é dividido em duas fases, a mercantil e a industrial, sendo que a segunda já se insinuava desde o terço final do século XVIII. Ao buscar os elementos históricos do sistema do capital, percebe-se a pressão da classe burguesa, em ascensão desde o século XIV, frente ao Estado, na época monárquico, para a criação das condições jurídicas e econômicas de viabilização do sistema. Citam-se, a título de exemplo, a Lei do Assentamento, de 1563, e a Lei dos Pobres, de 1597 (Martinelli, 2006). Para maiores aprofundamentos sobre a Política de Assistência Social, ver Couto (2004) e Bulla (2003). No contexto dessa análise, o que se salienta na compreensão das bases históricas do capitalismo e de suas fases é que essas revelam uma ligação entre as suas crises e a busca de saídas para as mesmas, com as transformações societárias que modificam a conjuntura de todo o sistema incidindo diretamente na tensão entre as classes e nas funções do Estado, frente aos interesses de ambas. A criação do Estado Social e a emergência de profissões que estão diretamente ligadas a essa tensão, a exemplo do Serviço Social, que são assumidas pelo Estado na execução de políticas que distencionam essa relação, são alguns dos fatos que desvelam essas transformações. E, ao considerar-se a realidade do capitalismo atual, percebe-se que ações assistencialistas, tanto no âmbito da sociedade civil quanto do próprio Estado, por vezes, relembram práticas dos tempos da Lei dos Pobres, assinalando que, ao “sabor dos ventos” dos interesses do capital, esse lança mão de aparelhos ideológicos que difundem concepções diferentes sobre o lócus do bem comum, ou seja, da esfera pública.

⁸¹ Para fins desta análise, utiliza-se o conceito de “correlação de forças” definido por Gohn e sua relação com a dimensão do projeto político dos movimentos, grupos e/ou organizações. Em seus termos: “O projeto político não é um conjunto consolidado de visões e valores, algo estático. É dinâmico, altera-se constantemente segundo a **correlação de forças** atuantes na sociedade — tanto civil quanto política — dadas pelo campo de disputa existente, permanentemente em busca da criação de consensos, legitimação, direção dos projetos políticos mais amplos, desenvolvida pelos sujeitos sociopolíticos relevantes, presentes em contextos históricos específicos. Na conjuntura econômica do mundo globalizado, uma das disputas centrais entre os grupos é a que ocorre pelo acesso e utilização dos fundos públicos” (GOHN, 2005, p. 17-18).

No entanto, a esfera pública é um processo social construído no âmbito do Estado ampliado, forjada pelas condições de elaboração de consensos acerca da “cidadania plena”, da “soberania popular” e da “democracia” (COUTINHO, 2000) capazes de mobilizar e organizar um novo “bloco histórico” que faça frente a essa sociedade globalizada. Sendo assim, a esfera pública é o espaço onde as contradições e as correlações de poder que engendram os interesses públicos e privados e dos grupos que os representam ganham visibilidade, a partir de um movimento dialético que os ocultam e explicitam. Na atualidade, há uma mistificação que atribui à sociedade civil, mais especificamente, às redes de sociedade da sociedade civil, como o espaço privilegiado do “bem comum”. No entanto, como se refere Gohn (2005, p. 17):

[...] enganam-se aqueles que atribuem à esfera pública o papel de ser apenas um discurso estratégico para acobertar a privatização ou o desmonte das políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social. Ainda que estes elementos possam estar presentes na sua composição — dado o fato que se abrem espaços para a participação dos indivíduos em grupos organizados, e eles podem advir de grupos interesses e *lobbis* que contemplam exclusivamente interesses privados, do mercado propriamente dito. Mesmo assim, a esfera pública não se resume a isso porque outras forças organizadas podem (e devem) estar presentes.

Nesse sentido, visualiza-se, nessa experiência de rede social, articular, em um espaço territorial, sujeitos sociais, organizações sociais, poder público, dentre outros atores sociais, como uma possibilidade de tensão democrática, enquanto esfera pública que possa potencializar a força política⁸² da classe trabalhadora na luta por interesses públicos, que contribuirá com a elaboração de uma “cultura política pública”⁸³. Para tanto, é de extrema importância desvelar os aspectos culturais e valorativos que são expressos nas relações sociais dessa rede, que guardam características territoriais específicas, mas que são expressões de uma sociedade mais ampla, e sobretudo incidem na participação e no processo decisório.

⁸² “A força política de um movimento, ou grupo, é dada pelo projeto político que ele constrói, pelos valores que os sustentam, pelo impacto que suas ações provocam na sociedade civil e política, pelos desafios que enfrentam e a forma como faz isso; pelos resultados que obtém com suas ações; resultados qualitativos que se traduzem em reações que provocam nos outros sujeitos sociopolíticos de uma dada conjuntura política e cultural e resultados quantitativos dados e números de conquistas e derrotas que se obtém na trajetória de ações, considerando um período mínimo do ciclo de existência do coletivo organizado” (GOHN, 2005, p. 18).

⁸³ “A cultura política pública envolve uma nova cultura ética com civilidade e respeito ao outro. Essa nova cultura política se contrapõe à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, assim como se contrapõe também às práticas clientelistas ou corporativas de grupos patrimonialistas, oligárquicos, ou modernos/privatistas. Trata-se de uma cultura política gerada por processos onde os diferentes interesses são reconhecidos, respeitados e negociados via mediações sociopolíticas” (GOHN, 2005 p. 16-17).

3.2.4 Participação social no processo decisório: limites e possibilidades

Em uma sociedade historicamente cunhada por uma aversão à universalização da participação política (COUTO, 2004; NOGUEIRA, 2004), marcada por uma concepção de cidadania estratificada, ou seja, acessível apenas a uma “casta” da sociedade, cujas decisões políticas eram restritas aos “doutores”, “coronéis”, agregada a uma noção atual em que a participação social se tornou sinônimo de voluntariado e condicionada a uma contribuição “espontânea” e individual que vem comprometendo sua potência política⁸⁴ e a tornando uma mercadoria, cujo valor de troca está diretamente relacionado a uma ação voluntária correspondente, constrói-se uma visão de participação meritocrática, como a identificada nesse trecho das entrevistas anteriormente citadas:

[...] **Se não participar, eu não posso cobrar depois.** [...] **Participar para doar um pouco do meu tempo, que é a única coisa que eu tenho** (Depoimento 8-12, grifos nossos).

Em tempos em que a processualidade histórica perde centralidade, a mobilização para a participação social também está organicamente ligada à noção de “tempo real”. A “Era informacional” difunde, no imaginário social, um novo ritmo para as relações sociais, que, paradoxalmente, não acompanha o ritmo das conquistas sociais. Dessa forma, se a competência dos indivíduos ou, especialmente, dos coletivos está ligada à agilidade, equivalente à dinâmica processual das novas máquinas cibernéticas para o alcance de objetos, o processo social construído no jogo democrático pode ser interpretado como incompetência dos sujeitos, atingindo diretamente as bases da mobilização e da organização dos sujeitos coletivos. Sobre essas análises, um dos entrevistados faz a seguinte descrição de participação social:

[...] **Não temos o exercício da participação consolidada.** Ela [participação] é **compulsória**, vai, se ganha algo de concreto, é “normal” agente escutar: **“porque eu vou participar se não vai dar em nada?”**. **Quando o resultado é justamente obtido com o exercício da participação, que não é uma varinha de condão, pois a consciência mágica, o imediatismo é algo que temos que trabalhar também** [...] (Depoimento 2-9, grifos nossos).

⁸⁴ Alvarez, Dagnino e Escobar ao explorarem o conceito de política nos movimentos sociais, explicita que: “[...] devemos ver a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas (votar, fazer campanhas ou *lobby*) que ocorrem em espaços institucionais claramente delimitados, tais como parlamentos e partidos; ela deve ser vista como abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 29). A conceituação de Gohn de política complementa a visão da Alvarez: “Política com pê maiúsculo, relativa à arte da argumentação e do debate dos temas e problemas públicos e que constrói uma cultura política pública” (GOHN, 2005, p. 16).

Instigando sobre a questão da participação dos integrantes da rede no processo decisório, identifica-se que a maioria dos entrevistados, sete dos nove entrevistados, referiu que as decisões eram tomadas de forma coletiva. Dentre esses sete entrevistados, um deles referiu que as decisões eram tomadas por meio de votação, precedida de discussão, e quatro entrevistados sugerem que as decisões eram tomadas mediante um processo de consenso. Sendo, que um desses quatro que fizeram referência ao consenso, aponta também que, geralmente, as decisões ocorriam mediante processo de votação, ou, ainda, eram tomadas por uma parceria pequena de moradores, e que havia situações nas quais as decisões já vinham definidas antes da reunião. Destaca-se que um desses sete entrevistados falou que as decisões eram tomadas no coletivo, mas através de divisão de tarefas, o que pode indicar que havia decisões tomadas em pequenos grupos. Dados estes que foram explicitados nas seguintes falas:

No coletivo com divisão de tarefas, pensar juntos para a busca de resolver problemas em geral de toda a comunidade e não de indivíduos, mas do coletivo, que não atenda uma pessoa única que também é importante, mas se busca é o geral, coletivo, de acordo com a necessidade (Depoimento 1-10, grifos nossos);

Nossa proposta [Assistente Social] era de tomar as decisões conjuntas, isso não significa que iríamos concretizar esta proposta imediatamente, **às vezes levavam várias reuniões para finalizar uma questão. Mas houve alguns enfraquecimentos pela falta de presença de pessoas com expressão na comunidade, as lideranças**. Por exemplo, para o “Dia da Cidadania”, todos se cotizaram, e, por fim, não iam mais as reuniões (Depoimento 2-10, grifos nossos);

Algumas coisas saiam resolvidas, e outras ficavam para serem dado retorno, que era só ir à próxima reunião que eles davam o retorno (Depoimento 3-9, grifos nossos);

A pauta era colocada no quadro, aí todo mundo concordava. Todo mundo tinha que concordar, mas não era isso decidido e pronto! **As pessoas que participavam tinham tempo para se pronunciar sobre a pauta** (Depoimento 3-10, grifos nossos);

Democráticas, as pessoas tinham **direito de voz, de discutir, as propostas que saíam eram de senso comum, ninguém impunha. A coordenadora da UBS, na época, tinha um perfil democrático**. Era uma **pessoa maravilhosa** (Depoimento 5-10, grifos nossos);

Na rede, se trabalha em conjunto e, se **todos concordam assinam**. Aqui no grupo do “Fome Zero”, eu não decido nada sozinha, os **assuntos são discutidos, e eu levo o que o grupo decidiu** (Depoimento 6-8, grifos nossos);

A gente sempre **discutia** tudo, e, em **conjunto, tomava a decisão**, mas isso **depende muito da pessoa que lidera** (Depoimento 6-10, grifos nossos);

Primeiro **era discutido**, depois **era feita votação**; o que vai ser feito primeiro, e o que vai ficar para segundo plano. Eu acho que muitas **coisas nem valia a pena discussão**. (Depoimento 8-10, grifos nossos);

[...] Enquanto morador, sempre fui convidado pela Associação de Moradores 1, para fazer peso. (Depoimento 9-6, grifos nossos);

Geralmente era por votação, teve vezes que foi por consenso e teve vezes que foi dito que essa opinião era a melhor, e a gente acabou acatando. Um grupo é que decidiram, pessoas que estavam mais ligadas às próprias reuniões. **Tinham reuniões**

que as decisões já estavam definidas antes das reuniões. Acabava fazendo um consenso antes, por este pequeno grupo de moradores (Depoimento 9-10, grifos nossos).

Um dos entrevistados não deixa clara como ocorria o processo decisório, apenas o adjetivou, fazendo menção de que as decisões eram tomadas de maneira “correta”, mas dá idéia de que os participantes resolviam, nas reuniões, o que eles achavam estar errado, conforme se pode perceber na fala do entrevistado:

Tomadas de maneira correta. Se a gente está numa reunião, a gente está ali para corrigir o que não está correto. Se a gente considerava que não estava certo, a gente resolvia ali para encaminhar certo e com bastante vontade que a coisa fosse resolvida (Depoimento 4-10, grifos nossos).

Percebe-se também, nas falas de cinco dos nove entrevistados, que há uma influência das lideranças, suas características e a forma de exercerem esse papel, com o desenho do processo decisório. O líder que tem um perfil mais democrático pode favorecer a participação coletiva, mas, caso contrário, pode usar o coletivo apenas para garantir a legitimidade das suas decisões particulares. O que não implica que essas decisões necessariamente estejam vinculadas aos seus interesses privados, podendo ser decisões que visem ao benefício do coletivo. Entretanto podem não representar o desejo do coletivo e ainda abrir espaço para que prevaleçam os interesses privados. O que pode ser observado na seguinte fala:

Eles **queriam botar posto policial**, para mim médico está bom. Eles [**Presidente do Comitê de Desenvolvimento da Comunidade e seu esposo, duas lideranças da comunidade**] são as pessoas mais antigas na vila, eles têm mais conhecimento do povo por aqui. **A gente precisa de atividades para as crianças que ficam andando nas ruas**, pois os pais vão trabalhar e as crianças ficam sem fazer nada depois da aula (Depoimento 7-7, grifos nossos);

Decidiram que teria uma outra reunião na [Unidade Central] para levar papéis para concretar tudo, não sei de que papel eram estes. A [liderança] disse que a próxima reunião seria no Murialdo. Falaram todos eles [lideranças da comunidade] as pessoas mais antigas que decidiram. Cada um deu sua opinião sobre o posto. Tem muita política no modo deles falarem e fazerem, e a **reunião não caminham, fica naquela. [...] Eles falam e fica tudo parado** — os “cabeças” [lideranças da comunidade]; e depois para tudo, não sei se parou mesmo, é que eu não fui mais (Depoimento 7-10, grifos nossos).

Tal postura autoritária de lideranças e os arranjos antidemocráticos, como no caso das decisões que vieram definidas, sem a participação do coletivo, cerceiam o direito ao exercício da democracia, através da participação política⁸⁵ e do controle social no que se

⁸⁵ A participação política “[...] realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado. [...] indivíduos e grupos interferem para fazer com que as diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado” (NOGUEIRA, 2004, p. 130-133).

refere à participação cidadã⁸⁶, tão importante para a construção da rede, enquanto uma estratégia propositiva de ação coletiva. Porém observa-se também que havia aberturas para as disputas e debates, que são fatores condicionantes para a construção de consensos. E, mesmo nos casos em que a tomada de decisão era feita por processo de votação, os debates que antecediam esse momento podem fortalecer a consciência crítica, que serve de base para sustentação do interesse público, pois, como refere Gohn (2005, p. 18): “A democracia pressupõe a construção do consenso a partir do jogo das diferenças. O dissenso é parte do jogo, é constitutivo das relações sociais num regime democrático”. Os jogos de poder, de disputa, de solidariedade, dentre outros aspectos relacionais que compõem as características ideológicas e políticas da rede, são a seguir aprofundados.

Considerando que a liderança tem um papel estratégico na construção de espaços democráticos de participação, duas questões tornam-se imperativas. A primeira refere-se à legitimidade de sua representação, e a segunda, às funções atribuídas pelas próprias lideranças.

Diante disso, identificou-se que dos cinco entrevistados que tinham papel de representatividade nas reuniões, três deles responderam que sua representação foi escolhida por meio de indicação e dois declararam ter sido por meio de votação. Dentre os três primeiros representantes, o da Unidade Básica de Saúde e o da entidade filantrópica foram escolhidos pelos coordenadores das respectivas entidades, e o representante do Grupo de Geração de Renda da Comunidade teve a indicação feita pela professora do grupo, que exerce um papel de liderança. A justificativa dessas escolhas está vinculada a características pessoais e profissionais, como pode ser visualizado através dos seguintes trechos das falas:

devido ao papel profissional exercido na instituição [pelo fato de ser Assistente Social] (Depoimento 2-3, grifos nossos);

a que me **indicou**, porque eu vivia metida em reuniões, porque estava participando das reuniões da comunidade. (Depoimento 3-3, grifos nossos);

porque sou muito **antiga na instituição** e por que tinha **disponibilidade de tempo**. (Depoimento 5-3, grifos nossos).

Os dois sujeitos que verbalizam que sua representatividade foi escolhida através de processo eleitoral — o representante da Associação de Moradores 1 e quanto o do Comitê de Desenvolvimento da Comunidade — relacionam esse processo ao de eleição de suas funções de presidentes dessas entidades.

⁸⁶ Segundo Nogueira, a participação cidadã “[...] se dedica a compartilhar decisões governamentais, a garantir direitos, a interferir na elaboração orçamentária ou a oferecer sustentabilidade para certas diretrizes, concentra-se muito mais na obtenção de vantagens e de resultados do que na modificação de correlação de forças ou de padrões estruturais” (NOGUEIRA, 2004, p. 142).

Eu fui eleita [para a Presidência da Associação de Moradores 1] pela comunidade **através de voto direto**, três anos no mínimo, pela exigência da legislação (Depoimento 1-3, grifos nossos);

O Comitê de desenvolvimento é formado de dois representantes de cada entidade da vila. A Associação Comunitária 1, o Esporte Clube [time de futebol da comunidade], a Associação [Comunitária 2], Comunidade Nossa Senhora [retirado o nome que identifica a entidade], Igreja Evangélica [retirado o nome que identifica a entidade]. Foi chamada **Assembléia Geral**, feita a **escolha dos representantes. São indicados os nomes dos representantes pelos moradores, depois da Assembléia, é marcada uma reunião de composição da diretoria. O Comitê é mais forte por ser representado por dois representantes de cada entidade** (Depoimento 4-3, grifos nossos);

[Assistente Social da UBS] **Pelo coordenador da equipe**, esta **indicação** foi feita **devido ao papel profissional exercido na instituição** [pelo fato de ser Assistente Social] (Depoimento 2-3, grifos nossos);

[Grupo de Geração de Renda] Foi à **professora X [professora do Grupo de Geração de Renda]** a que me **indicou**, porque eu vivia metida em reuniões, porque estava participando das reuniões da comunidade (Depoimento 3-3, grifos nossos);

[Entidade filantrópica ligada à Igreja Católica de trabalha com crianças e adolescentes]. **Fui indicada pela coordenação** da Casa, porque sou muito **antiga na instituição** e porque tinha **disponibilidade de tempo**. Achavam importante participar das reuniões da rede, com as entidades todas participando (Depoimento 5-3, grifos nossos).

Em se tratando das funções que os mesmos atribuíram ao seu papel de representatividade, dos cinco representantes entrevistados, três destacaram que suas funções estavam relacionadas à necessidade de fazer a interlocução entre as discussões e as decisões tomadas pela “base” e as questões tratadas nas reuniões da rede. Entretanto observa-se que, dentre esses três entrevistados, o representante da Unidade Básica de Saúde apresentou, além da função essencial de articulação entre base e representação, uma visão ampliada, que qualifica e legitima o processo de representatividade. Nesse sentido, esse entrevistado vinculou sua função na rede também a um conjunto de procedimentos que refletem o compromisso com a democratização do serviço que ele representava, através de socialização de informações, fortalecimento da participação da comunidade no serviço, qualificação do atendimento a partir das necessidades apontadas nas reuniões pelos usuários e, sobretudo, entendendo que tem o compromisso com a manutenção e ampliação do espaço da própria rede.

As respectivas funções anteriormente citadas podem ser explicitadas nas seguintes falas:

[...] **ir representar o grupo, para saber o que estava acontecendo e passar para a professora e colegas que não podem ir**. Como por exemplo a Feira de Economia Solidária [Evento do Dia da Cidadania na Comunidade] foi discutido com o grupo para ver se iam participar (Depoimento 3-3, grifos nossos);

Levar para eles o que já havia sido discutido, a inscrição no evento para o grupo no [Evento] “Dia da Cidadania” [comunidade] (Depoimento 3-4, grifos nossos);

Ver tudo que era discutido na reunião, depois partilhar na reunião da instituição, multiplicar na reunião da instituição. Discutir o que era debatido, abordado na reunião. **Estar informando tudo o que estava acontecendo na comunidade para partilhar na instituição** (Depoimento 5-4, grifos nossos);

Representando a equipe de saúde (não como gestora). “Puxar”, **iniciar o processo da rede, consolidar, motivar para as próximas reuniões**, também **representar as demandas do posto**, as questões de saúde que **impediam a participação da comunidade no serviço de saúde. Apontando aspectos que necessitavam melhorar**, ser remodelada, **busca da construção em conjunto com a comunidade.** O processo de **participação (para dizer o que está bom ou não). Mostrar aos usuários os serviços que não são oferecidos**, dizer o que tem de serviços que eles (usuários) não têm acesso, **orientá-los com relação ao serviço. Fazer os encaminhamentos** que não são de **nossa competência. Organizar o serviço para que a população possa usufruí-lo, possa usar mais ele. Tornar o acesso mais eficaz** (Depoimento 2-4, grifos nossos).

Identificou-se que um dos cinco representantes vinculou suas funções a questões transversais à sua participação específica na rede social, assinalando, com muita propriedade, a importância de as lideranças trabalharem no sentido de contribuir com a consciência crítica dos sujeitos no que tange a seus direitos, bem como com relação à responsabilidade e ao compromisso que as entidades ou pessoas que desenvolvem trabalhos na comunidade devem ter com seus moradores. O que está, de certa forma, articulado à função de reivindicar as necessidades e os direitos da comunidade apresentada pelo quinto representante.

Essas funções podem ser percebidas através das seguintes falas:

Associação de Moradores 1 **desenvolve uma função** de forma **histórica**, [...] Em vez de ajudar a comunidade, essas devem reconhecer a história da mesma, qualquer agente público com este pensamento de ajuda, de caridade deve-se ter aversão. Devem-se reconhecer as potencialidades da comunidade. **Há pessoas do setor público** que vêm uma vez na comunidade para **fazer caridade** e retorna **para pedir voto. Há profissionais do Posto de Saúde** que vêm e **não se envolvem** com a **comunidade**, ficam no posto achando que estão **fazendo** algum **favor**. O que não gosto é de não haver profissionais fixos, pois para os profissionais fazerem um bom trabalho necessitam fazer vínculo com a comunidade, e devido à rotatividade de profissionais o atendimento “cai” muito, ou seja, perde a qualidade, pois até fazer o vínculo com o novo profissional demora. Mas este **pensamento de caridade e de ajuda com relação à comunidade já vem mudando** bastante, tanto das pessoas que vem na comunidade, também das instituições, quanto das pessoas da comunidade. **Neste sentido, deve-se trabalhar o conhecimento e a consciência das pessoas com relação à responsabilidade e compromisso com a comunidade, para mudar esta concepção, pois devem ajudar no caminho da construção de mudanças** (Depoimento 1-4, grifos nossos);

Reivindicativo sem fins de lucros, mas das necessidades da comunidade, tais como: **luz, água, esgoto, pavimentação, moradia. Função de reivindicação conforme as necessidades da comunidade** (Depoimento 4-4, grifos nossos).

Contudo, nessas duas falas, não foi explicitada a necessidade de articulação entre lideranças e as bases, o que pode fragilizar o êxito das funções de reivindicar e de conscientizar sob, no mínimo, dois aspectos. O primeiro refere-se à limitação existente entre a desmistificação do direito enquanto sinônimo de caridade, sem haver articulação entre as bases e seus representantes. Isto porque a falta de envolvimento coletivo e a passagem de

todas as responsabilidades para a representação podem, ao contrário de fortalecer a consciência crítica, favorecer um imaginário social “refratário à participação social” e à organização coletiva (COUTO, 2004; FREITAS, 1996), bem como contribuir para que a representatividade seja considerada um favor. O outro aspecto está ligado aos limites de os representantes reivindicarem os direitos “conforme as necessidades da comunidade”, sem terem uma ligação com as bases, pois, como explicita um dos entrevistados, representante de entidade, em outra questão

Não se pode confundir rede com imposição, todos têm vez e voz. exemplo para a saúde, o valão pode ser uma prioridade, mas para a comunidade pode achar que é um bailão, deve-se respeitar isso. Até porque o lazer faz parte da saúde mental. Só não posso concordar com aquilo que é ilícito, exemplo a ‘boca de fumo’” (Depoimento 2-7, grifos nossos).

Frente a essa realidade, a rede, enquanto conceito propositivo, tem o desafio de contribuir com a capacitação de lideranças, transformando-se em um aparelho de contra-hegemonia. Souza (1987) descreve a capacitação como elemento constitutivo da participação consciente e crítica, perspectiva que foi destacada por um entrevistado, do segmento morador da comunidade, ao fazer referência a competências de um líder, em suas palavras:

A pessoa tem que ser **honesto, ter credibilidade na comunidade**. Na pessoa que é **líder, as pessoas confiam**. As pessoas escolhidas desde o candidato — liderança — têm que ser honestas com elas mesmas. Tem que **pesquisar e avaliar, isso também deve ser discutido, como é o procedimento das pessoas. Você vai conduzir as pessoas** e o governo com bom andamento **jamaiz deve agir só com o interesse de ganhar dinheiro**, não trabalha com amor, só visando lucro. **Há políticos que não representam os interesses da comunidade**, por isso que o Lula venceu, e, mesmo como tudo isso que aconteceu, as pessoas acreditam, confiam nele. Eu sou uma pessoa que vou muito a Igreja, tem que ter respeito, ter limites, respeito ao limite do outro. **A rede contribui para formar bom líder** (Depoimento 6-10, grifos nossos).

A presença de lideranças que compreendam, em suas funções, uma intencionalidade emancipatória, articulando-a com a participação direta da comunidade, pode fazer também da rede um instrumento educativo sobre formas estratégicas de articulação das forças políticas, organizadas para defenderem a “soberania popular” (COUTINHO, 2000), dentro de uma sociedade liberal, que preconiza a democracia representativa.

Gohn (2005) fundamenta esses aspectos, problematizando o processo educativo na conscientização de uma cultura de direitos e o papel das redes de participação social.

O acesso a uma cultura dos direitos é um processo educativo não espontâneo. Pressupõe a participação da sociedade civil organizada e a experiência de um sistema de governança que estimule as redes de participação social, estruturas a partir do território, que aposte na possibilidade de transformações dos conselhos, comissões, fóruns e outras instâncias de participação de representantes da sociedade civil para uma gestão pública compartilhada [...] Pressupõe [...] uma governança com responsabilidade social, fundada na ética e na justiça social (GOHN, 2005, p. 16)

Entende-se que o processo de capacitação acontece no exercício da dinâmica da tessitura das relações estabelecidas entre os sujeitos sociais nesses espaços, que hora podem reproduzir a forma de organização social, de opressão e exploração da sociedade capitalista, mas, em outros momentos, pode abrir caminho para o instituinte. Entretanto não se relaciona de forma superficial e positivista, como uma relação direta de causa e efeito, em que todas as relações solidárias e de cooperação signifiquem relações que se contraponham ao *status quo*; ao contrário, em muitas situações, as possibilidades de embate e de disputa são justamente o que irá conduzir os sujeitos a formular uma idéia crítica-propositiva sobre a realidade.

Scherer-Warren (2005, p. 25) apresenta as contradições que conformam a dimensão da solidariedade que agrega as mobilizações coletivas na atualidade.

[...] indenidade social, dialogo e solidariedade nem sempre andam juntas. As identidades ameaçadas podem refugiar-se em fundamentalismos étnicos, religiosos, dentre outros. Nesse caso a solidariedade por si mesma não é salvaguarda do reconhecimento da diversidade. É necessário que venha acompanhada por um pensamento critico e auto-reflexivo de novo tipo [...].

Diante disso, identifica-se que as relações estabelecidas entre os integrantes da rede, em determinados momentos, foram marcadas por características de uma herança sociohistórica de uma cultura engendrada pelo personalismo⁸⁷, que, por vezes, também incidem na formatação do processo decisório, como anteriormente evidenciado através da centralização de poder de algumas lideranças que elegiam um pequeno grupo para participarem da tomada de decisão, em detrimentos da discussão e do processo coletivo. Dentre os nove entrevistados, dois citaram situações de brigas pessoais; de a participação estar vinculada à afinidade pessoal, de a parceria entre as pessoas estar relacionada a um tipo de trabalho pessoal. Houve o relato, ainda, de um dos entrevistados que, mesmo não fazendo

⁸⁷ Quanto as características da cultura da personalidade, já trabalhadas em outra nota, para fim dessa análise reforçam-se as seguintes, descritas com precisão por Holanda: “[...] importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço [...] o índice do valor de um homem interfere-se antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessita de ninguém, em que se baste. cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço e de suas virtudes.[...] É dela resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que implicam solidariedade e ordenamento entre os povos. Em terras onde são todos barões, não é possível acordos coletivos duráveis, a não ser por uma força exterior responsável e temida. [...] princípio das competições individuais [...] A frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se [...]. No fundo, o próprio princípio da hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. [...] A bem dizer, a solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse — no recinto doméstico ou entre amigo. [...] À autarquia do indivíduo, a exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa personalidade em vista do bem maior” (HOLANDA, 1995, p. 32, 33, 35 e 39). Desta forma, paradoxalmente, a “[...] vontade de manter a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem construir formas típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe ao seu ver outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência”. (HOLANDA, 1995, p. 39).

referência direta à sua experiência nessa rede social que está sendo objeto deste estudo, fala que, para acessarem a rede social de serviços, às pessoas devem ter sorte e amizade. Revelando também que há situações de redes secundárias que reproduzem relações das redes primárias típicas da família patriarcal, tais como o mérito e o prestígio pessoal, típicas do funcionário patrimonial, em detrimento dos seus objetivos e da função social. A problematização dessas questões relacionais não desqualifica as relações sociais nas redes estabelecidas também por vínculos de amizade, entre os sujeitos que compartilham experiências de vida, assinalam-se aqui as relações patrimonialista de apropriação do público pelo privado.

Holanda (1995) descreve as características do funcionário patrimonial, bem como a apropriação do público pelo privado, que guardam traços estreitos com as “novas” configurações da gestão das políticas sociais do Estado mínimo, que estão no âmbito do Terceiro Setor.

Conforme Holanda (1995, p. 146):

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. [...] No Brasil [...] é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu âmbito próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impositiva. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contratos primários”, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundamentadas em princípios neutros e abstratos [...].

Esse aspecto pode ser evidenciado através da fala de outro entrevistado, que explicita a situação de uma liderança que levou um programa do poder público para ser executado em sua casa. Contudo, o entrevistado justificou que esse foi um fato “isolado”, que aconteceu em virtude de as reuniões da rede não estarem mais ocorrendo na sua entidade. Questão que pode ser relacionada a outras duas falas de entrevistados, que destacaram ter havido disputas de poder entre lideranças, que essas impediram inclusive a reativação das reuniões da rede, ou mesmo entre os participantes, que eram obrigados a aceitar a vontade da maioria, ao invés de trabalhar com a perspectiva do consenso.

Entretanto essas relações não dizem respeito apenas à herança patrimonialista e personalista da qual o Brasil é caudatário, mas substancialmente estão ligadas ao modo de produção capitalista calcado no individualismo e na competição, cada vez mais exacerbada

em virtude da “luta” pela sobrevivência. Dessa forma, não são relações entre “coisas” que sustentam o sistema, mas a organização da vida material incide diretamente no modo de vida dos sujeitos, que, contraditoriamente, o combate e o mantém.

Os dados para essas análises podem ser identificados nas seguintes falas:

Parceria, característica do **meu trabalho pessoal**, teve uma pessoa, um **caso isolado, de uma pessoa que levou para a sua casa o programa [do poder público]** que estava sendo discutido e organizado nas reuniões da rede [onde era decidida sua organização]. Nesta ocasião, haviam decisões que eram tomadas e não comunicadas à Associação de Moradores 1. **Quando funcionou nos espaços da Associação de Moradores 1, funcionava**, e também em virtude da participação dos residentes funcionava. **Depois, houve, também, um problema de concepção dos novos residentes, não entendiam e não buscaram a origem e a história da rede** (Depoimento 1-9, grifos nossos);

Houve **brigas pessoais** entre as lideranças que dividiram o pessoal, **entre os domínios, onde cada liderança tinha representatividade** (Depoimento 2-10, grifos nossos);

Eram estabelecidas, no início, por **afinidade pessoal**, as pessoas não tinham muita noção do papel da rede social. Têm em mente o individualismo, vão lá para sair com o problema resolvido (rancho, consulta difícil de conseguir). **Com a ajuda dos representantes da rede, foi se modificando essa idéia** (Depoimento 2-9, grifos nossos);

[...] quando retornou o Posto de Saúde, foi **tentada a reativação da rede** no formato inicial que a gente começou, e **foi barrado**, com a justificativa que **esta não era uma iniciativa do Posto de Saúde (nossa) e, sim, da comunidade** (Depoimento 2-12, grifos nossos);

A gente vai e conversa com as pessoas, como por exemplo, a Assistente Social, não que as pessoas não possam ir, mas a gente tem mais... [...]. Os grupos que agente criou no “Forme Zero”, é uma caminhada, e as pessoas sabem que a gente vai buscar é porque precisa. **Tudo é uma sorte para a pessoa ser ajudada**, porque tem milhares e milhares de pessoas com dificuldades, precisando de emprego. Cada caso é um caso, mas tem casos mais difíceis. [A entrevistada relatou a situação de uma família com situações socioeconômica e de saúde graves e a esta veio buscar ajuda em sua casa, e ela buscou atendimento na política de assistência social] [...]. Mesmo que você seja líder, se não tiver motivação não faz. Não que eu seja melhor, mas eu caminho muito e **se não tivesse amizade também não conseguiria. A gente tem mais amizade**, elas sabem que vou levar a situação das pessoas que realmente precisam. A senhora [da família] me disse que se não fosse eu ela não conseguiria, porque as pessoas me conhecem (Depoimento 6-5, grifos nossos).

Outra característica das relações entre os integrantes da rede refere-se às “brigas” entre os participantes, em virtude de interesses em disputa, as quais se considera de extrema importância para o exercício da participação. Nesse sentido, quatro dos nove entrevistados evidenciaram, em suas falas, que havia lideranças comunitárias, inclusive, entre elas, representantes do controle social na área da saúde e moradores que estavam, nas reuniões, disputando com o poder público a melhoria do atendimento e o retorno da Unidade Básica de Saúde para o território da comunidade. Fato que não eliminou o diálogo, a troca, e a discussão e a disputa de poder em prol do interesse coletivo, explicitando que a rede social pode ser

tecida também por relações de disputa que a transformam em um potente instrumento de luta e de criação de uma contracultura política conservadora.

Tinha cada atrito, tinham certos momentos da reunião em que os ânimos se elevavam, principalmente quando iam [Sr. X] (**morador da comunidade, uma lideranças**) e o [Sr. Y] do (**representante do Conselho Distrital de Saúde**). Eles **gostavam de uma briga**, eles compravam, quando **achavam que era errado, discutindo com os médicos**, quando achavam que estava errado, mas sempre no final da reunião, acabavam bem. Ficavam acordadas várias coisas: pontos, questionamentos, como sistemas de ficha, do atendimento do acolhimento (Depoimento 3-9, grifos nossos);

Faz tanto tempo, que não me lembro direito. As pessoas reclamavam por falta de médico. [...] **Nem todos concordavam**, mas onde tiver mais força pode acontecer uma coisa boa. Muitos **estavam magoados, pois tiveram que se reunir para vir o posto, mas para sair não**. Fiquei triste, mas fazer o quê?. O pessoal levou uma surpresa, e as pessoas ficaram um mês batendo na minha casa perguntando sobre o posto. (Depoimento 7-9, grifos nossos);

Fui bem tratado nas reuniões. Eu fui escutado, foram ouvidos meus conselhos, **não sei se teve efeitos, mas fui escutado**. Foi tudo tranquilo, **tem sempre discordância**, as reuniões são para discutir. Discussão que eu falo é de troca de opiniões. Havia discórdia, palpites diferentes, se desentediavam, mas respeitando o outro até chegar em um comum acordo. (Depoimento 8-9, grifos nossos);

A relação era tranqüila, houve desavenças, mas, no fim, acabava tendo entendimento. Desavenças seriam opiniões diferentes, pessoas que **queriam coisas diferentes e não concordavam** com o que outros queriam. **Mas, no consenso, acabava vendo o que era melhor entre si. Chegavam ao consenso com muita discussão e diálogo e vendo opiniões de terceiros**, esses seriam os próprios participantes daqui com outra opinião acabavam escolhendo a opinião desses terceiros. Esses terceiros também aceitariam a opinião. Os terceiros, explicando os porquês de sua opinião, os demais acabariam aceitando. **Às vezes, isso não aconteceu nas reuniões, e as pessoas tinham que aceitar mesmo** assim, porque essas coisas foram escolhidas por votação. **O consenso é melhor, porque as pessoas têm consciência de que aquilo era o melhor, do que apenas aceitar porque perdeu por votação**. (Depoimento 9-9, grifos nossos).

Entretanto, identifica-se ainda, que três entrevistados declararam que as relações sociais estabelecidas nas reuniões da rede eram sem disputa de poder, com integração entre as pessoas a partir da convivência e respeitadas, porque as pessoas eram aliadas.

Eram boas, não havia disputa de poder; um poderia achar que é mais, mas não se percebia isso. Acredito que as pessoas estavam ali para lutar pela comunidade (Depoimento 5-9, grifos nossos);

Era respeitado o entendimento de cada pessoa, a **opinião**, e tendo todos os esclarecimentos, as pessoas podem **estar aliadas**. (Depoimento 6-9, grifos nossos);

Eram boas, ótimas. Porque a **gente junto resolvia melhor os problemas**, só a gente junto para alguma coisa. **A gente sempre conseguia encaminhar as coisas e resolver**. Havia uma **integração entre as pessoas, na rede vai se conhecendo outras pessoas e se integrando**. (Depoimento 4-9, grifos nossos).

Em suma, considera-se que esse conjunto de relações sociais, conformado por: parcerias, disputa de poder e de interesses antagônicos, de atritos pessoais, de integração e diálogo, troca de informações, dentre outras anteriormente relacionadas, configura as características da identidade dessa rede social.

Scherer-Warren (1999) ao trabalhar as ONGs como um elo importante na rede de movimentos sociais na América Latina, salienta que essas vem se organizando em rede, nos anos de 1990, e que passaram a ter maior visibilidade em virtude da redemocratização dos países e que em, alguns casos, se ampliam, agregando movimentos populares e atores políticos. Para fins desta análise, é essa segunda formatação que contribuiu com elementos relacionais contraditórios que estão relacionados a algumas características aqui apresentadas. Scherer-Warren (1999, p. 50) descreve a definição dessas redes da seguinte forma:

Essas redes de movimentos podem ser definidas como interações horizontais e práticas sociopolíticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedade, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidade e valores coletivos.

No entanto, no que diz respeito à horizontalização, percebe-se que, em vários momentos, havia disputas e imposição, inclusive no que tange às tomadas de decisão, indicando que as relações em rede, pelo simples fato de estarem sendo tecidas nesse tipo de formato, não pressupõem relações horizontais estáveis. Percebe-se também que nem sempre, os sujeitos coadunam as mesmas visões e/ou projetos, evidenciando que as relações estabelecidas na rede podem ser um potente mecanismo de embate entre os interesses divergentes.

Aspectos que podem ser visualizados através de alguns dos resultados são apresentados no próximo item, como, por exemplo, o descumprimento de acordos feitos pelos representantes da Secretaria Estadual de Saúde com a comunidade, permitindo inferir que as redes sociais não se configuram, por si só, como a “via” capaz de garantir uma nova forma de organização societária que rompa com a lógica capitalista. Ao contrário, as redes são frutos da própria sociedade e, sendo assim, explicitam, nas relações entre os sujeitos e desses com suas entidades, as contradições intrínsecas à sociedade de classe. A compreensão dessas contradições viabiliza a criação de estratégias coletivas com vistas à transformação social.

3.2.5 A finalidade e os resultados da rede social

Em relação às finalidades atribuídas pelos nove sujeitos entrevistados, oito fizeram menção, em diferentes momentos de suas entrevistas, que a rede tem como uma de suas finalidades somar forças para pressão coletiva frente ao poder público, no sentido de atender às expressões da questão social vivenciadas pelo conjunto da comunidade, explicitando a

possibilidade de o enfrentamento das dificuldades passar pela noção de que a união pode fazer pressão que resulte em respostas concretas.

Esses aspectos se destacam nos seguintes trechos das entrevistas:

A participação em rede contribuiu para o exercício da cidadania, onde as coisas são **conquistadas através da organização da sociedade, da comunidade**. [...] **Contribuindo para o crescimento individual das pessoas e com isso desfazer essa consciência mágica, mas tudo isso com uma ação em rede**, uma ação coletiva, não individual (Depoimento 2-9, grifos nossos);

Há três anos atrás ajudei a Dona [Presidente do Comitê de Desenvolvimento, liderança comunitária] a organizar um ônibus lotado, com 40 pessoas, para uma audiência com Secretário de Saúde. **Nesta reunião, foi cedida uma parte do terreno do Comitê para construção do Posto de Saúde, mas não tivemos retorno. Se agente não começar a pressionar, não vai ter retorno** (Depoimento 3-6, grifos nossos);

Somando as forças, pois se não tenho informação e você tem, trocamos. Buscando e somando forças na rede faço parcerias, para **adquirir mais conhecimento, informação de como se podem conseguir as coisas**.(Depoimento 4-5, grifos nossos);

E mais força. Buscar mais conhecimento e fica mais fácil da gente resolver os problemas. Traz mais conhecimento (Depoimento 4-8, grifos nossos);

Na rede, é o mesmo trabalho que a gente tinha para vir a luz, a água, tirou-se o esgoto do meio da rua e a rede contribui para isso. [...] É importante até porque, para se dirigir para buscar resolver os problemas se a gente esta desinformada, não sabe aonde vai se dirigir para buscar solução para os problemas da comunidade”. (Depoimento 4-11, grifos nossos);

[...] **participar para juntar muitas assinaturas para trazer o posto**. Eu me lembro de pouca coisa, só que estavam **lutando para trazer o posto e quanto mais assinatura** mais força. O que sei que se tratava de você deixar o nome como morador da vila e precisa do posto (Depoimento 7-6, grifos nossos);

Trazer médicos, lazer para as crianças, as coisas mais necessárias. Aquele dia só falou-se no médico, mas hoje tem coisas que eu enxergo mais importante, [...]. **Poderia dar uma força porque a gente estava começando para ver se criava uma “coisa” para as crianças**, aqui na vila, e tem que ter uma pessoa que leve para resolver **só conversar não dá** (Depoimento 7-8, grifos nossos)

Melhorou, acho que tenham trocado alguns médicos. **Também porque convocaram as reuniões e foram bastante moradores nas reuniões, lá estavam a associação de moradores o posto e o Murialdo** (Depoimento 8-10, grifos nossos);

As pessoas buscarem saídas para tantas necessidades. Como exemplo a associação luta, nasce a partir de movimento popular e a [“X”] [ex-coordenadora da UBS] tinha esta visão. Querer elevar as pessoas. **Organização do Posto, da associação de moradores, mais entidades que trabalham com crianças**, para dar novo horizonte, uma esperança para o futuro, para “alguma coisa”, para uma vida diferente da “esquina”, das drogas, do tráfico.[...] e uma instituição isolada não revê, não consegue resolver sozinha, só em rede (Depoimento 5-5, grifos nossos);

Se os trabalhos da Assistente Social, do Médico, do Enfermeiro estão bons. Se eles são educados, começando desde a entrega da ficha, que hoje são apenas oito fichas. As dificuldades dos médicos; até para conhecer a situação dos médicos, **se a gente está na rede tudo isso pode ser discutido. Se o governo está procedendo bem tanto com vocês da equipe de saúde, quanto com a comunidade**. [...] Também na rede pode-se ter acesso a esclarecimentos necessários das “coisas”, [...] **se está na rede à Secretaria de Saúde, seríamos fiscais de nós mesmos, de todo o funcionamento, se até o diretor esta agindo bem, e nos tornaríamos fiscais de nós mesmos** (Depoimento 6-7, grifos nossos).

Outras funções que predominaram nas falas de cinco dos nove entrevistados referiram-se a: socialização de informações, de leis, serviços; troca de conhecimentos; discussão sobre a realidade vivenciada e os mecanismos para melhoria do atendimento prestado pelas entidades à comunidade; obtenção de esclarecimentos, dentre outras. Mas somente um dos entrevistados cita apenas esses aspectos enquanto função da rede, os demais agregam, nas suas resposta, a questão da pressão social. Indicando que a rede pode se constituir em um espaço de controle social (SOUZA, 2003) da sociedade civil com relação à sociedade política, pois articula elementos essenciais para a composição da esfera pública, que são: visibilidade, controle social, representação de interesses coletivos, democratização, cultura pública (RAICHELIS, 1998). Os sujeitos sociais e representantes de entidades, ao visualizarem as finalidades para a rede, trouxeram elementos que fazem parte de uma “nova cultura política”, que se contrapõem à cultura conservadora autoritária, criando a possibilidade de serem tecidas novas relações entre público e privado, pois, como explicita Gohn (2005, p. 16), a “[...] interlocução e o exercício da vida política/cultural na esfera pública contribui para o desenvolvimento de uma nova cultura política no País, construída a partir de critérios de campo dos direitos humanos [...]”.

Sendo assim, mesmo que reproduzam relações personalistas, é justamente nos espaços com essas características que surgem as possibilidades do embate entre o visível e o invisível, o consciente e o alienado. A história apresenta dados que traduzem esse movimento de tensão entre o instituído e a elaboração de novas sínteses “sócio-político-culturais”⁸⁸. Mendes *et al.* descreve a tensão assim:

Cotidianamente novos espaços de construção de identidades sociais e novos padrões de integração social que se antepõem ao nosso modo clássico de pensar são criados e reinventados. Em que pesem os traços paternalistas, clientelistas e patrimonialistas que têm marcado as relações estabelecidas entre Estado, elites brasileiras e a população em geral, contraditoriamente, o Brasil dispõe hoje, como fruto da grande participação gerada pelos movimentos populares no Processo Constituinte que antecedeu à promulgação da Constituição de 1988, de um arcabouço jurídico-institucional que assegura a universalização de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, bem como um sistema de seguridade social que recoloca em um novo patamar de cidadania, a forma tradicional e assistencialista com que os governos e a elite nacional têm tratado os problemas oriundos da questão social.(MENDES et al., 2004, p. 50-51).

⁸⁸ Considera-se, aqui, para fim de análise, o conceito de “política cultural” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25-26), compreendendo a influência do movimento criado nesses espaços para a construção de uma contra-hegemonia revolucionária, entendida enquanto processo, e não limitada apenas a críticas à superestrutura (CAMPIONE, 2003, p. 55).

Porém, há uma estrada a ser construída, que atravessa alternativas antagônicas, para que o enunciado legal seja concretizado na vida dos sujeitos, principalmente diante das “novas” configurações de proteção social do Estado mínimo, que foram trabalhadas anteriormente (MENDES et al., 2004). No entanto, a análise dos resultados e dos desafios dessa rede, que são problematizados na seqüência deste item, pode indicar alguns dos passos que conduzem para o caminho de legitimação dessas conquistas.

Nos trechos das entrevistas abaixo, visualizam-se os elementos que subsidiaram essas análises sobre as possibilidades de essa rede contribuir com a ampliação da esfera pública, em especialmente viabilizando o exercício do controle social.

Vai ter sempre pessoas que estão participando e fazendo o **intercâmbio** e, ao participar, eu **tenho conhecimento para trazer e discutir**. [...] foi criado para discutir os problemas, [...] (6-8, grifos nossos);

Devem ser realizadas [reuniões da rede] em todos os bairros, para as pessoas terem mais conhecimento. **As pessoas vão se sentir mais confiantes, pois elas não sabem de todas as leis**, e já não informam porque a pessoa vai saber como sair de várias situações. Se eles tiverem que ajudar mais as pessoas, terão que gastar mais financeiramente. Se tu não está dentro e não participa não sabe qual o direito da pessoa. Muitos não sabem das leis. **A gente deve buscar as informações e a rede**, o OP ajuda neste sentido. **A rede ajuda a comunidade a ter acesso à informação sobre leis, trabalho**. Nas redes, eles ensinam a ter higiene, como, por exemplo, a situação do riacho, é uma situação ambiental e o Governo tomou atitude alguma. **Além da fiscalização, falta conhecimento, e isso está prejudicando nós mesmos**. [...] **Às vezes, na rede**, se focaliza outros trabalhos, e as pessoas **ficam conhecendo outros grupos, e tudo é uma maneira de te indicar coisas melhores**. As pessoas não têm acesso ao saber, por que falta instrução e ficam chamando a pessoa de relaxada (Depoimento 6-11, grifos nossos);

A finalidade era discutir os problemas para resolvê-los. Saiam muitas coisas fechadas, concretizadas naquelas reuniões. Foi discutida inclusive a questão do Posto, que inclusive participou a diretor do Murialdo. **Lembro-me muito que a gente participou porque o Posto estava lá em baixo** (Depoimento 3-8, grifos nossos);

Ver a opinião das pessoas e dessas tirar o melhor de cada pessoa e fazer o conjunto para fazer melhorias. [...] Fazendo uma **avaliação entre outras pessoas que tenham o mesmo pensamento, ou a mesma vontade, o mesmo ideal**, do que a pessoa disse. [...] Fazendo uma pesquisa individual, por exemplo, pelos agentes de saúde e tirar o que é melhor para a saúde, ou agente de uma associação de moradores para assuntos da comunidade, como saneamento. Depois relatando para os agentes e eles tiram o que é melhor para cada um, fariam um resumo para poder escolher nas reuniões (Depoimento 9-8, grifos nossos).

A última finalidade observada, que prevaleceu, entre quatro dos nove entrevistados, foi a de buscar e construir saídas alternativas conjuntas para as necessidades da comunidade, mediante a potencialização dos setores e das entidades, a realização de eventos de encaminhamentos dos “problemas” para os serviços responsáveis, a elaboração de projetos, dentre outras. Indicando que a rede pode ser também um espaço de planejamento e socialização de projetos (TÜRCK, 2002). Esses aspectos podem ser visualizados nas falas citadas a seguir. Dentre esses quatro entrevistados, três, — dois que representavam as ações

do Terceiro Setor, e o outro, o poder público — também destacaram a rede como sendo espaço de pressão, explicitando que essas funções acontecem concomitantes. Aspecto que pode estar relacionado ao conceito de rede como um espaço de luta, mas também onde os serviços dos diferentes setores se articulam, em busca de repostas concretas, o que pode estar ligado a um déficit em políticas públicas.

Potencializar todos os setores que existem na região, para que se faça um trabalho em conjunto para potencializar o atendimento da população (Depoimento 1-7, grifos nossos);

Conversando com a profissional do serviço social (residente de Serviço Social), pensamos e organizamos tudo isso [articulação da rede para o evento] (Depoimento 1-6, grifos nossos);

Ajuda com relação ao Posto, aos médicos. Na tentativa de melhorar cada vez mais o atendimento, o tempo de espera que é demorado, as pessoas vão as 5:00h para pegar uma ficha e são atendidas à tarde, o número de atendimentos que é pouco. **As reuniões contribuíram bastante com relação ao Posto, melhorou bastante** (Depoimento 8-8, grifos nossos);

Encaminhamento com resolução dos problemas demandados da comunidade, socialização dos serviços existentes e como acessá-los. Fortalecimento das relações comunitárias (Depoimento 2-8, grifos nossos);

Quando a gente participa da rede **realiza projetos, planeja para melhorar a vida da comunidade. Serve para a melhoria** da comunidade onde a gente atua, para ter um **impacto social na comunidade. Discutir junto sobre as demandas** (Depoimento 5-8, grifos nossos).

As finalidades identificadas indicam uma relação direta com os interesses que motivaram os sujeitos a participarem das reuniões da rede, ou seja, na tentativa de responderem às mazelas que vivenciam, fruto do conflito entre capital e trabalho e que são acentuadas pelo abandono do Estado. Elas buscam soluções conjuntas, sejam através da luta, ou sejam através da execução de projetos. A luta pelo retorno da Unidade Básica de Saúde, ou, como os moradores a chamam, “Posto de Saúde”, para a comunidade revela a centralidade da necessidade da presença do Estado na execução de políticas sociais públicas para os cidadãos. O Posto de Saúde, além das duas escolas, são os únicos “braços” do Estado dentro da comunidade. As demais entidades são filantrópicas e/ou parceria público-privado com diversas entidades comunitárias, como no caso das Associações de Moradores 1. No entanto, assim como as escolas, a Unidade Básica de Saúde também não se localiza geograficamente dentro do “núcleo central” da vila, o que dificulta para algumas pessoas o acesso a esse serviço, como explicitado na seguinte fala: “No caso do Posto, resolveu, mas ficou lá em cima, mas já está bom. Fica ruim para a gente que tem problemas nas pernas, a última vez que fui ao Posto, tive que ir de táxi” (Depoimento 7-8). Isso revela a centralidade do Estado na execução de políticas sociais consideradas pelos neoliberais como básicas, como a saúde e a educação (PEREIRA, 2002). No entanto, como se percebe, não há proporcionalmente uma

preocupação com as formas de acesso. Koga (2003) destaca a importância de planejar as políticas sociais considerando as características do território, sejam elas econômicas, sejam físicas, demográficas, sociais ou, inclusive, geográficas, pois estão diretamente vinculadas à qualidade dos serviços e à acessibilidade dos mesmos (SILVA et al., 2001; CARVALHO; MARTIN; CORDONI JÚNIOR, 2001; KOGA, 2003)

Diante disso, destaca-se o conjunto dos resultados, positivos, negativos e parciais da rede apresentados pelos entrevistados. No que tange aos resultados positivos, seis dos nove entrevistados verbalizam conquistas em decorrência da articulação dessa rede. Desses seis entrevistados, a metade, que representavam as entidades, relacionou as conquistas da rede à potencialização e à ampliação da articulação entre as entidades, no sentido de qualificar os serviços oferecidos à comunidade. Um deles destacou também a socialização e o fortalecimento das relações comunitárias.

Esses dados podem ser identificados nas falas abaixo:

Já tinha esta prática de fazer reuniões com as entidades e resolver problemas da comunidade junta, **mas a rede fortaleceu e abriu os horizontes dos representantes das outras entidades e também da Associação de Moradores 1**. Esta prática antiga de trabalho sozinho de disputa, não se pode individualizar as coisas, pois os problemas não são apenas de uma entidade, mas de todas (Depoimento 1-11, grifos nossos);

Fortalecimento das relações comunitárias, socialização da existência dessa rede, que se propunha a trabalhar melhor os problemas da comunidade, e o próprio incentivo à participação (Depoimento 2-11, grifos nossos);

A iniciativa da criação das reuniões da rede, consciência de que todos juntos podem resolver. No início, a **participação demonstrava o interesse de um projeto em comum**, demonstrava a **consciência à valorização deste projeto** (Depoimento 5-11, grifos nossos).

A outra metade dos seis entrevistados, composta por dois moradores e um representante do Grupo de Geração de Trabalho e Renda da comunidade, relaciona as conquistas da rede à área da saúde pública. Um deles expressou que o atendimento da Unidade Básica de Saúde melhorou e que não tem conhecimento de nada negativo. Os outros dois entrevistados referem-se ao retorno da Unidade Básica de Saúde para o território da comunidade. Contudo manifestam que essa foi uma conquista parcial, devido à nova localização da Unidade, que geograficamente não facilita o acesso para essas pessoas.

Com relação ao posto o atendimento melhorou bastante. E não tenho conhecimento de nada negativo (8-10, grifos nossos);

O Posto não foi uma conquista completa, mas foi importante, positivo. Ele não está aqui dentro da comunidade, mas os médicos vêm duas vezes por semana na Igreja, para atender às vovós que não conseguem ir ao Posto de Saúde, e eles, no SASE, ensinam as crianças e os adolescentes, nas sextas-feiras, pela manhã". (Depoimento 3-11, grifos nossos);

No caso do Posto, resolveu, mas ficou lá em cima, mas já está bom. Fica ruim para a gente que tem problemas nas pernas, a ultima vez que fui ao Posto tive, que ir de táxi (Depoimento 7-8, grifos nossos).

Tratando-se dos resultados negativos da rede, dos nove entrevistados, seis apontaram falhas no processo de organização da rede, bem como a ausência de resultados positivos, mesmo mediante de luta coletiva. Dois dentre esses seis destacaram que um dos aspectos negativos se trata do esvaziamento desse espaço e relacionam tal fato aos seguintes motivos: centralidade da coordenação na figura do representante da Unidade Básica de Saúde nas reuniões (residente de Serviço Social); a iniciativa de a organização das reuniões da rede ter partido da Unidade, sem ter havido um processo de conscientização e, associado a esse, a saída da Unidade Básica de Saúde da comunidade; e, por último, a desmotivação da continuidade da participação, em virtude da não-concretização de projetos idealizados e construídos na rede.

Esses resultados podem ser visualizados a partir das seguintes falas:

Concentrou-se muito o chamamento dessas reuniões na equipe do Posto de Saúde. Até fez rodízio de coordenação, mas a equipe sempre ficava por trás. A iniciativa da formação da rede foi do nosso entendimento do que seria melhor, **foi um condicionamento, não uma conscientização.** Houve muita centralização por parte do Posto e por ter se afastado, **fazer parte virtualmente, ter saído da comunidade enfraqueceu a rede, e, com isso, as instituições que não aprovavam o trabalho em rede ajudaram a enfraquecer mais ainda, até que se extinguiu** (Depoimento 2-11, grifos nossos);

Com o **passar do tempo, houve desmotivação que, levou ao esvaziamento das reuniões da rede.** São muitas coisas que não conseguimos levar adiante. Como exemplo o trabalho com o meio ambiente com os carroceiros (Depoimento 5-11, grifos nossos);

A tendência é, no início, ser bem participativa e depois se esvaziam porque se acumula muita coisa. **Geralmente, uma ou duas pessoas de uma instituição é que participa e têm que priorizar, pois são muitas reuniões para recursos.** Às vezes, nas reuniões, aparecem projetos bons, e não se consegue levar à frente, **não evolui, e isto desmotiva, desanima, quando a coisa não vai para frente. Fica, muitas vezes, só na discussão, a gente quer ver resultado pratico. A gente sabe que é difícil e precisa de tempo** (Depoimento 5-6, grifos nossos).

Os quatro entrevistados fizeram uma relação direta entre os resultados negativos e a luta da comunidade para ter a Unidade Básica de Saúde de volta a seu território, não tendo conseguido. Três desses destacaram, ainda, que houve descumprimento de acordos feitos entre os representantes da comunidade e o poder público, na figura do Secretário Estadual de Saúde, para ser construída uma Unidade Básica de Saúde dentro da comunidade, ou apenas para essa se localizar na vila. O quarto entrevistado referiu que não identificou nada de positivo além da Unidade Básica de Saúde alugada e que existem outras necessidade dos moradores da comunidade para serem atendidas.

Têm algumas coisas que você se esforça para resolver e não consegue, não por causa da gente, mas por causa da burocracia que existe das instituições públicas que deveriam resolver. Como, por exemplo, o caso do Posto de Saúde, que se lutou para que este fosse localizado dentro da vila. Luta-se, luta, por uma coisa e não se conseguem, não ficou como combinado com a Secretaria de Saúde (Depoimento 4-11, grifos nossos);

O Posto não ter sido construído onde foi prometido, pois foi entregue um abaixo assinado para o [Secretário Estadual de saúde] (Depoimento 3-11, grifos nossos);

Em relação à saúde, não teve muito resultado, pelo fato do posto não ter ficado na vila. Negativo também pelo tempo [demorado] para definição do lugar onde o posto ia ficar, também porque permaneceu o mesmo tempo de atendimento. Primeiro decidiram que seria feito o Posto no comitê, depois eles [Secretaria de Saúde] mudaram para lá em cima, ficando fora da vila. Disseram que o comitê era muito pequeno e outros problemas que não foram citados para nós comunidade apenas para a Associação. **Positivo não poderia dizer, porque não ficou como eu gostaria.** Gostaria que o Posto tivesse ficado na vila, com um espaço mais amplo, com atendimentos diversos, tais como: dermatologia, mais pediatria e que tivesse atendimento à noite. Não teve nenhum pinga de vontade, que seria bom para a vila ter um posto 24 horas como no Pinheiro”.(Depoimento 9-10, grifos nossos);

Até agora não vi nada, só o Posto alugado. Queremos também um posto policial, mas só polícia atrás dos guris não adianta, se eles não têm instrução, eles têm que ter uma profissão. Temos que nos preocupar com as crianças, elas são as pessoas de amanhã. Queremos também grupo para as mães. (Depoimento 7-10, grifos nossos).

Cruzando-se os dados da motivação para a participação, da finalidade atribuída à rede pelos entrevistados e os resultados, percebe-se que há uma interpelação que indica a busca por “acumular poder” (MATUS, 1996) na “correlação de forças” (GOHN, 2005) com o poder público, na busca do atendimento das demandas por melhores condições objetivas de vida para as pessoas que residem no território. Há, ainda, uma questão conjuntural na comunidade, que pode ter contribuído para a mobilização e a organização social da rede, que diz respeito à garantia do direito à Atenção Primária à Saúde e a um dos seus pressupostos, a acessibilidade geográfica à Unidade Básica de Saúde. Observa-se que a maioria dos resultados, tanto os positivos quanto os negativos, levantados pelos entrevistados dizem respeito às relações que o Poder Público estabelecia com os cidadãos, expressando, dentre outros aspectos: descumprimento de acordos; falta de acesso às políticas sociais, devido à burocracia estatal; lutas sem retorno objetivo e/ou parciais. Isso indica que, ao contrário dos que defendem que a “reforma gerencial” (PEREIRA, 2002) foi a reposta para os males da burocracia estatal, a implantação do Estado mínimo vem construindo um arcabouço jurídico-institucional que necessita de uma estrutura burocrática rígida, de preferência, que seja desconhecida da população, justamente para se distanciar de suas funções sociais.

Esses aspectos, associados ao fato de a Unidade Básica de Saúde ter centralizado o processo de organização das reuniões, demonstram uma relação paradoxal entre o poder público e a comunidade: de um lado, os representantes da Unidade Básica de Saúde na busca

pelo estímulo à organização social e, de outro, os representantes da Secretaria Estadual da Saúde, criando mecanismos de esbatimento dessa organização. Contudo, ambos os lados fazem parte da mesma “moeda”. Embora com intencionalidades antagônicas, reproduzem formas conservadoras e centralizadoras de fazer política, seja através de uma postura paternalista, que gesta um processo de cooptação, seja de uma postura autoritária, que perpassa os instrumentos de coerção do Estado. E a história latino-americana já mostrou que o “pai dos pobres” e uma massa “acrítica” não levam à revolução, no máximo, retomam uma forma populista de fazer política, da qual um dos resultados conhecidos foram as “revoluções passivas” (CARVALHO, 2004; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

Sendo assim, um dos desafios de quem está ao lado da classe trabalhadora é analisar seu processo de trabalho, desvelando os mecanismos que reproduzem o conservadorismo e que vão de encontro ao compromisso ético-político de construção de uma nova sociedade. Iamamoto (2003) chama atenção para os esforços que devem ser empregados pelos Assistentes Sociais para não reproduzirem uma postura conservadora no exercício do trabalho profissional com a classe trabalhadora. Indicações que podem ser ampliadas para os demais profissionais, bem como para os sujeitos que exercem uma função de liderança, pois, como já analisado, em alguns momentos, percebe-se que a postura autoritária das lideranças pode comprometer a articulação da rede.

Esforços têm sido empreendidos no sentido de desmistificar e ultrapassar uma visão disciplinadora e controladora quanto ao valor de uso da força de trabalho desse profissional. Hoje se questionam aquelas requisições tradicionais que retomam um agente útil no disciplinamento dos cidadãos, exercendo tutela ou paternalismo para que as pessoas se enquadrem e se integrem no instituído (IAMAMOTO, 2003, p. 71).

Entretanto o posicionamento da Unidade Básica de Saúde, ao buscar, na proposta de articulação dessa rede, potencializar a função reivindicatória e a visão crítica dos sujeitos sociais, das organizações civis e das ações coletivas, desvela as contradições que engendram o Estado, pois ele é constituído por sujeitos sociais que representam classes distintas, e demonstra a importância da figura do intelectual orgânico, seja através das lideranças, seja de profissionais, para a construção e o fortalecimento desses espaços, que, como visto anteriormente, servem também para a elaboração de consensos em torno de ideologias contra-hegemônicas.

Conforme Iamamoto (2003, p. 69):

O assistente social é [...] um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar de consensos diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes

fundamentais, sejam dominantes ou subalternos, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

Os resultados permitem visualizar também as potencialidades políticas da rede, reveladas pelos indicadores ligados às conquistas concretas, bem como, no campo da subjetividade, observadas através das melhorias no atendimento da Unidade Básica de Saúde e/ou do incentivo à participação política. E demonstram os limites há serem superados, dependendo da capacidade de pressão que a classe trabalhadora possa exercer sobre o Estado, abrindo caminho para que este assuma funções mais éticas.

Observa-se que as lutas se centraram no campo da micropolítica, pois, como visto anteriormente, o próprio conceito de rede não estava diretamente relacionado à noção de rede de movimentos sociais com um projeto ético-político de interesses universais, mas, sim, ligado às necessidades objetivas do âmbito local. O que não elimina entendê-las enquanto expressões de uma estrutura social, pois, sem repostas concretas a essas necessidades humanas, o homem não faz história (SOUZA, 1987). Contudo a possibilidade de os sujeitos vivenciarem as disputas de poder, o reconhecimento de sua gênese, os processos de consenso podem conduzir a um processo de articulação do micro e do macro, pois, na perspectiva materialista, é intrínseco o fortalecimento de ambos, porque como apontado por Simionatto (2003, p. 285), o desafio está no processo de conjugação desses dois interesses:

O dilema reside no esforço para que tais lutas cotidianas não se restrinjam a interesses individuais e particularistas, desagregadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio. As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, emprego, hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci denomina de “pequena política”, que engloba questões parciais e cotidianas e que precisa, necessariamente, vincular-se à “grande política” para a criação de novas relações.

Considerando o levantamento do conjunto das necessidades, dos resultados e das lutas a serem travadas, busca-se desvelar como estão sendo organizadas as reuniões da rede três anos após o início da sistematização de encontros. Nesse sentido, foi questionado aos entrevistados como eles avaliavam o processo (momento) atual (2006) da rede social.

3.2.6 Momento atual da rede social e instrumentos de mobilização coletiva

Diante dessa questão, apenas um, dentre os nove entrevistados, verbalizou que a rede continuava, não com esse nome, e fez uma observação pertinente a isso, referindo que agora

“tudo é rede”, pois o nome rede está na “moda”. Diz que a articulação das entidades continua e que as mesmas são chamadas para fazerem eventos e se encontram, conforme a necessidade, devido aos seus projetos em comum. Contudo não cita se existe a participação de moradores nos encontros. E apresenta um avanço com relação à organização da comunidade, referindo que agora os projetos são pensados em nível de região.

Na atualidade, a rede continua, não com este nome, pois agora é moda o nome de rede, tudo é rede, além do mais, há a rede do tráfico de drogas, por isso, não tem mais esse nome de rede, **mas a articulação das entidades continua, para fazerem eventos elas são chamadas, há muita integração nos eventos, culturais da região**. Agora, os trabalhos estão sendo conduzidos em nível de região e não de comunidade. A rede foi fundamental para começar e hoje já se estabeleceu, sem necessidade de, no mínimo, em cada dois meses, se reunirem em virtude de atividades em conjunto[...] (Depoimento 1-12, grifos nossos).

Dentre os nove entrevistados quatro afirmaram que a rede está “parada”. Dois desses quatro — um morador da comunidade e o outro representante de entidades — adjetivaram esse momento da rede da seguinte forma: “um fracasso; fraco”. Percebe-se, nas falas, motivos distintos para essas conclusões: desmotivação devido ao descrédito com os governantes; desinteresse ou dificuldade de a população continuar lutando por seus direitos; falta de medicamentos; dificuldade de as reuniões da rede serem retomadas com o formato inicial.

Acho fraco, tem muita coisa que precisa ser atendida, e não está. Começou a enfraquecer no ano de 2004 para cá. Não sei se as pessoas estão desmotivadas por tudo, é só olhar para os principais que deveriam estar dando força, [...] os próprios “cabeças” dos governos, a Prefeitura, o Presidente. Está tudo num rolo, e a gente não vê esclarecimentos de nada, isso abala o povo, que não tem esclarecimentos de nada acaba ficando cansado e desiludido. (Depoimento 4-12, grifos nossos);

Um fracasso porque parou todo esse trabalho. As pessoas vêm aqui reclamando da falta de remédio, mas não conseguem porque está acontecendo? Isso não pode mais continuar acontecendo. Faz dois a três meses que não está acontecendo as reuniões. Mas os [residentes do Posto] estão convidando para novas reuniões com o Posto de Saúde, que está parado há um tempo. (Depoimento 6-12, grifos nossos);

Por enquanto não aconteceu nada ainda, não sei se é desinteresse do povo ou se não é fácil. Hoje tá parado. As pessoas acham que é só dar comida para o meu filho, e fica por isso. **Querem conseguir as coisas ligeiras, como não acontecem, eles largam, querem que aconteça meio logo se não largam. A coisa tem que lutar, se não lutar não acontece**. (Depoimento 7-12, grifos nossos);

Desconheço a existência de rede social no formato que se tinha, apenas a micro rede do Partenon. Depois, em 2005, quando retornou o Posto de Saúde, foi tentada a reativação da rede no formato inicial que agente começou, e foi barrado [...]. Atualmente, está se buscando reativar o Conselho Local de Saúde do Posto para discutir as questões pertinentes ao campo da saúde. (Depoimento 2-12, grifos nossos);

O que existe hoje é a microrede do Partenon, e não sei se tem representatividade da comunidade. (Depoimento 2-11, grifos nossos).

Identificou-se, ainda, dentre os nove entrevistados, um grupo de quatro, formado por um representante de entidades, o representante do Grupo de Geração de Trabalho e Renda e

dois moradores, que afirmam que não estão mais participando das reuniões da rede e, dessa forma, desconhecem se estão acontecendo as reuniões. O representante do Grupo de Geração de Trabalho e Renda salienta a falta dessas reuniões, e um dos moradores da comunidade aponta

[...]um pouco de **descaso [da rede], só lembram da gente [moradores] quando precisam** (Depoimento 8-12, grifos nossos);

Atualmente não participo. Pelo que eu vejo, não está funcionando muito bem. Na área da saúde, deixa muito a desejar. **Não sei como está, não veio ninguém me convidar.** [...] **Sinto falta das reuniões do Posto com a comunidade,** quando os médicos representantes do Centro de Saúde participavam, sinto falta da “f” [anterior coordenadora da UBS], das reuniões do leite, da sala de espera, onde eles conversavam e explicavam sobre o atendimento do Posto, se ia demorar; as vezes quem faz é a [nutricionista], explica porque está demorando e o funcionamento do atendimento. (Depoimento 3-12, grifos nossos);

Particpei em 2003. Atualmente, a instituição não tem representação na rede. Seria o caso de ver alguém para participar. [...] **Acho que não está funcionando, pois não vêm mais convites ou comunicados. Não sei quem fazia a divulgação.** Acho que era o Posto ou a Associação que faziam os convites, acho que não vem convite deste o ano de 2005 (Depoimento 5-12, grifos nossos);

Não ouvi falar mais. Acho que está na mesma que estava antes. Bom andamento, andando bem as reuniões. **Não sei se aconteceram mais reuniões, pelo menos não me convocaram.** [...] **Gostaria de participar para ficar mais por dentro.[...]** (Depoimento 8-12, grifos nossos);

A última reunião faz muito tempo que participei. No momento, não posso te dizer com mais exatidão, porque faz um bom tempo que não estou participando. Não me recordo quando participei pela ultima vez, faz mais de ano. Não sei se está acontecendo, porque não fui convidado mais para as reuniões (Depoimento 9-12, grifos nossos).

Destaca-se que todos os quatro entrevistados que expressaram desconhecer a continuidade das reuniões da rede fazem menção à ausência de recebimento de convites para os encontros da mesma, evidenciando a importância dos instrumentos de mobilização social. Diante disso, observa-se, nas entrevistas, que, dos nove entrevistados três tiveram conhecimento das reuniões através da Unidade Básica de Saúde, outros três através da associação de moradores, e dois, por meio dessas duas entidades, o que perfaz o total de oito entrevistados. Apenas um dos nove entrevistados referiu que obteve a informação sobre as reuniões da rede com a sua professora, nas aulas do Mova. Revela-se, como já apontado enquanto um resultado negativo pelo representante da Unidade Básica de Saúde, a centralidade da organização das reuniões da rede nos representantes da mesma e, ainda, na Associação de Moradores 1, o que pode ter contribuído para a desmobilização desses encontros, como anteriormente referiu o representante da Unidade Básica de Saúde.

As falas a seguir explicitam esses dados:

Conversando com a profissional do Serviço Social (residente de Serviço Social), pensamos e organizamos tudo isso (articulação da rede para o evento) (Depoimento 1-6, grifos nossos);

Iniciativa da **residente de Serviço Social**, através de “**mosquitinhos**”, na primeira de reunião sensibilização com a Associação de Moradores e de **lideranças da comunidade** com ou sem representatividade, **telefonemas, visitas domiciliares**. (Depoimento 2-6, grifos nossos);

Fui ao **médico consultar** com o meu filho e a **Assistente Social me convidou para participar**, para discutir os trabalhos na comunidade. (Depoimento 6-6, grifos nossos);

Através da Associação [Presidentes], **Associação de Moradores 1**, que **avisou lá nos grupos e nas ruas** da comunidade quando a encontrava. (Depoimento 3-6, grifos nossos);

O pessoal da Associação de Moradores 1 veio em casa. (Depoimento 8-6, grifos nossos);

Foi um convite feito pelo **Presidente da Associação de Moradores-1** que me telefonou e conversou comigo. Disse-me para conversarmos na Associação de Moradores 1. [...] **A maioria dessas reuniões foi mediante o convite da Associação de Moradores 1**. (Depoimento 9-6, grifos nossos);

Através da Assistente Social residente. A gente já fazia **reuniões**, mas foi mais aprofundado, houve crescimento no trabalho com a chegada da residente de Serviço Social na comunidade. **A Associação de Moradores também convidava para as reuniões da rede**. (Depoimento 4-6, grifos nossos);

Recebemos um **convite**, não sei se foi o **Posto ou a Associação**. **Foi muito bem divulgado**. (Depoimento 5-6, grifos nossos);

Eu ia à **aula de noite estudar** (Mova) e na costura durante o dia, e a **professora**, nos falou para participar [...] (Depoimento 7-6, grifos nossos).

Com relação aos instrumentos de divulgação, foram utilizados: visitas domiciliares e a um grupo na comunidade; “mosquitinhos” e convites; contatos telefônicos, nas ruas e na oportunidade de consulta na Unidade Básica de Saúde.

Diante disso, percebe-se que mesmo na “nova era da tecnologia da informação”, essa Rede foi mobilizada utilizando instrumentos predominantemente voltados para o contato pessoal direto. Fato que pode indicar a ausência do acesso às novas tecnologias voltadas para a comunicação de massa, ou seja, de que a “era informacional” não tenha chegado para todos. Nesse sentido, entende-se que a inclusão digital está relacionada ao padrão socioeconômico dos sujeitos, mas esses criam estratégias criativas para superar esses obstáculos. A socialização das tecnologias da informação é de extrema importância para facilitar e ampliar a mobilização da ação coletiva, inclusive em nível geográfico, contribuindo para que essa não se restrinja a âmbitos locais e favorecendo a ligação local e macro. No entanto, cabe lembrar que a inclusão digital deve passar também pela garantia de direitos de cidadania.

Embora a maioria dos entrevistados não esteja mais integrando as reuniões da rede, ou sequer sabe se essas estão ocorrendo, sete dentre esses oito participantes manifestaram o desejo e a importância de participar. E, nesse sentido, faz-se necessário contribuir com a

criação de outras estratégias de mobilização para a rede que sejam mais democráticas e descentralizadas, com vista à manutenção e à ampliação desse espaço, pois, como explicita um dos entrevistados sobre a percepção dos resultados negativos e positivos da rede,

O negativo é conforme a pessoa vê, não acho que seja negativo, pois quando se discute, por exemplo, sobre o Posto, o **negativo é um professor para ti**. Serve também como um ensinamento, porque criou uma lição. No momento, ele é **negativo, mas, na mesma hora, é um professor, um ensinamento para não repetir. Se não tivesse o negativo, como você poderia fazer diferente?** Sendo assim, o negativo é bom!”. (Depoimento 6-10, grifos nossos).

Considera-se que a mobilização e a organização social são construídas por um processo de recuos e avanços, e, ao analisar essa experiência sob a ótica do referencial dialético-crítico, percebe-se a importância de aprender com a história, para construir um novo futuro. Acredita-se que a busca pela superação dos limites impulsiona a recriação do trabalho ou, como refere o entrevistado, “[...] o negativo é um professor para ti” (Depoimento 6-10). “É esse o sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livre deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2003, p. 19).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, ressalta-se que o mesmo compõe o acervo de construções teóricas provisórias sobre o tema das redes sociais e que não se esgota na presente dissertação, exigindo a continuidade de sua investigação. O desafio de contribuir com o debate sobre as redes sociais na contemporaneidade oportunizou que se fizesse um enfrentamento das próprias idealizações elaboradas no processo de trabalho, durante a Residência Integrada em Saúde Coletiva. Revisitar a história dessa experiência permitiu compreender que as redes sociais não são um instrumento que, por si só, garantam novas relações societárias fundamentadas em uma cultura política democrática e participativa.

Desvelar as contradições ideológicas e políticas de uma rede localizada na periferia de Porto Alegre, que reuniu, em um espaço de discussão, o Primeiro, o Segundo e Terceiro Setor e ainda os sujeitos sociais, exigiu que se buscasse uma fundamentação teórica que não trabalhasse a rede apenas como uma prática, ou seja, que não analisasse apenas sua condição técnica operativa, desvinculada de uma intencionalidade ético-política.

Dessa forma, ao entender as redes sociais como quaisquer outros fenômenos sociais, buscou-se contextualizá-las aos desdobramentos históricos das últimas quatro décadas do século XX. O que revelou que a ascensão da rede social na atualidade está vinculada a inúmeros fatos interligados que engendram o capitalismo, após a sua última crise, na década de 1970, tais como: a reestruturação produtiva que substituiu trabalho vivo por morto, gerando um contingente de trabalhadores “sobrantes”; a globalização dos mercados e de padrões “culturais”; a revolução tecnológica e da informação, que acelerou o ritmo e alterou a percepção do tempo e do espaço, do futuro e do passado; o fim do “socialismo real” e a emergência de novos momentos sociais que estão atrelados à “crise” de paradigmas nas Ciências Sociais e dentro da esquerda, abrindo o caminho necessário para que as idéias neoliberais, em disputa desde a década de 1940, conquistassem a hegemonia dentro da classe burguesa e influenciassem filosoficamente intelectuais dentro da própria esquerda, resultando na consolidação mundial do modelo neoliberal de reorganização do sistema do capital, que desenhou novas formas de relação entre as classes e destas com o Estado.

Nesse contexto, destaca-se, no Brasil, na década de 1990 e início do século XXI, a “contra-reforma do Estado Social” de cunho neoliberal (BEHRING, 2003), que retomou a noção de caridade em detrimento de direito, primando pelo Terceiro Setor, que é

caracterizado como privado e público e, ao mesmo tempo, apresentado como uma terceira via entre ambos, que alterou as funções do Estado e da sociedade civil no enfrentamento da questão social. Balizadas por referenciais que negam as grandes narrativas, as redes do Terceiro Setor ou de ações voluntárias são apresentadas como a resposta por excelência frente às mazelas do capitalismo pós-industrial, como a “nova questão social” e a incompetência do Estado Social. Entre as mais diversas justificativas, estão os argumentos fundamentados no pensamento sistêmico, que atribuem à rede uma dimensão ontológica capaz de explicar a vida e a sobrevivência humana, e que, por vezes, ainda é elevada à condição de teoria para leitura da realidade e/ou de método de ações. Ao contrário, essas concepções ideológicas sobre as redes sociais, em especial as tecidas sobre o princípio da solidariedade, têm servido para garantir a hegemonia da proposta neoliberal de minimização do Estado, tanto no que se refere às condições objetivas para a concretização da gestão híbrida das políticas sociais, quanto na elaboração de ideologias que resgatem o valor moral da ajuda mútua e da caridade. A família e a comunidade são as redes, primárias, sendo que a comunidade torna-se secundária, através das organizações associativistas de bairro, as mais convocadas para exercerem a função de proteção social dos seus membros, em substituição ao sistema público, mesmo que muitas delas não tenham as condições concretas para tal, exigindo que façam inúmeras parcerias com as redes do Terceiro Setor, de ações voluntárias, dentre outras, e com o próprio Estado, para viabilizarem a realização de seus projetos sociais. E, como visto nas análises, essa formatação entre o público e o privado incidi diretamente na potencialidade de reivindicação das redes sociais que representam os interesses da classe trabalhadora, pois, muitas vezes, elas são neutralizadas em virtude do cumprimento das funções de execução das políticas sociais. Diante dessa realidade, que vem enfraquecendo as lutas da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2005a), essa está sendo desafiada a buscar formas de arregimentar forças políticas que a potencializem no embate com o capital.

E tanto o Estado quando as redes sociais e as próprias organizações que compõem o Terceiro Setor são contraditórios, tecidos por relações de disputa e de solidariedade permeadas por interesses que estão diretamente relacionados a uma dimensão de classe. Nesse sentido, os dados empíricos explicitam que redes sociais são espaços construídos por indivíduos sociais que produzem e reproduzem relações sociais marcadas por uma cultura conservadora e personalista, que prima pelos interesses privados em detrimento dos públicos. Essas características da formação sociohistórica brasileira particularizam, no País, um capitalismo antiliberal em seu sentido político, as “idéias fora do lugar” (ALVAREZ; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), que vem funcionando como um catalisador das

idéias neoliberais com a retornada do individualismo e das práticas clientelistas, focalizadas, meritocráticas, particularistas e, concomitantemente, autoritárias e repressoras no enfrentamento da questão social. Mas, resgatando Mendes *et al.* (2004), apesar de todos esses aspectos, a classe trabalhadora, no Brasil, tem um longo caminho de lutas na conquista dos direitos de cidadania e culturais. As análises indicam que, embora nesse cenário adverso, a maioria dos entrevistados foi mobilizada a participar da rede motivada por interesses públicos. Mesmo que, a princípio, esses parecessem apenas particulares, eram, em verdade, expressões do conflito entre o capital e o trabalho, e, com a possibilidade de socialização dos mesmos no momento da articulação da rede, permitiu-se que esses fossem visibilizados pelo coletivo, resultando num processo de publicização sobre as responsabilidades das políticas e dos serviços sociais públicos frente às necessidades sociais vivenciadas pelos moradores da comunidade, tornando a rede um instrumento de controle social sobre a sociedade política.

No que tange ao processo decisório e às relações sociais estabelecidas, identificou-se que há tensão entre o instituído e o instituinte, que ampliou a participação social para a criação do consenso com o dissenso e conformou um jogo político democrático, que pode favorecer a criação de uma nova cultura política. Processo que se contrapôs à “reforma intelectual e moral” preconizada pelo neoliberalismo, que difunde o conceito de cidadania como sinônimo de “participação consentida”, caracterizada pela ação voluntária e compulsória. A rede social, a partir de uma visão crítica, torna-se um mecanismo que, potencialmente, pode ser utilizado pelos sujeitos sociais e coletivos para elaborarem consensos contra-hegemônicos. Um dado que está diretamente ligado à formatação do processo de tomadas de decisão e à própria sobrevivência da articulação dessa rede é a centralidade na figura da liderança e dos profissionais que trabalham com capacitação e organização social, o que resgata a importância do intelectual orgânico na criação de um novo bloco histórico, diante das inúmeras metamorfoses da classe trabalhadora, exigindo, então, dos mesmos autocrítica, descentralização de poder e de conhecimento, articulação com as bases e produção de conhecimento que vá ao encontro do fortalecimento daquilo que agrega identidade à classe, mas sem homogeneizações e/ou fundamentalismos que massifiquem as particularidades. E o Assistente Social, assim como os demais trabalhadores sociais que compartilham dos mesmos valores éticos, tem o compromisso de contribuir com a criação desses consensos.

As redes sociais, justamente por não serem um instrumento neutro, mas direcionado por concepções teóricas que estão em disputa na sociedade, podem também ser apropriadas pelos trabalhadores como instrumento que faça frente ao capitalismo globalizado e/ou “de

uma sociedade em rede” (CASTELLS, 2003). As análises sobre os conceitos de redes sociais apresentados pelos entrevistados revelam essas concepções contraditórias. Esses conteúdos são, por vezes, explicitados pelas mesmas pessoas e desvelam o potencial desses sujeitos sociais de transformarem uma visão conservadora voltada à ajuda caritativa para os necessitados em uma outra que visa à luta por melhores condições objetivas de vida. Embora ambas ligadas à micropolítica, há, nesses conteúdos, duas posições dicotômicas, uma direcionada à manutenção da estrutura, e a outra potencialmente capaz de construir as bases para a elaboração de uma consciência de classe em si e para si, e a necessidade de um projeto social voltado para a democracia radical (COUTINHO, 2000). O que revela a condição dialética de articulação entre a pequena e a grande política. Nesse sentido, a crítica materialista sobre a pequena política consiste nas leituras feitas do cotidiano a partir de fragmentos e descontextualizadas das bases estruturais objetivas, que forjam as condições concretas e os modos de vida dos sujeitos, ou seja, o problema não é a micropolítica, mas o seu conteúdo alienante, fracionado e distante das grandes narrativas, balizado apenas no “empoderamento” dos indivíduos, a fim de que esses construam relações sociais mais “fortes” e solidárias, porém sem ter como horizonte dessa práxis a transformação da condição de subalternidade dos mesmos.

Vislumbram-se nessa rede ,a constituição de um “conceito propositivo” (SCHERER-WARREN, 1999) e uma estratégia de articulação dos sujeitos sociais e coletivos, em âmbito local, vinculada à defesa dos direitos de cidadania e à luta para a materialização dos mesmos através de políticas sociais públicas. Embora essa rede não tenham uma perspectiva de classe claramente desenhada, ao se constituir em uma esfera pública, para o exercício democrático da participação ativa e do controle social, esse espaço pode vir a transcender a criação de projetos sociais específicos, para contribuir com projetos societários mais amplos, ligados à noção de “redes das redes”, ou rede de movimentos sociais que incluam a direção de classe com vista às transformações estruturais. Em suma, nesse sentido, as redes sociais podem facilitar a mobilização e a organização social da classe trabalhadora e difundir culturas contra-hegemônicas mais solidárias, sem perder a consciência de classe, mas, ao contrário, fortalecê-la.

A rede estudada evidencia como o microespaço materializa tanto as determinações como as possibilidades do macroespaço. Os sujeitos entrevistados demonstram ter vivido uma experiência social que pode ser potencializadora de elementos que se contraponham à subalternidade. Ao mesmo tempo, fica evidente a captura realizada pela crise do capital e do papel do Estado, demonstrando o quanto as formas de organização da e na comunidade estão

sendo incorporadas às novas conformações do capitalismo moderno, o que pode estar relacionado às dificuldades de organização das reuniões da rede em seu momento atual. A necessidade de estudos que revelem esse movimento, como o da rede apresentada, pode ser um instrumento necessário ao realinhamento do trabalho ao qual elas se propõem, pois fugir daquilo que alija do processo social a maioria da população é um imperativo essencial na atualidade.

Diante disso, ao elaborar esta dissertação, busca-se refletir sobre as possibilidades de as redes sociais contribuírem na elaboração de “novas mediações”, atualizadas ao contexto das transformações do sistema do capital, na perspectiva de minimizar desigualdades e “[...] projetar e forjar formas de resistências e de defesa da vida.[...] por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência” (IAMAMOTO, 2003, p. 28).

Conforme a autora:

É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 28).

A problematização dessa rede social na tensão entre a produção de desigualdades e de resistências tem a intencionalidade de desmistificar visões românticas sobre esse instrumento e legitimar os eixos teórico-metodológico e ético-político que orientam os Assistentes Sociais nos diversos processos de trabalhos nos quais eles se inserem. Contudo considera-se que a produção de conhecimento é histórica e em permanente de vir. Sendo assim, este estudo, que visa-se trazer uma pequena contribuição teórica acerca do tema, está aberto ao diálogo crítico.

E, ao encerrar essa etapa do processo de formação profissional, com a conclusão do Mestrado em Serviço Social, visualiza-se, na caminhada percorrida durante esses dois anos, um processo de amadurecimento intelectual e profissional, oportunizado por este Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, através das trocas realizadas com colegas, professores e, principalmente, nos espaços de orientação. A desmistificação dos discursos hegemônicos sobre as redes sociais e seus interesses, fomentada pelas inquietações produzidas pelos mestres, é apenas uma das conquistas desse percurso. Ela é produto de uma dimensão maior, que se refere à clareza na e da orientação desse caminho, que afirma a direção do Serviço Social como uma profissão que tem, na questão social, seu objeto de trabalho, expressando o compromisso ético-político “[...] vinculado ao processo de construção de uma nova ordem

societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, determinado no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; e GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ANDRADE, Selma Maffei de Soares; DARLI, Antonio; CORDONI JÚNIOR, Luiz (Orgs.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: Editora UEL; ABRASCO, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005a.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: metamorfoses da classe trabalhadora**. São Paulo: Cortez, 2005b.
- BAPTISTA, Mirian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentalidade**. São Paulo: Veras Editora, 2003.
- BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.
- BEHRING, Eliane R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BEHRING, Eliane R. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivete et al. (Orgs.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. UNB. Programa de Pós-graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social, 2004.
- BEHRING, Eliane R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) et al. **Capacitação em Serviço Social e política social: modulo 3**. Brasília: CEAD, 2000.

BERTUSSI, Débora Cristina; OLIVEIRA, Maria do Socorro Monteiro de; LIMA, Josiane Vivian Camargo de. A Unidade Básica no contexto do Sistema de Saúde. In: ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, Darli Antonio; CORDONI JÚNIOR, Luiz (Orgs.) **As bases da saúde coletiva**. Londrina: Editora UEL e Abrasco, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BULLA, Leonia Capaverde. **Material didático da disciplina de Análise de Conteúdo e de Discurso**. Porto Alegre: 2006. (Mimeografado)

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre: Edipucrs, ano 2, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990: **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília: Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, 20 set. 90. Brasília: Imprensa Nacional, 1990a.

BRASIL. Lei 8.142, de 29 de dezembro de 1990: **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS – e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e outras providências**. Diário Oficial da União, 30 dez. 90. Brasília: Imprensa Nacional, 1990b.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América-Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CABRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO; GUARÁ. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE-PUC/CBIA, 1995.

CARVALHO, Brígida Gimenez. MARTIN; Gilberto Berguio; CORDONI JÚNIOR, Luiz. A organização do sistema de saúde no Brasil. In: ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, Darli Antonio; CORDONI JÚNIOR, Luiz (Orgs.) **As bases da saúde coletiva**. Londrina: Editora UEL e Abrasco, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CENTRO DE SAÚDE MURIALDO. Residência integrada em saúde coletiva 2000. Porto Alegre: [s.n.t.]. (Mimeografado)

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador da sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (História do povo brasileiro)

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFESS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Coletânea de leis revista e ampliada**. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social, 10º região, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

DUPAS, Gilberto. Tensões entre o público e o privado. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.

DUPAS, Gilberto. **Tensões entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Rubens César. **Privado porém público**: o Terceiro Setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

FIORI, J. L. O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Petrópolis: UERJ, 1995

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadão**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

FREIRE, Paulo. **Como trabalhar com o povo**. São Paulo: Associação Paulista de Saúde Pública (Textos de Saúde Pública – Polígrafo), 1982.

FREITAS, Marcos Cezar de. **A reinvenção do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Metodologia de pesquisa em serviço social. **Caderno Técnico SESI**, Brasília, n. 23, 1997.

GIONGO, Cláudia Deitos. Tecendo relações: o trabalho com famílias na perspectiva de redes sociais. In: SCHEUNEMANN, Arno V; HOCH, Lothar Carlos (Orgs.). **Redes de apoio na crise**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, Editora da UFSC, v 8, n. 1, jan/jun 2005.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. Coleção Questões da Nossa Era, v. 123. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais** paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

GOLDIM, José Roberto. **Projeto de pesquisa**: aspectos éticos e metodológicos. [s.n.t.] (Mimeografado)

GOMES, Romeu. A análise de Dados em Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/Secretaria da Saúde/Escola de Saúde Pública — **Residências 2001**: Manual do Candidato. Porto Alegre: ESP-RS, 2001. (Mimeografado)

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho em Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) et al. **Capacitação em Serviço Social e política social**: modulo 2. Brasília: CEAD, 1999.

GUATTARI, Félix. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Relatório do Evento “Dia da Cidadania” na Comunidade**. Porto Alegre: 2003. (Mimeografado).

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**. o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUERTAS, Franco. **O método PES**. entrevista com Matus. São Paulo. Fundap, 1996.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed.. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005

JOFFILY, Bernardo. O proletariado do século XXI. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 64, 2002.

KERN, Francisco Arseli. Redes sociais. **Caderno Universitário**. Canoas, Editora da Ulbra, n. 58, 2002.

KERN, Francisco Arseli. **As mediações em redes como estratégias metodológicas do Serviço Social**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e território vivido. São Paulo: Cortez, 2003.

LIGUORI, Guido. Estado e Sociedade Civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Polis; São Paulo: Editora Vozes, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATTOS, Ruben Araújo de. Os sentidos da integridade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (Orgs). **Os sentidos da integridade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ; Abrasco, 2001.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996, v. I.

MARTINELLI, Maria L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: PUC-SP/NEPI, 1994.

MARTINELLI, Maria L (Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 2003.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço social**: Identidade e alienação. 10ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MARTINS, J. de SOUZA. **Exclusão e desigualdade social**. 2. ed. São Paulo; Paulus, 2003

MARX, Karl. **O capital**: crítica e economia política. Livro 1 , v.1, Capítulo V, 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MENDES, Jussara Maria Rosa et al. A exclusão social como uma das manifestações da questão social no contexto brasileiro. In: BULA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa (Orgs). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da qualificação dos serviços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, Editora da UFSC, v 5, n. 1, jan/jun 2002.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e o “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 55, ano XIX, 1999.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez: 1998.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à visão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVIERI, Laura (Coord.) **O que são redes?** Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm>. Acessado em: 27 dez. 2002.

OURIQUES, Ciberen Quadros. **Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV/AIDS: um estudo acerca de sua condição e modo de vida.** (dissertação) Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS. 2005.

PAGÈS, Max et al. **O poder das organizações.** tradução de Maria Cecília Pereira Tavares e Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1993.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** Coleção Questões da Nossa Era, v. 109. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a pobreza.** São Paulo: Educ; Cortez Editora, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.** São Paulo: Editora 34, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivete et al. (Orgs.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo.** UNB. Programa de Pós-graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crônica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (Orgs.). **Os sentidos da integridade na atenção e no cuidado à saúde.** Rio de Janeiro: IMS-UERJ; Abrasco, 2001.

PRATES, Jane C. **Observação direta interventiva: a entrevista.** Porto Alegre: PUC-RS, out. 1998.(Mimeografado)

PRATES, Jane C. **A produção de conhecimento em Marx: textos marxianos e marxistas contemporâneos/síntese.** Porto Alegre: PUCRS, 2000. (Mimeografado)

PRATES, Jane C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social.** (Tese) Doutorado em Serviço Social . Porto Alegre: PUC-RS, 2003.

RAICHELIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os conselhos de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, n. 56, ano XIX, mar. 1998.

ROSANVALLON, Pierre. **La Nueva Cuestión Social: repensar el Estado providencia**. Buenos Aires: Manantial, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Goiana: Editora da UFG, 1997.

SALAMA, Pierre; JACQUES, Valier. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SCHERER-WARREN, Ilse. **redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ação coletiva na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural: **Revista Katálysis**, Florianópolis, Editora da UFSC, v 8, n. 1, jan/jun 2005.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel. Crises pessoais: sua interface com as novas articulações sociais e o aconselhamento como empoderamento em redes sociais de apoio, significando, serviço e trabalho. In: SCHEUNEMANN, Arno V; HOCH, Lothar Carlos (Orgs.). **Redes de apoio na crise**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e o Brasil: da sociedade de massas à sociedade civil, a concepção de subjetividade em Gramsci**. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>. Acesso em: 23 ago. 2005.

SILVA, Ana Maria Rigo et al. A Unidade Básica e seu território. In: ANDRADE, Selma Maffei de; SOARES, Darli Antonio; CORDONI JÚNIOR, Luiz (Orgs.) **As bases da saúde coletiva**. Londrina: Editora UEL e Abrasco, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SILVA, Carlos Antonio. **Fundamentos e paradigmas das redes**. Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_coconceitos.cfm>. Acesso em: 21 mar. 2006a.

SILVA, Carlos Antonio. **Tipologia das redes**. Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_tipolog.cfm>. Acesso em: 21 mar. 2006b.

SILVA, Carlos Antonio. **Como tudo começou.** Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_comecou.cfm>. Acesso em: 19 jan. 2007b.

SILVA, Carlos Antonio. **O que são redes?** Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_opredes.cfm>. Acesso em 19 jan. 2007a.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo et al. A globalização dos movimentos sociais e: resposta social à globalização corporativa neoliberal. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo: UFMG, v. 8, n. 4, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina.** Coleção Questões da Nossa Era, v. 78. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SOBOTKA, Emil A. A utopia política-emancipatória em transição: movimentos sociais viram ONGs que viram “Terceiro Setor”. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte: v 11, nº 1, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SOUZA, Rosângela Maria Sobrinho. Controle social em saúde e Cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, n. 74, ano XXIV, jul. 2003.

TEIXEIRA, Carmen Fontes; PAIM, Jairmilson Silva. Planejamento e programação de ações intersectoriais para a promoção da saúde e da qualidade vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, v. 34, n.6, nov.- dez. 2000.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.

TESTA, Mário. O pensamento estratégico em saúde. In: RINERA. **Planejamento e programação em saúde**: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez; 1989.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. Organizações não-governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial. In: SOBOTTKA, Emil A (org). Organizações e Movimentos Sociais. **Civitas — Revista de ciências sociais**. Porto Alegre: Edipucrs, Ano 2. n.1. jun. 2002.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. 2. ed. Porto Alegre: Amencar, 2002.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n.64, 2000.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis** — Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — (ABEPSS), Brasília, ABEPSS; Grafline, ano II, n. 3, jan. - jun. de 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados (formulário/roteiro de entrevista)

Nº: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Data: ____/____/____

Nome: _____

Endereço: _____

Fone: _____

1. Você exercia um papel de representação nas reuniões da rede social?

 Sim Não instituição. Qual

 moradores

 movimentos sociais. Qual

 outros, quem

2. Você tem um “papel” de liderança (na instituição e/ou no MS). Que atribuições você tem?

3. De que forma foi indicada esta representatividade?

4. Quais as funções dessa representatividade? (Ver como reflete sua interlocução com a instituição)

5. Quais foram os interesses (público e privado) que motivavam a sua participação nas reuniões da rede?

6. Como ficaste sabendo das reuniões da rede social? (instrumentos de mobilização)

7. Qual seu entendimento de rede social?

8. Qual a finalidade que atribuía à rede social? (Se tinha a função de controle social)

-
-
9. Como eram estabelecidas as relações sociais (disputa/solidariedade, poder autoritário/descentralizado, hierarquizadas/horizontais) nas reuniões, durante o período de 2003 e 2004?

10. Como eram tomadas as decisões durante e fora das reuniões da rede social?

11. Como avalia os resultados (negativos e positivos) da rede social, durante o período de 2003 e 2004?

12. Como avalia o processo (momento) atual da rede social?

Observações:

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa REDE SOCIAL E SUAS CONTRADIÇÕES: espaço de disputa ideológica tem como objetivo geral analisar, a partir das categorias: controle social, participação social, intersectorialidade e integralidade, Movimentos sociais, e interesse público e privado os fatores que condicionam a mobilização das redes sociais no intuito de contribuir com subsídios para a sua manutenção, ampliação e fortalecimento como estratégia de resistência às desigualdades sociais.

Serão realizadas entrevistas e entrega de questionários, com dados quantitativos, para todos os participantes das reuniões da rede social do Campo da Tuca, no período de 2003.

Este estudo será realizado pela Assistente Social Fabiana Aguiar de Oliveira Guimarães, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do RS, com orientação da professora Dr^a. Berenice Rojas Couto.

Informamos que sua participação neste estudo é facultativa, e se desejar a qualquer momento poderá desautorizar sua participação mesmo após terem autorizado, mediante a assinatura deste termo.

Seu nome não constará na pesquisa, apenas a entidade ou o seguimento social que representou durante a sua participação das reuniões da Rede no período citado.

Os resultados deste estudo serão devolvidos e discutidos durante uma reunião da Rede Social do Campo da Tuca, bem como uma cópia da dissertação será disponibilizada à comunidade, através da Rede.

Esclarecemos, ainda, que não lhe serão causados danos físicos, sociais e ou psicológicos, não lhe acarretando prejuízo de qualquer natureza. Contatos com a pesquisadora e sua orientadora poderão ser feitos no programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do RS, endereço: Av. Ipiranga, 6651 – prédio 15, telefone: 33203546 e ou com o Comitê de ética da PUCRS , endereço Av. Ipiranga 6690, telefone: 33203345

Agradecemos a sua participação.

Eu _____ consinto em participar voluntariamente desta pesquisa.

Porto Alegre ____/____/____